

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

1, 2 E 3 DE NOVEMBRO DE 2017

Conferência Mundial das Secções do CORQI



Notas Preparatórias da Conferência Internacional do CORQI acerca da Crise da IVª Internacional, suas Raízes e Significado



**Nº 6 - Maio de 2017
4 euros**

Índice

Apresentação	página 3
<hr/>	
PRIMEIRA PARTE	
<hr/>	
Quem Somos	página 5
<hr/>	
SEGUNDA PARTE	
<hr/>	
Alguns Elementos de Balanço de Actividade do CORQI Desde a sua Constituição em Turim, em Fevereiro de 2016	página 7
<hr/>	
TERCEIRA PARTE	
<hr/>	
Uma Rápida Evolução e Confirmação	página 15
<hr/>	
QUARTA PARTE	
<hr/>	
Uma Crise que Vem de Longe	página 23
<hr/>	

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da
IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor : Réveil ouvrier

34, rue Villiers-de-L'Isle-Adam 75020 – Paris (France)

Tiragem: 3 000 exemplares

CPPAP : 0618 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica
e de informação política do CORQI
(Comité de Organização pela Reconstituição
da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate
livre no quadro do que são os princípios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a
opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a
redacção da revista.

Apresentação

Este número especial d’*A Internacional* publica o primeiro documento político submetido à discussão da Conferência Mundial de secções do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), a efectuar nos dias 1, 2 e 3 de Novembro de 2017. Ao publicar-se este número, a humanidade encontra-se uma vez mais ameaçada por uma generalização da guerra imperialista à escala mundial, de incalculáveis consequências destrutivas. Sem abandonar as pretensões do imperialismo americano de fazer reinar o tacão de ferro do capital financeiro no mundo inteiro, a administração Trump tem provocado uma perigosa escalada da marcha para a guerra contra os trabalhadores e os povos do mundo inteiro. Como escrevíamos no número anterior, *“estas primeiras medidas anunciam uma ofensiva de uma amplitude sem precedentes contra os trabalhadores e os povos do mundo inteiro. Ofensiva que justifica plenamente o que o Manifesto de Mumbai coloca no seu centro: a luta contra as guerras imperialistas, a necessidade de o movimento operário reconstituir com um eixo de luta contra a guerra e a exploração, condição para salvar a humanidade ameaçada pela barbárie”* (1).

Esta marcha para a guerra generalizada, ilustrada pela escalada militar das últimas semanas na Coreia, na Síria, no Afeganistão, etc., mergulha as suas raízes na sobrevivência do regime falido da propriedade privada dos meios de produção, factor de destruição maciça das forças produtivas.

A afirmação de que *“o armamento, o dinheiro, o maquinismo funcionam cada vez mais como alavancas maiores da transformação das forças produtivas em forças destrutivas”*, amplamente demonstrada no número anterior, acaba de encontrar nova e trágica ilustração com a largada da *“mãe de todas as bombas”* pela administração americana sobre o Afeganistão, a mais poderosa bomba não nuclear jamais utilizada. Um engenho de nove toneladas, dito GBU43/B, ao preço de 14 milhões de dólares a peça, com despesas de desenvolvimento da ordem de 300

milhões de dólares! Cem anos após a revolução de Outubro de 1917, a candente actualidade do combate pela revolução mundial concentra-se na necessidade urgente de derrubar este sistema agonizante. O que suscita todos os problemas da resolução da crise de direcção do movimento operário e, portanto, no que nos diz respeito, do combate pela reconstituição da IVª Internacional, contribuindo para a recomposição do movimento operário com um novo eixo. Esta nova ofensiva mundial do imperialismo esbarra, em todos os continentes, com a classe operária, que procura, das mais diversas formas, a via da resistência, a via do combate unido com as suas organizações. Esta luta de classe provoca a destabilização de todos os quadros institucionais existentes, em todos os continentes. Na África do Sul, o quadro instaurado em 1994 sob a égide do imperialismo, a que se subordinaram o ANC, o Partido Comunista e os dirigentes da COSATU, perdeu o fôlego. Quatro anos após o massacre de Marikana, deixou de conseguir representar uma muralha contra as aspirações revolucionárias das massas negras da Azânia. Em nome de uma pretensa luta contra a corrupção, as forças imperialistas tentam hoje encontrar uma solução alternativa — impulsionando, nomeadamente, na batalha interna do ANC, a candidatura de Cyril Ramaphosa, o *“carniceiro de Marikana”*. Esta candidatura beneficia do apoio aberto de uma ampla coligação de forças heteróclitas reunidas sob a palavra de ordem de *“Salvar a África do Sul”*, forças essas que vão do Partido Comunista ao patronato, passando pelo antigo partido do apartheid, rebaptizado *“Democratic Alliance”* (1). Contudo, ao constituir, em finais de Abril, uma nova confederação sindical em ruptura com a COSATU, a classe operária negra da Azânia está indicando que ainda não disse a sua última palavra. Tudo se concentra na capacidade da vanguarda da classe operária negra para impor uma política independente, cujo esteio seja a necessidade de acabar com as instituições erguidas em 1994 e que parta dos interesses exclusivos da maioria negra, ajudando-a a tomar o seu destino nas próprias mãos.

Na Turquia, as massas operárias e camponesas manifestaram a sua resistência no terreno deformado do referendo de 16 de Abril, que visava plebiscitar a instauração de um regime totalitário por Erdoğan. Com uma “vitória” de 51,3% de votos “sim” e uma votação “não” maioritária nas três principais cidades do país (Istanbul, Ankara e Izmir, com picos de 70% nos bairros operários) e nas regiões onde vive o povo curdo oprimido, ficou-se longe do plebiscito anunciado. Não obstante, as direcções tradicionais não fizeram bloco, no referendo, para pôr em xeque o regime, que representa um dos principais esteios do imperialismo em toda a região. Como indicam os nossos camaradas, isso põe na ordem do dia o combate pela democracia, devendo a classe operária pôr-se à sua cabeça. Em França, cuja Vª República é um dos pilares da União Europeia, as instituições bonapartistas “inacabadas” instauradas pelo golpe de Estado de 1958 estão, seja qual for o resultado da eleição presidencial do mês de Maio, feridas de morte. Como sublinha uma resolução da Tendência Comunista Internacionalista, secção francesa da IVª Internacional, *“seja qual for o seu resultado, a eleição de 23 de Abril e 7 de Maio irá marcar a passagem da Vª República à sua fase de desarticulação final. A agonia da Vª República é precipitada pela seguinte contradição: a crise de decomposição do regime de propriedade privada dos meios de produção deixa a burguesia impotente para superar a sua própria crise, nascida das leis do capitalismo... a não ser que se lance numa ofensiva destrutiva de magnitude incomparável à de todas as ofensivas terrivelmente devastadoras lançadas contra a classe operária nos últimos vinte e cinco anos. Para, num ponto de vista capitalista, fazer pegar uma recuperação económica, mesmo parcial, seria precisa uma derrota decisiva da classe operária, o desmantelamento e proibição das suas organizações. Ora, o caso é que, no ponto de vista da relação entre as classes, o quinquenato de Hollande se conclui com uma situação paradoxal. Infligiu-se um golpe fundamental (a lei El Khomri); mas em condições em que a classe operária combateu de pé. Ela só não venceu por causa da política das direcções. No entanto, a sua resistência, a sua unidade pelas suas palavras de ordem, a sua determinação abalaram as condições em que se deu esta eleição presidencial. É uma certeza que, para além do 23 de Abril e 7 de Maio, um novo período se abre, marcado por uma decomposição e uma destabilização intensas, mas também pela abertura de todas as possibilidades de recomposição do movimento operário com um novo eixo, o da independência.”*

Em todas as latitudes, a questão que está em cima da mesa é, de facto, a da construção do partido revolucionário e, portanto, da IVª Internacional.

Esta sofreu, em 2015, uma das crises mais graves da sua história desde a crise pablista dos anos de 1950-1953. Crise, cuja superação exige a mais livre discussão acerca das suas raízes, não apenas nas fileiras das organizações que vieram a constituir o CORQI em Fevereiro de 2016, em Turim (Itália), mas bem mais alargadamente. Desta discussão indispensável nós nada temos, na verdade, a esconder aos militantes de todas as tendências do movimento operário, que — sem embargo dos matizes e desacordos que possam ter connosco — entendem que a nossa corrente contribui para a realização da unidade operária e ajuda a realizar a necessária recomposição-reorganização do movimento operário internacional com um novo eixo: o eixo da independência.

Foi por isto que o Comité de Animação do CORQI decidiu publicar n’*A Internacional* esta contribuição para a Conferência Mundial do CORQI. Ele convida as organizações do CORQI, mas também as organizações, grupos e militantes de todas as tendências que o desejarem, a debatê-lo em ligação directa com a definição e realização das tarefas que a situação requer. Comprometemo-nos a publicar todas as contribuições de correntes, grupos e militantes que procurem participar honestamente nesta discussão, venham de organizações que se reclamem das IVª Internacional ou não.

A Redacção

(1) Luta contra a guerra, estreitamente ligada à luta contra a exploração. O Comité Operário Internacional contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária (COI), constituído em Mumbai, traduziu-o numa ampla campanha internacional pela libertação imediata dos treze militantes operários da fábrica Suzuki Maruti, na Índia, condenados a prisão perpétua pelo “crime” de terem constituído um sindicato independente e conduzido uma greve, em 2012, contra as condições de super-exploração impostas pelas multinacionais com a ajuda do governo indiano.

(2) Note-se, neste aspecto, a declaração dos partidários do “comité de correspondência” revisionista na África do Sul/Azânia, usurpando o nome do Socialist Party of Azania. Nela se pode ler: *“Apesar da tentativa do governo de desacreditar a acção contra Zuma como racista, a realidade é que milhares e milhares dos nossos concidadãos desfilaram contra o Presidente Zuma por ele representar o pior que se pode esperar dos seus dirigentes”*. Se Zuma é “o pior”, então o seu principal opositor, Ramaphosa, que deu a ordem de disparar contra os mineiros em Marikana, é “menos pior”. Aliás, a declaração apresenta como “ruptura” progressista a pretensa *“rebelião aberta da parte dos meios de quem não se esperava, ou seja, o Partido Comunista Sul-Africano (SACP) e o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU)* — as duas principais forças que apoiam Ramaphosa.

PRIMEIRA PARTE

Quem Somos ?

As notas que se lerão de seguida são destinadas a abrir a discussão sobre as raízes da crise que fez estalar a IVª Internacional em 2015¹. Estas notas não pretendem ser exaustivas. Visam fixar algumas balizas de uma discussão a desenvolver, convocando contribuições dos camaradas das diferentes secções.

Antes de mais, cabe-nos, porém, reafirmar quem somos. Somos a continuidade da IVª Internacional fundada por Leão Trotsky em 1938 e reproclamada em 1993 com o camarada Pierre Lambert, ao cabo de 40 anos de combate contra a desarticulação e destruição organizacional provocada pela crise pablista de 1950-1953.

Somos a IVª Internacional assente na experiência secular do movimento operário, experiência de décadas em que a classe operária travou uma luta de classe ininterrupta, comprovando, assim, os princípios do *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels. Experiência que nos mostra que, década a década, a classe operária edificou as suas próprias instituições, partidos, sindicatos, regimes de protecção social, mutualidades e instituições operárias de todo o tipo, inserindo-as nos interstícios da democracia burguesa — são outros tantos bastiões de democracia proletária enxertados nos interstícios da democracia burguesa que os militantes operários têm o dever de defender incondicionalmente, em todas as circunstâncias, seja qual for a política das suas direcções.

Somos IVª Internacional, a sua continuidade, baseada na análise que Marx fez das leis do capital, leis do seu desenvolvimento e leis do seu declínio; na análise que Lenine fez do significado do estágio imperialista atingido pelo sistema capitalista, caracterizado pelo declínio das forças produtivas e pela tendência à sua transformação em forças destrutivas, abrindo o período das guerras e das revoluções.

Somos IVª Internacional, mais convencidos do que nunca de que a classe operária é a única classe que nada tem a perder a não ser as suas cadeias, a única capaz de libertar a humanidade do fardo e da desolação resultantes da sobrevivência de um sistema capitalista que há muito ultrapassou o estágio em que era capaz de desenvolver as forças produtivas.

Somos IVª Internacional, herdeiros da revolução de Outubro de 1917, cujo centésimo aniversário se celebra este ano e que provou que a classe operária tem a capacidade de tomar em mãos o poder e iniciar o processo de socialização dos meios de produção.

Somos IVª Internacional, herdeiros do combate de Leão Trotsky contra a degenerescência burocrática da URSS e da Internacional Comunista, contra o cancro do estalinismo que infligiu golpes profundos ao movimento operário, pela democracia operária, condição para a emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores e, por conseguinte, pela construção do partido revolucionário; somos a IVª Internacional, herdeiros do combate de Leão Trotsky pela defesa da URSS contra a burocracia restauracionista.

Somos IVª Internacional, porque a luta de classes é o motor da história, implicando a defesa intransigente das organizações que a classe operária construiu ao constituir-se como classe.

Somos IVª Internacional, pois compreendemos a necessidade de ajudar a classe operária a defender a independência das suas organizações contra as tentativas de integrá-las nos Estados e nas instituições internacionais do capital (FMI, União Europeia, G20, tratados de comércio livre), contra todas as formas de corporativismo que ameaçam já a independência do movimento operário, já os próprios fundamentos da democracia.

Somos IVª Internacional, convictos, com o programa de fundação de 1938, que a crise da humanidade se reduz à crise da direcção revolucionária do proletariado e que o principal obstáculo com que a luta de classes colide é aquele que, dentro do próprio movimento operário, é levantado pelas velhas direcções, que se passaram para o lado da ordem burguesa.

Somos IVª Internacional, herdeiros dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista e dos ensinamentos de Leão Trotsky acerca da necessidade de combater pela frente única a fim de ajudar as massas a realizar o seu combate de classe e, logo, a unidade dos trabalhadores e das suas organizações, do topo para a base e da base para o topo,

1 Reunido em 11 e 12 de Março, o secretariado do CORQI, Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional, constituído a concluir a Conferência de Turim (6 e 7 de Fevereiro de 2016), discutiu este projecto, que entende representar um

documento apropriado para abrir uma discussão preparatória da conferência de secções do CORQI de Novembro de 2017.

unidade cujo ponto de partida e condição é a definição, pela própria classe operária, das suas reivindicações e aspirações.

Somos IVª Internacional, pois a experiência ensinou-nos que não há nada que substitua a construção de um partido que combata pelo poder da classe operária.

Somos IVª Internacional, estribados na história e na continuidade da secção francesa da IVª Internacional reproclamada sob a direcção do camarada Lambert, que dirigiu o trabalho de implantação da secção francesa na classe operária, no respeito da independência recíproca entre partidos e sindicatos.

Fazemos nossa a posição do camarada Lambert nesta matéria: *“Ao longo de uma luta mais do que secular pela defesa dos seus interesses imediatos (inseparáveis da realização do seu objectivo histórico: o socialismo), a classe operária edificou organizações, partidos e sindicatos que a unem face à classe capitalista. A existência dessas organizações e a preservação da sua independência sempre se revestiram de importância fundamental aos olhos dos marxistas (...)*

A adesão de um militante da IVª Internacional a uma organização sindical em nada se distingue do movimento que leva qualquer assalariado, seja qual for a sua tendência política, a decidir sindicalizar-se. Para recorrer à fórmula clássica do sindicalismo confederado em França, o caso é juntar-se a outros assalariados para assegurar a “defesa comum dos interesses materiais e morais”, fazendo-o “independentemente das opiniões políticas, filosóficas ou religiosas” de cada um. Pretender o contrário equivaleria a que a organização sindical pertencesse a esta ou àquela corrente política, a este ou àquele aparelho político que a controlasse. Essa concepção existe: é a do sindicato “correia de transmissão” de um partido político. Essa concepção tem custado caro ao movimento operário. Não é a nossa. Nós situamo-nos resolutamente na tradição do movimento sindical do nosso país, a de reunir no sindicato trabalhadores independentemente de opiniões políticas, filosóficas e religiosas”².

Esta defesa do programa e da continuidade da IVª Interna-

cional é a que foi assumida pela maioria da secção francesa, reunida à volta da sua comissão operária (com Pierre Lambert), a partir de 1950-1953, afirmando a actualidade do programa contra o revisionismo pablista, que, buscando vias travessas, concluía que o estalinismo era capaz de “realizar o socialismo à sua maneira”, não restando outra solução a não ser aceitar a sua direcção.

Actualidade do programa que reafirmámos com o camarada Pierre Lambert ao dar-se o desmembramento da URSS em 1991, face a, e contra, todas as forças que, no movimento operário, sustentavam que “o horizonte inultrapassável” passava a ser o “da economia de mercado”. Ao que contrapusemos, na conferência de reproclamação de 1993 e nos documentos que a prepararam, a comprovação, apoiada em factos reais, da actualidade do marxismo, da necessidade, maior do que nunca, de aplicar o programa da IVª Internacional, de lutar pela expropriação do capital. Foi esta continuidade que, em conformidade com a orientação de 1993, assegurámos ao constituir o CORQI em Turim, em Fevereiro de 2016.

Este combate pela reconstituição da IVª Internacional decorre de toda a actualidade do programa que define, ele próprio, a IVª Internacional, erguida aos ombros das suas predecessoras, a Iª, a IIª, a IIIª, na luta pela conquista do poder pelo proletariado, pela revolução mundial. Ele integra a linha da transição na construção do partido e da Internacional. Foi assim que, confrontados com a decisão tomada pelo centro revisionista, que esteve na origem da cisão, de destruir o Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos, transformando-o em simples “anexo” das cúpulas das organizações, contribuímos, com todas as forças que nele participam, para o resultado da Conferência Mundial Aberta de Mumbai, de que saiu o Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária.

É com estas bases que nos apresentamos aos trabalhadores e aos jovens do mundo inteiro, apelando a que se organizem no combate intransigente para acabar com a ditadura do capital.

² Pierre Lambert, em *Itinéraires*, edição Le Rocher (reproduzido em *La Vérité* n° 60-61, de Março de 2008, páginas 52 e 53).

SEGUNDA PARTE

Alguns Elementos de Balanço da Actividade do CORQI desde a Sua Constituição, em Turim, em Fevereiro de 2016

Nos dias 5 e 6 de Fevereiro de 2016, após três dias de debate sobre a crise da IVª Internacional que rebentara sete meses antes, 46 delegados vindos de 17 países da África, América, Ásia e Europa³ constituíram, em Turim (Itália), o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) reproclamada em 1993.

Decidimos publicar *A Internacional* como revista do CORQI e mandar para constituir o Comité de Animação do CORQI os 16 membros eleitos para o Conselho Geral no VIII Congresso Mundial que tomaram parte na conferência de urgência. O Comité de Animação do CORQI reuniu-se em Agosto de 2016 e em Março de 2017.

Com base nos relatórios apresentados em Turim, na discussão e nos documentos adoptados (publicados na sua totalidade no primeiro número d'*A Internacional*, editado em inglês, francês, espanhol, alemão e português em Março de 2016)⁴, convocávamos todos os militantes, grupos e organizações ao combate e à superação da crise da IVª Internacional através do restabelecimento da discussão livre.

Na continuidade da conferência de Barcelona de 1991, que constituía o Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos pela Internacional Operária, e no respeito da iniciativa tomada pelos seus organizadores, chamámos a que de toda a parte se contribuisse para que a conferência mundial de Mumbai contra a guerra, a exploração e o trabalho precário resultasse — conferência que um sector do movimento operário indiano propusera, dois meses antes, convocar.

Neste primeiro documento político submetido à conferência mundial das secções do CORQI de 1, 2 e 3 de Novembro de 2017, cumpre-nos, sem pretender apresentar um relatório de actividade exaustivo, submeter à reflexão de todos os camaradas alguns elementos do que foi a nossa actividade ao longo dos treze meses passados desde a fundação do CORQI.

1 — O jornal, “factor central de organização” e o lugar d'*A Internacional* e dos órgãos de imprensa nacionais.

No início do mês de Março de 2016, é, assim, editado em cinco línguas o primeiro número d'*A Internacional*, revista do CORQI.

Para as forças que constituíram o CORQI, o caso era pôr à disposição de todos os militantes da IVª Internacional (assim como de todos os que, no movimento operário, consideram com interesse as posições políticas da nossa corrente) os factos, análises e propostas que fazíamos para organizar o combate à escala mundial pela reconstrução da IVª Internacional.

A difusão deste primeiro número d'*A Internacional* e a sua discussão foram um factor de primeira ordem para clarificar os termos da crise ocorrida em finais de Junho de 2015 nas fileiras da CCI (até então secção francesa da IVª Internacional). Isto, não apenas nos países que haviam enviado delegações a Turim em Fevereiro, mas igualmente naqueles em que o bloqueio organizado pelo “comité de correspondência” interditara os militantes das secções da IVª Internacional de tomarem conhecimento das razões da crise. Foi estribados nesta clarificação que estes militantes se fizeram ao combate pela reconstituição da IVª Internacional e, no mesmo movimento, à preparação da conferência mundial de Mumbai.

Como era nosso compromisso, publicámos em 2016 quatro números d'*A Internacional* em cinco línguas, tendo o número cinco sido editado em Fevereiro de 2017.

Partidários da concepção de Lenine do jornal como “factor central de organização”, tomámos a elaboração destes cinco números como outras tantas ocasiões para as organizações do CORQI e o comité de redacção elaborarem posições políticas, revisitarem questões teóricas e apresentarem reflexões ao conjunto das organizações e militantes do CORQI.

³ Alemanha, Bélgica, Benim, Brasil, Burundi, Coreia, Estados Unidos, França, Grécia, Hungria, Índia, Itália, México, Paquistão, Portugal, Togo, Turquia. Impedidos de participar por razões materiais (Grã-Bretanha e Costa do Marfim) ou por não conseguirem vistos (Ban-

gladesh e Afeganistão), os camaradas de quatro outros países deram o seu apoio à nossa conferência. A conferência foi autofinanciada na íntegra pelos respectivos participantes.

⁴ Os documentos adoptados foram publicados em mais línguas.

Mencionem-se, em particular, no número 2 d'A *Internacional*, os artigos sobre a China, a Turquia, a Alemanha, a França, os Estados Unidos e o Brasil. No número 3: artigos sobre quatro meses de intensa luta de classes em França e “a frente popular contra a frente única operária”, o artigo sobre a “Ásia, prioridade do imperialismo americano”. No número 4, o dossier Azânia-Zimbabue, mas também os artigos sobre o Estado espanhol, o Brasil e as eleições presidenciais nos Estados Unidos. No número 5, os artigos “Uma Vez Mais Sobre as Forças Produtivas: o que a Eleição de Trump Revela sobre o Impasse do Sistema Capitalista”, sobre o “Combate pela Ruptura com a União Europeia, Mais do que Nunca Combate pelo Governo Operário e pelos Estados Unidos Socialistas da Europa” e uma contribuição para o balanço do castrismo.

A *Internacional*, também instrumento para relatar a vida do CORQI, com o relatório sobre o acampamento internacional de jovens de 2016 e a homenagem a Leão Sedov, a Trotsky e a todas as vítimas do estalinismo organizada em França, bem como a homenagem ao velho camarada trotskista indiano George Gomez; e a homenagem a Pierre Lambert organizada pela TCI, secção francesa da IVª Internacional.

Em consonância com as tradições de livre discussão que são as nossas, abrimos as colunas da nossa revista a agrupamentos políticos que, embora não sejam membros do CORQI, nela exprimem os seus pontos de vista como contribuição para a discussão livre indispensável à construção da vanguarda revolucionária; casos do Manifesto pela Reconstrução do Movimento de Libertação dos Negros nos Estados Unidos e do documento da Liga Comunista Revolucionária (Fracção Marxista Revolucionária) do Japão. É evidente que precisaremos de envidar mais esforços para conseguir maior elaboração colectiva dos sumários d'A *Internacional*, de modo que o seu conteúdo responda melhor às necessidades do combate pela reconstrução da IVª Internacional. Deveremos igualmente procurar progredir no domínio da sua tradução e ganhar edições — sejam elas parciais — em novas línguas. Precisaremos, ainda, de fazer progressos na sua difusão. Para já, as vendas dos cinco primeiros números da revista permitiram-lhe equilibrar-se financeiramente. Porém, na situação mundial em que entramos, a defesa do marxismo e a utilização da nossa revista para agrupar e organizar as forças que combatem pela reconstrução da IVª Internacional devem estar no cerne das tarefas de organização do CORQI, devendo-se, em particular, organizar de modo mais sistemático (onde as condições legais o permitam) círculos de estudo centrados na revista.

Há também treze meses que a *Carta do CORQI* é enviada em três línguas às direcções das organizações do CORQI. Trata-se de uma circular interna que faculta elementos de análise, mas também indicações sobre a actividade do CORQI.

Uma revista internacional trimestral e uma nota interna não respondem à necessidade de publicar um órgão em cada país (jornal, boletim, carta de informação), seja como publicação directamente feita sob a égide das secções, seja como publicação em que colaboremos em igualdade de condições com militantes operários de outras correntes.

Neste ponto de vista (e levando em linha de conta que, neste aspecto, os países não estão todos em igualdade de circunstâncias, porquanto as condições legais e sociais de

alguns dificultam ou impossibilitam a difusão de imprensa legal), registar-se-á certo número de passos em frente, aferíveis nas colunas d'A *Internacional*, cuja rubrica “correspondências” assenta principalmente na publicação de extractos dos jornais, boletins e materiais das organizações do CORQI (ou em que as organizações do CORQI colaboram).

Do número 2 ao número 5 da revista, publicaram-se correspondências do Afeganistão, Alemanha, Azânia/África do Sul, Bélgica, Benim, Brasil, Burundi, Chile, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Índia, Itália, Japão, México, Paquistão, Portugal, Rússia, Togo, Tunísia e Turquia.

2 — A Conferência Mundial de Mumbai, continuidade do combate para ajudar a reconstituir o movimento operário com um novo eixo

Desde a sua constituição em Turim, o CORQI empenhou todas as suas forças em ajudar a fazer resultar em pleno a iniciativa lançada dois meses antes por um sector do movimento operário indiano, a Conferência Mundial contra a Guerra, a Exploração e o Trabalho Precário, que viria a realizar-se em Mumbai (Índia) em 18, 19 e 20 de Novembro de 2016.

Não foi caso de circunstância. O CORQI constituiu-se deveras, em Fevereiro de 2016, para lutar pela reconstrução da IVª Internacional na linha que conduziu à reproclamação de 1993. Ora, que significara essa reproclamação, realizada com o camarada Lambert? Em Turim, demos a resposta: “*Reproclamar a IVª Internacional era integrar nessa reproclamação a lição da história e da experiência, a saber, que os processos de diferenciação no movimento operário mediados pela crise das velhas organizações tradicionais não conduzem logo, necessariamente, militantes, grupos, correntes e organizações à IVª Internacional. Pode configurar-se — e, na prática, tem-se configurado — todo o tipo de situações intermédias, todo o tipo de “circunstâncias excepcionais” que impelem correntes, grupos e organizações a dar, uns mais, outros menos, passos na via da ruptura, que impelem sectores inteiros da classe operária a procurar enveredar por determinada via. (...) Aprender este momento para nele se inserir, não impondo o programa da IVª Internacional como ultimato, mas afirmando que, agrupados nós, pela nossa parte, à volta deste programa, estamos prontos a actuar em conjunto, em igualdade com todas as correntes, grupos e organizações que procuram ajudar a classe a dar força a estas organizações existentes e, do mesmo passo, a avançar na via daquilo a que nós temos chamado de reconstrução do movimento operário com um novo eixo.*” (extractos do relatório cuja linha geral foi aprovada pela conferência de urgência de Turim).

Levar a conferência de Mumbai a bom porto era preservar a continuidade política do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos, em pé de igualdade com todos aqueles que, trotskistas ou não, haviam até então participado na sua animação e não aceitavam o “golpe de mão” organizado no seu interior por quem, desde finda a conferência de Argel (Novembro de 2010), o mergulhara num coma profundo. Golpe que consistiu na ficção de a “coordenação do Acordo” se ter reunido nos dias 12 e 13 de Março em Paris, quando, na verdade, quase metade dos seus

membros foram afastados dessa reunião. Golpe denunciado em Março de 2016 por cinco membros da coordenação (Alan Benjamin, Nancy Wohlforth, Nambiath Vasudevan, Rubina Jamil e Daniel Gluckstein) em carta difundida em todo o mundo: *“Estamos persuadidos que o método que presidiu à sua constituição (do Acordo, NdR) e aos seus vinte e cinco anos de existência — respeito da democracia operária e da diversidade no movimento operário, recusa de impor a ditadura de um grupo sobre o conjunto dos componentes — está mais do que nunca na ordem do dia. Sabemos o que o movimento operário sofreu, na história, com ukazes lançados por quem pretendia poder ditar ordens à classe operária. Foi esta regra do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos, conforme com os princípios da democracia operária, que foi violada na reunião dos dias 12 e 13 de Março de 2016. (...) Deploramos esta utilização abusiva do nome do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos em proveito de um grupo em particular. Conste que esta iniciativa tinha em mira não só afastar uma parte dos membros da coordenação, mas também responder negativamente ao apelo lançado pelos militantes do movimento operário indiano à organização de uma conferência mundial contra a guerra, a exploração e o trabalho precário em Mumbai, no Outono de 2016.”*

A sequência dos acontecimentos viria a dar inteira razão a estes camaradas, que, em conjunto, decidiam naquela altura, preparando e levando a bom porto a conferência de Mumbai, preservar o que fora o conteúdo do Acordo durante mais de vinte anos, antes da sua transformação em cortina de fumo da capitulação do “comité de correspondência” ante os aparelhos.

A conferência mundial contra a guerra, a exploração e o trabalho precário, realizada em Mumbai em Novembro de 2016, foi um considerável êxito político. Os camaradas de todas as secções e grupos filiados no CORQI partilham esta apreciação com os delegados oriundos de todas as tendências do movimento operário, assim como com todos aqueles que viriam posteriormente a subscrever o Manifesto da conferência. Participaram na conferência delegações de 28 países (as delegações do Paquistão, Bangladesh, Burundi e Tunísia não puderam estar presentes por recusa de visto ou por causa de tensões ligadas à situação de quase guerra entre a Índia e o Paquistão). A conferência foi preparada em mais de 40 países, e recolheram-se assinaturas do Manifesto, que hoje ascendem a cerca de 700, em 47 países de todos os continentes. O financiamento da conferência foi inteiramente coberto pelos fundos recolhidos junto de trabalhadores do mundo inteiro e pelas organizações que, na Índia, haviam tomado a iniciativa de convocá-la. O que aqui publicamos não é um “comunicado de vitória”; anotamos que as decisões tomadas há mais de um ano foram cumpridas.

Para as organizações que se batem pela reconstituição da IVª Internacional, o êxito de Mumbai verifica a orientação definida quando da conferência de urgência efectuada em Turim. Êxito político para todas as organizações, correntes e tendências do movimento operário que, fossem quais fossem as suas origens e posições sobre tantas matérias, participando na conferência de Mumbai e apoiando-a, se situaram no terreno da independência de classe e do internacionalismo operário. Êxito político, em particular,

para os militantes operários indianos que tomaram a iniciativa desta conferência. Êxito aferível pela amplitude e representatividade da delegação indiana: de todo este país-continente afluíram delegações de mais de vinte sectores da classe operária (minas, metalurgia, têxtil, professores, empregados, etc.), misturando militantes operários de longa data e jovens combatentes da luta de classes.

O financiamento das viagens das delegações indianas (considerável, considerando as distâncias a franquear e o nível dos salários), assegurado pelos próprios camaradas indianos, é outro indicador do grau de empenhamento de diversos sectores do movimento operário indiano. Assim como o é a responsabilização, em todos os seus aspectos, pela sua organização, considerando as condições objectivas em que a conferência se desenrolou: grande tensão por causa das ameaças de guerra entre a Índia e o Paquistão e situação materialmente muito difícil resultante das decisões de “desmonetização” tomadas pelo governo Modi. A delegação indiana desempenhou um papel fundamental para que a conferência de Mumbai fosse uma conferência mundial realizada na Índia com convidados internacionais.

A conferência de Mumbai foi, portanto, pela sua magnitude e representatividade, uma verdadeira conferência mundial, aberta, contra a guerra e a exploração, contra o trabalho precário, pela Internacional Operária. Tal se materializou, nomeadamente, na elaboração comum e democrática do Manifesto, a que se associaram todas as componentes que haviam preparado a conferência. E se traduziu na constituição do *Comité Operário Internacional contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária (COI)*, que representa a diversidade da conferência e a sua unidade em torno do eixo da luta contra a guerra e a exploração.

Este resultado reflecte a aplicação do que formuláramos no manifesto aos trabalhadores, jovens e militantes operários do mundo inteiro, a todos os partidários da IVª Internacional adoptado na conferência de Turim: *“Partidários da IVª Internacional que somos, temos, desde há mais de 25 anos, combinado o combate por construir secções da IVª Internacional com a participação, juntamente com militantes, grupos e organizações saídos de todos os sectores do movimento operário, na acção internacional dos trabalhadores sob a égide do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos. Fossem quais fossem as suas origens, todos eles se reuniram numa luta comum baseada no Manifesto contra a Guerra e a Exploração adoptado na conferência de Barcelona de 1991 sob a égide da palavra de ordem “Abaixo a Guerra! Abaixo a Exploração!” Este manifesto e esta acção, que dura há mais de um quarto de século no quadro do Acordo Internacional, tem estado focada no reconhecimento e na defesa da luta de classe, no reconhecimento e na defesa da independência das organizações operárias. Para a IVª Internacional, a democracia operária não é um assunto de circunstância. O conteúdo da democracia operária está relacionado com o seu objectivo: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Esta verdade histórica, relevada pelos fundadores do marxismo há já quase dois séculos, é para a IVª Internacional mais do que um lema — é programa político.”*

No ponto de vista da IVª Internacional, a conferência de Mumbai trouxe a certeza de que a empresa liquidacionista

abertamente prosseguida desde Junho de 2015 não fora, apesar dos pesados golpes infligidos, capaz de destruir o que antes, através do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos, se pudera conquistar no caminho da reconstrução do movimento operário com um novo eixo. Esses pesados golpes reflectiram-se nas desigualdades na representação dos diferentes continentes e países em Mumbai. Desigualdade que é igualmente a refracção dos problemas políticos por resolver na actividade desta ou daquela secção ou grupo do CORQI; disso nos cumprirá discutir no contexto da conferência de secções. Em Mumbai, não só se preservaram amplos segmentos do que fora antes edificado, como novas possibilidades se manifestaram claramente. Havia, na representatividade da conferência, não só um elemento de continuidade, mas também um elemento de alargamento ligado à nossa actividade no contexto dos desenvolvimentos mundiais da luta da classe operária pela sua emancipação.

A unidade mundial da luta de classes não é um chavão, é um facto. O que fez a força da conferência de Mumbai foi ter sido efectivamente uma conferência mundial, em que as dimensões específicas da luta de classes nos países oprimidos pelo imperialismo se imbricavam com os processos da luta de classes nos países imperialistas. A importância, por exemplo, da delegação sul-africana, directamente ligada aos combates em andamento, colocando a questão da República Negra, procedia também da delegação oriunda dos Estados Unidos, assim como das delegações vindas de diferentes países da Europa, directamente envolvidas no combate contra a União Europeia e os governos reaccionários de diferentes países da Europa (Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Bélgica). A participação de uma delegação brasileira, ligada ao combate em desenvolvimento no Brasil contra a agressão imperialista e o golpe de Estado a frio, conjugou-se com a contribuição efectiva de delegações vindas da Europa de Leste e de antigas repúblicas da URSS, assim como com o lugar ocupado na conferência pelas delegações do Afeganistão e da Coreia. A presença e a intervenção do delegado romeno, dirigente mineiro preso por causa do seu papel na greve de 1999 e defendido por uma campanha internacional do Acordo, evidencia, ao v saudar a continuidade deste combate mantida pela Conferência de Mumbai, tudo a que se preservou. A participação de delegados chineses, a reflectir os processos em amadurecimento na classe operária, dá relevo, por seu turno, aos avanços que a Conferência de Mumbai representa. Extremamente significativa, neste ponto de vista, foi a decisão, tomada pelos camaradas paquistaneses, impedidos por razões administrativas de estar fisicamente presentes na Conferência de Mumbai em virtude do estado de quase guerra entre os dois países, de organizar a sua própria conferência contra a guerra e a exploração nas semanas seguintes, reunindo centenas de militantes e dirigentes operários de todo o país e inscrevendo explicitamente os seus trabalhos na continuidade da Conferência de Mumbai. Esta iniciativa correspondia, de certo modo, ao voto emitido pela própria Conferência de Mumbai, que, por iniciativa dos responsáveis operários indianos organizadores da conferência, colocou os seus trabalhos sob a presidência de honra da camarada Rubina Jamil e emitiu um protesto solene contra a proibição

de participação na conferência pronunciada contra os militantes paquistaneses. Foi, pois, concretamente, que, apesar do chauvinismo desenvolvido dos dois lados da fronteira, as delegações operárias do Paquistão e da Índia levantaram bem alto a bandeira do internacionalismo proletário, da amizade entre os povos e as classes operárias, da sua unidade contra a barbárie imperialista e aqueles que a pretendem repercutir no sub-continente.

O património da conferência de Mumbai há-de materializar-se na luta travada em cada país pelas secções do CORQI, no combate pela constituição de *“partidos autenticamente independentes que reúnam todas as correntes do movimento operário sob formas e em condições específicas a cada país”*, como se escrevia no apelo final da Conferência de Turim, que acrescentava: *“O conteúdo da luta de classe é, porém, universal, o mercado mundial é uma realidade. Por isso, a Internacional Operária é uma necessidade.”* O que implica intervir, em cada país, em igualdade de direitos e deveres com todas as forças que se associaram na preparação da Conferência de Mumbai, para aplicar as decisões tomadas na conferência (especialmente a mobilização da campanha pela libertação dos operários da Suzuki Maruti), ligando-as às tarefas definidas pelo desenvolvimento da luta de classes em cada país.

3 — As Campanhas do Comité Operário Internacional

Mal se constituíra, em Novembro de 2016 em Mumbai, já o Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, se via solicitado para mobilizar campanhas de solidariedade, motivadas umas pela repressão contra trabalhadores e militantes por causa de greves, outras pela repressão de camponeses ou estudantes.

Mencionem-se especialmente:

a) O apelo internacional pelo levantamento das sanções contra o Zimbabwe.

Em mensagem dirigida aos militantes do Zimbabwe reunidos em 4 e 5 de Março para lançarem as bases de uma secção da IVª Internacional, o secretariado do CORQI escreveu: *“Não foi por acaso que militantes operários dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França presentes em Mumbai responderam ao apelo lançado pelo camarada delegado do Zimbabwe presente em Mumbai, tomando a iniciativa de um apelo internacional “pelo levantamento imediato das sanções económicas e políticas contra o Zimbabwe”.*

Este apelo definia claramente a responsabilidade do movimento operário nos países imperialistas: combater toda a pretensão do seu próprio governo imperialista de interferir, intervir, fazer pressão e, mais geralmente, decidir em nome das nações oprimidas pelo imperialismo.

Tomando a iniciativa, conjuntamente com os camaradas do Zimbabwe e destes três países imperialistas — e apoiando-se nas informações e relatórios acerca do impacto das sanções imperialistas apresentados em Mumbai e Joanesburgo pelos camaradas do Zimbabwe —, nós traduzimos a convicção, que é a convicção dos militantes organizados com o Programa da IVª Internacional como base, de que, na época do imperialismo, “estado supremo do capitalismo”, a defesa da soberania das nações repousa exclusivamente nos ombros do proletariado internacional. (...) Sem deixar de preservar a

sua total independência política, a classe operária defenderá qualquer passo em frente dos representantes de uma nação oprimida na via da resistência efectiva ao imperialismo. Por esse motivo, assim que o governo do Zimbabwe decidiu reconhecer a legitimidade das expropriações que as massas, no seu próprio movimento, haviam realizado, a IVª Internacional, em plena independência, recusou a vergonhosa campanha internacional contra o Zimbabwe fomentada pelos imperialistas britânicos, americanos e franceses e repercutida, infelizmente, tanto pelas cúpulas de organizações operárias de numerosos países como por diversas correntes de “esquerda” e “extrema-esquerda”.

b) A campanha internacional pela libertação dos 13 trabalhadores, activistas sindicais da Suzuki Maruti.

A iniciativa do Comité Operário Internacional de lançar uma campanha pela libertação imediata dos 13 militantes operários indianos condenados a prisão perpétua pelo Tribunal de Gurgaon em 18 de Março é uma ilustração do que significa a orientação de construção da IVª Internacional “ajudando a reorganizar o movimento operário com um novo eixo”, para utilizar a expressão de Pierre Lambert.

Recorde-se que, na Conferência de Mumbai, ante a qual testemunharam dois militantes do sindicato da Maruti Suzuki, o MSWU, o relator encarregado do conjunto de propostas de que a conferência tomou boa nota havia proposto, em acordo com os quinze camaradas da Mesa, fazer da campanha em defesa dos operários da Maruti a campanha em que a conferência concentrasse os seus esforços.

As primeiras tomadas de posição de militantes organizações operárias de mais de trinta países, as iniciativas tomadas (delegações e concentrações junto das embaixadas), de que o Comité Operário Internacional tem dado conta regularmente nos seus comunicados, demonstram até que ponto o internacionalismo proletário permanece vivo em largas camadas do movimento operário.

Põem, também, em evidência as reticências, para não dizer mais, de certas direcções tradicionais do movimento operário internacional nesta matéria (notem-se, contraditoriamente, primeiras posições de confederações sindicais ao nível nacional, nomeadamente em França e na Índia).

Estas reticências estão relacionadas com as declarações das autoridades indianas há alguns meses (citadas por um militante operário indiano na conferência de Mumbai): *“Se libertarmos os operários da Maruti que estão presos, estaremos a mandar um sinal negativo aos investidores estrangeiros, que deixarão de querer investir na Índia”.*

O sindicato da Maruti Suzuki, o MSWU, tem toda a razão em salientar, no seu comunicado de 19 de Março: *“Tudo se resume a uma conspiração da direcção da empresa para acabar com o sindicato e um ataque ao direito de constituir sindicatos e contra as reivindicações, especialmente a de abolição do trabalho precário.”*

Ao seu lado, ao lado de todo os militantes e de todas as organizações que tomaram posição, dizemos: uma vitória no caso dos 13 de Maruti será uma vitória de toda a classe operária na Índia, como à escala internacional, na defesa do direito de constituir livremente organizações sindicais, e uma derrota para as multinacionais, os capitalistas, as instituições e governos que os servem, que não pensam em mais nada a

não ser no “custo do trabalho”. No entanto, esta vitória está longe de estar ganha: muito dependerá da nossa capacidade para ajudarmos a desenvolver esta campanha com uma linha de frente única.

A campanha iniciada pelo COI é uma campanha de frente única, que procura fazer da causa da libertação dos 13 de Maruti a causa de todo o movimento operário, do topo para a base e da base para o topo, independentemente das tendências e correntes que legitimamente existem. Ou seja, regressar à razão histórica por que o movimento operário se constituiu.

4 — Construir o CORQI é Ajudar a Construir Grupos e Organizações do CORQI em cada País

Não é vocação deste texto focar, na íntegra, as realizações — e problemas políticos e dificuldades com que nos deparamos — em cada país desde o mês de Fevereiro de 2016. Não obstante, devemos aferir a magnitude das realizações asseguradas pelo CORQI e suas organizações em todos os continentes.

Assim, no continente americano, a existência de uma secção da IVª Internacional nos Estados Unidos, que soube assumir as suas responsabilidades desde que a crise eclodiu (e que combate para assegurar a sua expressão regular no jornal *The Organizer*, inserindo-o cada vez mais num diálogo permanente com os elementos avançados que aparecem no movimento operário e no movimento de libertação dos negros), mostrou-se uma alavanca insubstituível.

Insubstituível não apenas, evidentemente, na situação nos próprios Estados Unidos (especialmente para assegurar, no período que antecedeu e no que sucedeu a eleição de Trump, a continuidade do combate de Leão Trotsky pela ruptura do movimento operário com o Partido Democrata, pelo Labor Party e pelo Partido Negro), mas mais geralmente na totalidade do continente.

Assim, quando o imperialismo americano suscitou o golpe de Estado contra Dilma, no Brasil, estribando-se quer nas instituições herdadas da ditadura, quer, também, nas consequências da recusa, em doze anos de presidências Lula e Dilma, em romper com o imperialismo, foi a partir dos próprios Estados Unidos que um amplo sector do movimento operário americano (dirigindo-se, em carta aberta de solidariedade, ao presidente da CUT) se alinhou ao lado dos trabalhadores da nação oprimida contra as manobras do seu próprio imperialismo. Foi um elemento determinante para a construção da Fração Comunista Internacionalista (membro do CORQI) em torno do seu boletim *Tribuna dos Trabalhadores*.

Do mesmo modo a campanha internacional iniciada contra a sangrenta repressão da mobilização dos professores mexicanos e das suas organizações sindicais independentes contra a política pró-imperialista do governo de Peña Nieto (Junho de 2016) se pôde amparar na ajuda de amplos sectores do movimento sindical dos Estados Unidos, que, com a nossa ajuda, se alinhou com os professores e as massas populares. Estes laços não surgem do nada: logo que se concluiu a conferência de Turim, um punhado de jovens militantes mexicanos (que viriam a formar o núcleo do Comité do CORQI no México) esteve, com os camaradas do

Socialist Organizer, na origem de uma conferência binacional, na fronteira, em defesa do ensino público, contra os tratados de comércio livre, etc.

No continente asiático, a construção das organizações do CORQI defronta-se com o desenvolvimento de guerras imperialistas desarticuladoras das nações, guerras que açoitam, em primeiro lugar, a classe operária e o campesinato, dificultando as condições de existência do movimento operário, confrontado, como em todo o mundo, com tentativas de integração. É especialmente o caso no sub-continento indiano, reflectido, como mais acima evocámos, no impedimento à participação na Conferência de Mumbai de amplas delegações operárias representativas, constituídas tanto no Paquistão como no Bangladesh. Reflexo último das consequências criminosas da partição da Índia que os imperialistas britânicos e americanos organizaram em 1947, com a cumplicidade da burocracia estalinista no poder na URSS.

Apesar desta difícil situação, é indispensável salientar os progressos realizados neste período. Apesar das intoleráveis condições de guerra e desmembramento, os militantes da secção do Paquistão, como os do Afeganistão (onde a Left Radical of Afghanistan decidiu filiar-se no CORQI) têm contribuído amplamente para alimentar o conjunto da Internacional com a sua elaboração e realizações, especialmente em termos de luta contra a guerra imperialista, mas também de combate pela preservação e construção de organizações operárias.

No Paquistão, em especial, a preservação da central sindical histórica da classe operária está no cerne do combate pela paz e pela soberania, indissociável do combate da classe operária pelas suas reivindicações (em especial da luta contra o plano de privatizações do FMI, que conduz à destruição de sectores inteiros da economia). Esta orientação viu-se reflectida no comício de 16 de Abril de 2016 em homenagem ao dirigente operário e revolucionário Gulzar Ahmed Chaudhary, bem como na Conferência Nacional contra a Guerra e a Exploração de Janeiro de 2017, que reuniu delegados de todas as regiões do país, inscrevendo-se na continuidade da conferência de Mumbai. Na Índia, saliente-se, enfim, que os militantes trotskistas, parte plenamente integrante da organização do êxito da conferência de Mumbai, tomaram medidas para se reunirem e debaterem das suas tarefas específicas ao findar a conferência, procurando inscrever o boletim *Spark* no diálogo amplamente entabulado pelos militantes operários do seu país, surgido em torno da perspectiva, evocada por vários dirigentes operários na conferência, de caminhar para uma “plataforma operária”.

Realce-se que, neste período, algumas secções e organizações do CORQI viram os seus países enfrentarem situações de crise política sem precedentes. Mencione-se, nesse particular, a campanha em que se empenhou o Partido da Fraternidade Operária (IKP) pelo voto “não” no referendo na Turquia, pelo qual o regime, vassalo do imperialismo americano, pretende impor uma constituição ultrabonapartista enquanto trava uma guerra sem quartel contra o povo curdo e a classe operária da Turquia.

Confrontado, também ele, com a generalização da guerra imperialista de saque e desmembramento das nações, prosseguida na forma dos mais brutais planos de

ajustamento estrutural do FMI, o continente africano fora, nos anos que antecederam a crise da IVª Internacional, deixado por muito tempo ao abandono por aqueles mesmos que viriam a infligir-lhe um golpe no verão de 2015.

Não que não houvesse esteios para a resistência — reflexo disso mesmo foi a resistência à liquidação e ao revisionismo traduzida na participação na conferência de Turim, desde o início, de militantes do Benim, do Burundi e do Togo.

Países estes, em que se constituíram delegações com vista à conferência de Mumbai (apesar da recusa de visto à delegação burundesa) apoiadas já no combate pela defesa da independência das organizações operárias, já no combate contra a guerra, pela soberania da nação. No Burundi, esta orientação, por nós inscrita no combate pela revolução permanente, reflectiu-se na campanha pela conferência nacional pela soberania e pela paz, em que o Partido dos Trabalhadores e da Democracia se tem construído — apoiando-se no seu órgão mensal (acaba de realizar o seu IVº Congresso).

Em África, o esteio que o COI constituiu em Mumbai tem permitido avanços importantes: novos laços tecidos, no quadro do COI, com organizações operárias e camponesas no Mali e no Senegal, bem como possibilidades que despontam na Tunísia, mas também progressos registados no combate pela reconstituição da IVª Internacional na Azânia/África do Sul e no Zimbabwe.

Na Azânia/África do Sul, o combate contra o revisionismo liquidacionista à escala internacional tem-se confundido com o combate contra a liquidação de mais de vinte anos de continuidade do trotskismo na Azânia, quando o principal dirigente da ex-secção azaniana da IVª Internacional e presidente do SOPA decidiu liquidar este último, dissolvendo-o num agrupamento directamente dirigido por um membro da Câmara de Comércio dos Estados Unidos na África do Sul e, por baixo da mesa, por uma das fracções da cúpula do ANC (leia-se na terceira parte). Assim, com a ajuda d’A *Internacional*, o pequeno núcleo constituído na preparação da conferência de Mumbai (levando consigo militantes do movimento estudantil negro *Fees Must Fall*) conseguiu, com a ajuda do CORQI, convocar e realizar, no dia 7 de Janeiro de 2017, uma reunião de reconstituição da secção azaniana da IVª Internacional (no quadro do CORQI), que publica o seu boletim, *Black Republic*. Não foi por acaso que se puderam associar estreitamente a esta iniciativa militantes do Zimbabwe que há anos têm procurado estabelecer laços com a IVª Internacional (procura a que o principal dirigente da antiga secção azaniana nunca quis dar seguimento). Daí resultou (com a ajuda dos camaradas do CORQI da Azânia) a reunião, no início de Março, dos camaradas que constituíram a secção da IVª Internacional no Zimbabwe. O congresso de reconstituição da secção da IVª Internacional na Azânia, em Junho próximo, será certamente ensejo para novos passos em frente, não apenas na Azânia e no Zimbabwe, mas igualmente no Botswana e na Namíbia, onde desde já se teceram laços, especialmente a partir do Manifesto de Mumbai e da campanha internacional contra a repressão do movimento *Fees Must Fall* pelo governo ANC-PC.

Na Europa, um mês após a conferência de Turim, saiu, no dia 7 de Março, por iniciativa de militantes operários alemães, um apelo de 120 militantes de 21 países da Europa (membros

ou não da União Europeia) a apoiar os sectores do movimento operário britânico que, *“apesar das consignas da direcção do Labour e das cúpulas da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), decidiram apelar ao voto para “deixar” a União Europeia em 23 de Junho”*.

O eco tido em poucos dias era indicativo do espaço que, como o disséramos em Turim, absolutamente havia para iniciativas internacionalistas com palavras de ordem de ruptura (no caso, ruptura com a União Europeia). Eco positivo, igualmente, na Grã-Bretanha. Os camaradas alemães que tomaram esta iniciativa propuseram seguidamente prosseguir a campanha com a preparação de um comício internacionalista, que se viria a realizar em 28 de Maio de 2016 em Paris, um mês antes do referendo de 23 de Junho na Grã-Bretanha.

Os camaradas alemães estabeleciam então uma ligação estreita entre este combate, a preparação da conferência de Mumbai e o combate contra a NATO e contra a política de intervenções imperialistas seguida pelos principais governos imperialistas da Europa às ordens do imperialismo americano.

O comício de 28 de Maio, em Paris, foi um êxito. Reuniu 1.500 trabalhadores, militantes e jovens, oradores de numerosos países europeus e, igualmente, uma importante delegação de militantes operários britânicos de diferentes sensibilidades (Labour, PC, sindicalistas). A sua realização e sequência, com a vitória imposta nas urnas, no dia 23 de Junho, pela classe operária britânica, foi o esteio em que apoiar uma nova perspectiva de construção de um grupo trotskista na Grã-Bretanha, inserido no diálogo com os militantes operários que combatem hoje por um governo do Labour que cumpra o Brexit (renacionalização, reconquista do NHS, etc.).

Mais geralmente, está em causa reapropriarmos-nos do nosso eixo de combate no continente europeu: a ruptura com a União Europeia, transição na luta pelo governo operário, pelos Estados Unidos Socialistas da Europa (leia-se, nesta matéria, o artigo d’A *Internacional* nº 5).

5 — “Lugar à Juventude, Lugar às Mulheres Trabalhadoras”: Reapropriar-nos do Programa de Transição

Os camaradas reunidos em Turim tinham claramente manifestado a vontade de romper com a política para onde o núcleo revisionista nos empurrava. Essa política virava costas ao programa da IVª Internacional, deliberadamente abandonando o terreno da construção do partido revolucionário entre as camadas mais oprimidas da classe operária (nomeadamente as mulheres trabalhadoras) e a juventude, a pretexto de que só interessava falar com os quadros sindicais, identificados por eles, erradamente, como equivalentes a toda a classe operária. Assim, em finais de Agosto de 2016, a camarada Rubina Jamil, dirigente sindical e militante operária do Paquistão, lançou um apelo que propunha fazer do 8 de Março de 2017 — centésimo aniversário das manifestações de mulheres trabalhadoras que marcaram o início da revolução na Rússia — uma jornada de mobilização internacional contra a guerra, contra a exploração, contra a dupla opressão das mulheres. Este apelo, acompanhado de um artigo do camarada Jean-Jacques Marie, militante trotskista e historiador, reata com a

actualidade do combate das operárias de Petrogrado. Mulheres trabalhadoras e militantes de numerosos países associaram-se ao Comité Internacional. O apelo foi amplamente subscrito por ocasião da conferência de Mumbai. Hoje, podemos averbar como primeiro resultado terem-se realizado iniciativas no Paquistão, na Índia, no México, na Hungria, em Itália, na Alemanha, na Bélgica e em França em torno do 8 de Março e do apelo da camarada Rubina.

Na juventude, reatou-se o trabalho da IVª Internacional em conformidade com as decisões adoptadas na conferência de Turim em Fevereiro de 2016. Por proposta dos camaradas dos Estados Unidos, o campo ‘jovens’ organizado pela TCI em Agosto de 2016 realizou-se como campo internacional, com a presença de 49 jovens militantes oriundos da Bélgica, dos Estados Unidos, da Azânia/África do Sul, da Rússia e de França. Em França, o campo mostrou ser uma alavanca para avançar na construção de uma organização autónoma de jovens revolucionários (com o lançamento de várias campanhas, nomeadamente pela retirada imediata das tropas francesas e pelo fim das intervenções militares imperialistas do governo Hollande-Valls). Esta actividade encontrou continuidade na campanha de defesa dos estudantes da Azânia (*Fees Must Fall*) reprimidos pelo governo tripartido saído dos acordos de Kempton Park (1994) — campanha feita por várias vezes em 2016 e, depois, em 2017, pela libertação de Bonginkosi Khanyile, preso durante sete meses — e no agrupamento ‘jovens’ no âmbito da conferência de Mumbai, em que participaram camaradas do Afeganistão, da Índia, da Rússia, de França, da Bélgica e dos Estados Unidos.

6 — O Centenário da Revolução de Outubro de 1917: Data Fundamental para Reforçar a IVª Internacional e Recrutar

Entre numerosíssimos aspectos, a apaixonante discussão da conferência mundial de Mumbai demonstrou, se preciso fosse, que, cem anos depois de ter ocorrido, a revolução de Outubro de 1917 continuava a viver na consciência de numerosíssimos militantes do mundo inteiro apesar da devastação causada pelo estalinismo no movimento operário. Os 350 delegados de 28 países presentes em Mumbai ouviram, por exemplo, o responsável sindical dos trabalhadores da limpeza (sector que organiza numerosas mulheres trabalhadoras, especialmente exploradas) dizer: *“Os problemas que discutimos aqui não são fundamentalmente diferentes dos que se discutiam no movimento socialista há cem anos: havia ou não que aceitar a guerra imperialista? (...) Todos sabemos, é claro, o que aconteceu na Rússia. O que falhou, porém, foi o modelo, não o conceito do combate por um mundo novo. É por isso que continuamos a reclamar-nos da revolução russa.”* É evidente que este camarada, que não é trotskista, pega nas coisas no ponto de vista da sua própria experiência (experiência de militantes que foram ou são ainda influenciados pelos diferentes PCs indianos, tanto os alinhados com Moscovo como os alinhados com Pequim). Foi a partir desta experiência que o camarada tirou conclusões sobre a actualidade do que ele chama *“conceito do combate por um mundo novo”*. O nosso ponto de partida é naturalmente diferente. Com Trotsky, analisámos a responsabilidade

fundamental do aparelho contra-revolucionário do estalinismo na ofensiva de restauração do capitalismo que resultou no desmembramento da URSS em 1991. Não subsiste grande dúvida de que a discussão com este camarada indiano, como com muitos outros presentes em Mumbai, a discussão dos próximos meses, irá permitir aprofundar o que significa a actualidade da revolução russa, o que comporta, portanto, a análise do papel contra-revolucionário do estalinismo. Até onde chegaremos a acordo nestas questões? Só a discussão o dirá. Nem por isso é menos certo que o empenhamento comum no combate contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, marca uma convergência de posições acerca de uma questão fundamental: o capitalismo está definitivamente condenado, e o combate pela socialização dos meios de produção está mais do que nunca na ordem do dia.

Os delegados à Conferência de Mumbai ouviram a militante indiana que, na tribuna da conferência, lado a lado com uma camarada francesa, leu o apelo da camarada Rubina Jamil, do Paquistão, a transformar o 8 de Março de 2017 — data do centésimo aniversário da eclosão da revolução na Rússia, com as manifestações de mulheres em Petrogrado — numa jornada de mobilização internacional das mulheres trabalhadoras contra a guerra, contra a exploração, contra a dupla opressão das mulheres. Declarou ela: *“Podemos não avaliar da mesma maneira a revolução russa e o que aconteceu a seguir. Mas nem por isso ela deixa de ser um dos acontecimentos mais importantes da história mundial.”* É certo. Há, no movimento operário, pontos de vista muito diferentes sobre a revolução russa, sobre a sua degenerescência, sobre o estalinismo. Pela nossa parte, consideramos, com Leão Trotsky, que a União Soviética e, especificamente, a propriedade social que era o seu alicerce, representava, apesar da degenerescência burocrática, uma conquista da classe operária internacional, que era (até ao seu desmoronamento em 1991) objecto da luta de classes mundial. Foram estas as razões por que nunca abandonámos a luta pela “defesa da URSS” e por que, depois de 1991, articulámos, com o camarada Lambert, a perspectiva da “defesa e reconquista das conquistas de Outubro de 1917”. E é justamente porque temos essa experiência que compreendemos hoje o que significa a necessidade do combate incondicional em defesa de todas as conquistas operárias, de todas as organizações operárias (apesar de, e, por vezes, contra, os aparelhos que as controlam).

Para os militantes do CORQI, ao tomarmos as iniciativas que neste ano de 2017 tomamos e ao associar-nos a outras, o caso não é fazer “comemorações históricas” de um acontecimento já completamente desligado da actualidade. O que nos importa é dirigir-nos a milhares de trabalhadores, militantes operários e jovens, afirmando a existência de uma saída para a terrível crise do regime capitalista em decomposição, para as guerras imperialistas que assolam as nações, para a vertiginosa pauperização das massas. Afirmar uma saída para a crise do movimento operário, quando, em todas as organizações, se elevam, quais cantos de sereias, as vozes daqueles que apelam a que os trabalhadores renunciem aos seus interesses próprios se embrenhem no

“diálogo social”, não havendo, segundo eles, outra solução a não ser acompanhar os planos de privatização e desmantelamento das conquistas operárias. Aquela saída, é como já o era em 1917, a iniciativa das massas, a iniciativa de milhões de anónimos e oprimidos que, para citar Trotsky, rompem com *“a sua soturna vida de explorados”*, fazendo *“irrupção violenta na arena em que se joga o seu próprio destino”*. Exacta razão por que, para nós, a actualidade da revolução russa começa pela revolução de Fevereiro de 1917 e pela irrupção das camadas mais exploradas e oprimidas: as mulheres trabalhadoras, que, sem aval nem instrução de ninguém (nem sequer dos partidos operários), tomaram o seu destino nas suas próprias mãos.

A saída é, como era em 1917, a necessidade da ruptura. Ruptura com as instituições de opressão antidemocrática, inseparável, nesta época do imperialismo, da ruptura com o regime de propriedade privada dos meios de produção e, portanto, da questão da tomada do poder pelo proletariado, organizado nos seus próprios órgãos de poder. A saída é, como era em 1917, o governo operário, o governo responsável ante os conselhos operários, de camponeses, de soldados, que não presta contas a ninguém a não ser às massas e aos seus representantes. A saída é a ruptura com a guerra imperialista, exactamente porque a única possibilidade de assegurar a paz é atacar a raiz das guerras imperialistas que hoje devastam continentes inteiros: o regime da exploração capitalista.

As iniciativas que, neste ano de 2017 que será o ano da conferência mundial das secções do CORQI (Novembro de 2017), tomamos em redor do centenário da revolução russa remetem-nos, todas elas, para a actualidade da revolução de Outubro, para a actualidade da tomada do poder pela classe operária e, portanto, para o combate pela Internacional, pelo partido operário. Lembre-se aqui que comprometemos desde já as nossas forças com várias datas, a especificar na próxima reunião do Comité de Animação do CORQI. Animados pelo êxito das iniciativas tomadas por ocasião do 8 de Março de 2017 em relação às mulheres trabalhadoras, compete-nos afirmar a actualidade da revolução, voltando-nos resolutamente para as novas gerações.

Daí a preparação do campo internacional de jovens de 25 a 28 de Agosto de 2017, em França, no qual a TCI, secção francesa do CORQI, se comprometeu a juntar cem jovens de França e para o qual ficam desde já convidados jovens de outros países. Propomos, finalmente, que, no contexto da preparação da conferência mundial das secções do CORQI, se organizem, em cada país, de maneira adaptada a cada situação nacional, iniciativas em redor do aniversário da revolução de Outubro de 1917.

Jornadas de estudo, círculos de estudo marxistas, reuniões de discussão sobre a actualidade da revolução de Outubro — a forma pode variar segundo as nossas forças e as condições do país. Em toda a parte nos determinamos, porém, a reforçar as nossas organizações, a ganhar novos trabalhadores, novos militantes e jovens para o programa da IVª Internacional e, por conseguinte, para o combate organizado pela reconstituição da IVª Internacional. ●

TERCEIRA PARTE

Evolução e Confirmação Rápidas

Menos de dois anos passaram sobre a decisão tomada pela maioria da direcção da CCI, no final do mês de Junho de 2015, de “suspender” e, a seguir, expulsar vinte e três membros da direcção nacional da CCI, que, em conformidade com os estatutos, haviam exercido o seu direito de tendência: e, nas semanas seguintes, expulsar centenas de militantes solidários com os membros sancionados da DN. Os mesmos que, assim, assumiram a responsabilidade de cindir a secção francesa de imediato provocaram uma crise na IVª Internacional.

Rompendo com a tradição do camarada Lambert, que, em situação de crise, propunha que se publicasse a totalidade das posições em presença para as submeter aos militantes, o “comité de correspondência” substituiu a discussão política dos desacordos pelo recurso sistemático à calúnia, ao insulto e ao amálgama, métodos estranhos às tradições da IVª Internacional. No dia 4 de Julho de 2015, era publicado um boletim do “comité de correspondência” feito pelos que se tinham apropriado da sede. Isto, sete dias apenas depois da apresentação da plataforma política da tendência. Mais de 500 militantes trotskistas agruparam-se nessa plataforma, que recolhia os argumentos da discussão travada há meses. O boletim do dito “comité de correspondência” resolve o problema, falando de uma “pretensa tendência”, entregue a uma “operação cisionista nas fileiras da secção francesa, ameaçando, portanto, a IVª Internacional no seu conjunto”. Afirma terem-se tomado medidas para “neutralizar esta operação”, qualificada de “de destruição”. Vai mais longe, afirmando que a publicação da plataforma da tendência, a sua constituição participam da ofensiva contra a secção francesa “de todos os que decidiram tudo fazer, por todos os meios, para proibir a classe operária de se unir, com as suas organizações, ao seu próprio nível!” Alguns meses mais tarde, na resolução do “congresso da CCI” realizado em 6 e 7 de Fevereiro de 2016, os oitocentos militantes trotskistas de França e os militantes e grupos de vinte e um países reunidos em “conferência de urgência” em Turim (onde o CORQI se constituiu) são denunciados por se terem posto “ao serviço do imperialismo e das direcções reformista e estalinista” e acusados de terem constituído “uma força hostil à classe operária (...) que já marcou posição ao lado dos inimigos do combate pela independência de classe das organizações”⁵.

Esta utilização da calúnia e do insulto a fazer as vezes de argumentos políticos revela uma fraqueza extrema: a fraqueza do “comité de correspondência” em assumir a sua política e as suas posições. No entanto, a vida e a realidade da luta de classes encarregaram-se, nos vinte meses passados desde Junho de 2015, de revelar plenamente o conteúdo social e político da cisão perpetrada pelos responsáveis do “comité de correspondência”.

Outubro de 2015: no congresso da central sindical brasileira CUT (12ª CONCURT, de 13 a 16 de Outubro de 2015), Julio Turra, dirigente d’O Trabalho (secção brasileira da IVª Internacional) e membro do comité executivo nacional da CUT, toma a palavra, defendendo, ao lado do aparelho, a votação da moção sobre o PPE, o “plano de protecção do emprego” instaurado conjuntamente pelo patronato da metalurgia, pela direcção da federação de metalúrgicos da CUT e pelo governo Dilma (PT). O PPE consiste na integração do sindicato num dispositivo... em que os dinheiros públicos são transferidos para o patronato “em troca” da manutenção dos postos de trabalho contra redução dos salários⁶! Esta intervenção de Julio Turra contradiz a votação feita, por unanimidade, de uma resolução de condenação do PPE feita três meses antes pelo congresso d’O Trabalho.

Que um dirigente sindical que se pretende trotskista tome publicamente a defesa de um plano que redunde em integrar a central sindical na organização da redução dos salários de dezenas de milhar de operários da metalurgia é um facto de excepção gravidade. Os militantes que trabalharam com o camarada Lambert sabem que, enquanto vivo, o camarada Lambert teria com certeza proposto que a questão fosse sujeita a uma reunião extraordinária de uma instância de direcção da Internacional. A anos-luz disso, este acto de excepção gravidade foi oficialmente justificado pelo “comité de correspondência”. No mesmo momento em que militantes brasileiros e organizações do CORQI suscitaram publicamente o problema ocorrido no 12º congresso da CUT, que levantou interrogações nas próprias fileiras das organizações do “comité de correspondência”, especialmente no Brasil, Lucien Gauthier declarava, em reunião de balanço do pretense “IXº Congresso Mundial” (Fevereiro de 2016)⁷: “Julio Turra foi denunciado como lugar-tenente operário da burguesia. Ah! Julio Turra tem um de-

⁵ La Vérité, nº 89, Março de 2016.

⁶ Intervenção imediatamente posta em linha pelo aparelho da CUT: https://www.youtube.com/watch?v=ouxyXq_ukBw

⁷ La Lettre de la Vérité, nº 799, 22 février 2016.

feito, é que é membro do comité executivo da CUT. Tem assento na instância suprema da principal confederação sindical do Brasil. E a acção do camarada Julio Turra, em nome dos trabalhadores brasileiros, dos sindicalistas da CUT, é ajudar os processos da luta de classes.”

Deixe-se de parte que o orador, seguindo os métodos de calúnia anteriormente evocados, se livra de apresentar o mínimo documento emanado do CORQI em que Julio Turra fosse caracterizado como *“lugar-tenente operário da burguesia”*; pois se não havia nenhum! Deixemos igualmente a Lucien Gauthier a responsabilidade das suas palavras de que ser membro do comité executivo de uma confederação seja um *“defeito”*. Pela nossa parte, consideramos que a classe só é classe através das suas organizações e conquistas. Quem diz organização, diz aparelho e direcção, e nós, defensores que somos da existência das organizações operárias, não achamos que ser membro de uma sua direcção seja *“defeito”*!

É, em contrapartida, direito de todo o militante discutir a orientação aplicada por este ou aquele sector da direcção das organizações operárias. De modo mais geral, recordemos que o termo *“lugar-tenente da burguesia”* é uma caracterização, feita por Lenine, da política das direcções traidoras da IIIª Internacional, que está no cerne do combate da IVª Internacional.

Ora, que diz Lucien Gauthier sobre o fundo da questão? No congresso da CUT, explica, *“havia uma medida reaccionária, chamada PPE, que era uma medida de flexibilização. Os nossos camaradas, Julio e outros militantes, conseguiram fazer o congresso anterior da CUT adoptar uma moção de condenação dos PPE. Agora, neste congresso da CUT, aconteceu que determinadas fracções do aparelho sindical, como a federação da metalurgia, estavam já implicadas na execução de PPE. Os camaradas haviam preparado uma moção, a votar pelo congresso, a reafirmar a recusa dos PPE. Porém, o camarada Julio, com os outros camaradas, entendeu que, na situação dada, corriam o risco de ficar em minoria, que a votação dos PPE ia ser invalidada e a CUT se ia pronunciar pelos PPE. Então, nessa base, fizeram um compromisso: reafirmamos a posição da CUT e dizemos que a CUT vai “observar” a experiência dos PPE. Julio Turra e os seus camaradas conseguiram, assim, manter a CUT formalmente e nacionalmente oposta aos PPE e impedir a reversão da votação anterior.”*

Note-se que a aceitação pelo sindicato da metalurgia em nome da pretensa *“manutenção do emprego”* se deu no exacto momento em que a *Folha de São Paulo* anunciava a chegada de dois milhões de despedimentos...

Ora, o que nos explica o responsável do *“comité de correspondência”*, mal findo o pretense *“IXº Congresso Mundial”*? Que, *“para não ficar em minoria”* no congresso, a fracção dirigida por Julio Turra desistiu de defender a posição do congresso anterior da CUT contra o PPE (posição definida dois meses antes pelo congresso d'O Trabalho) e *“fez um compromisso”* com o aparelho para dar cobertura e apoio à instauração dos PPE, a pretexto de *“experimental”*.

Esta viragem, reflectida no congresso da CUT mal passavam três meses da cisão, manifestar-se-á de múltiplas formas nos meses que se seguem.

Em França, onde os dirigentes da CCI ocupam posições importantes nas instâncias das confederações sindicais operárias, inicia-se, em Março de 2016, um importante movimento de luta de classes que põe em movimento milhões de trabalhadores, que puxam pelas suas organizações. Durante mais de quatro meses, os trabalhadores, que conseguiram a junção com a juventude, procurarão erguer a frente única das suas organizações sindicais para fazer frente ao governo e obrigá-lo a retirar a sua contra-reforma do Código do Trabalho, a lei El Khomri. Os trabalhadores, servindo-se das suas organizações, procuram fazê-las recorrer ao único método de luta capaz de fazer o governo desistir: a greve geral, o bloqueamento da produção. Inversamente, os aparelhos dirigentes destas organizações, ligados aos partidos PS e PCF, que dão cobertura ao governo, obrigados pela potência do movimento a aderir à palavra de ordem *“retirada do projecto El Khomri”*, limitam-se estritamente a multiplicar as *“jornadas de luta”* de vinte e quatro horas (far-se-iam nada menos do que quatorze jornadas de luta sucessivas até ao mês de Junho) até o movimento de classe perder o fôlego e a lei ser adoptada⁸.

Durante todo este movimento, que durou mais de quatro meses, os dirigentes da CCI não só se abstiveram de fazer qualquer tentativa para ajudar a classe operária a constituir os seus próprios órgãos de combate para impor a greve até à retirada da lei, como abandonaram qualquer forma de crítica, mesmo muito limitada, à política dos aparelhos. Pior: nas organizações operárias, perseguiram sistematicamente qualquer militante, qualquer trabalhador — independentemente das opiniões políticas que pudessem ter — que se interrogasse sobre a táctica de luta das jornadas de luta *“às fatias”*, impotentes para fazer o governo recuar.

Saliente-se, em particular, a reviravolta de um dos principais dirigentes sindicais, membro da direcção da CCI, entre o mês de Janeiro de 2016 (quando a mobilização ainda não tinha arrancado) e o mês de Abril, quando milhões de trabalhadores se mobilizam e querem fazer ajoelhar o governo.

Em entrevista dada em Janeiro, Patrick Hébert declara: *“Hoje, depois do êxito do 9 de Abril de 2015, é preciso um apelo claro e inequívoco a fazer parar o país. Sabemos bem quais são as confederações capazes de assinar tal apelo.”*⁹

Repita-se: nessa data, não havia nem greves nem manifestações, o projecto de lei El Khomri ainda não tinha sido tornado público. Para Patrick Hébert, nada haveria de escandaloso na perspectiva de os dirigentes das organizações sindicais *“apelarem clara e inequivocamente a fazer parar o país”*, ou seja, por outras palavras, apelarem à greve geral. Três meses mais tarde, a situação mudou: em 9 de Março, apesar das reticências dos dirigentes, os trabalhadores puxam as organizações a fazer a junção com a juventude, e a massa dos trabalhadores mobilizados exige

⁸ Leia-se, nesta matéria, o artigo *“Quatro Meses de intensa Luta de Classes numa Situação Pré-Revolucionária”*, n° *“A Internacional”*, n° 3.

⁹ *Informations ouvrières*, n° 384, 14 de Janeiro de 2016.

em vão a “retirada”, esperando que as suas organizações organizem os meios de a conseguir. A questão que está na ordem do dia é claramente a da greve até à satisfação das reivindicações. É, aliás, essa, como se verá numa quarta parte destas notas, a tradição do nosso movimento, articular essa exigência nesse tipo de condições da luta de classes. Nesse mês de Abril de 2016, porém, enquanto trabalhadores e jovens respondem aos milhões, apesar de tudo, ao apelo às jornadas de luta, com greves e manifestações — apesar de terem consciência crescente de que tais formas de acção não chegarão para fazer o governo recuar —, Patrick Hébert muda completamente de discurso:

“É claro que era preciso a greve geral. O governo, sem dúvida alguma, retiraria o seu projecto. Só que nós sabemos que as coisas não são assim tão simples. Podemos passar bem o tempo. Podíamos, dia a dia, hora a hora, porque não segundo a segundo, como certos religiosos, salmodiar greve geral, greve geral! Há, aliás, quem não perca a oportunidade. Se lhes faz bem ao moral, já não é mau. Contudo, acho eu, considerando as tradições da luta de classes em França, é muito provável que, num momento dado, haja a greve geral; esses que passam o tempo a repetir sempre a mesma coisa vão acabar um dia por ter razão! É um bocado como as procissões que o clero espanhol organiza para fazer chover: acaba sempre por chover! (...) Ora, nós estamos, ainda, num ponto do tipo jornadas de luta.

Há quem pense, e é nos tais religiosos que estamos a pensar, que bastava que as confederações dessem a palavra de ordem de greve geral para que os trabalhadores, de dedo mindinho no cós das calças, passassem acto contínuo à execução.”¹⁰

Uma linguagem que faz pensar nos dirigentes social-democratas que Lenine e Trotsky fulminavam, aqueles que “falavam de socialismo aos domingos e dias feriados” para melhor fazer o contrário nos outros dias da semana. Patrick Hébert invoca que “é claro que é preciso a greve geral”... mas só para justificar os dirigentes que não apelam a fazê-la... e atirar a responsabilidade para cima dos trabalhadores, pois, segundo Patrick Hébert, são eles que provavelmente não responderiam a um apelo das confederações.

Orientação reivindicada não só por Patrick Hébert em Abril de 2016, mas também, oito meses mais tarde, pela direcção nacional da CCI, que, na sua resolução de 4 de Fevereiro de 2017, escrevia: “Se estamos convictos do poderio da classe e dos sólidos esteios que ela tem nas suas organizações de classe (que os cinco meses de mobilização dos trabalhadores e das organizações contra a lei do trabalho revelaram), não esqueçamos um só instante que não se fez a passagem à greve geral. Sabemos, porque o verificámos, que, para compreender porque foi assim, não basta acusar as direcções. Sabemos que as condições políticas para a irrupção não tinham amadurecido na classe, que a maioria dos trabalhadores hesitava, sabendo que a greve geral punha o problema do poder.”

Pior: em Março de 2017, o abandono de qualquer perspectiva de classe induz o mesmo Patrick Hébert a escrever, nas *Informations ouvrières* de 9 de Março, da

mobilização em relação à lei do trabalho: “O governo achou que tinha ganho. Mas foi uma vitória de Pirro. A lei do trabalho passou, sim... e o governo perdeu, a ponto de Hollande não se ter conseguido recandidatar.” Vitória de Pirro, como toda a gente sabe, é a maneira de designar uma vitória que, na realidade, é uma derrota. O governo terá, então, sofrido uma derrota? O Código do Trabalho ficou feito em cacos, mas o que importa é que Hollande não se tenha conseguido recandidatar? Ora, nós bem sabemos que, para a classe capitalista, pouco importa quem leva a cabo as contra-reformas. Se Hollande não se recandidata, alguém pegará no testemunho. Para a classe capitalista, o que importa é o golpe decisivo infligido ao Código do Trabalho. Para a classe operária, o que mais importa é o golpe decisivo infligido ao seu Código do Trabalho. Diga-se, todavia, que a deriva dos dirigentes da CCI é de tal ordem, que, neste período eleitoral, eles se comprometeram com o apoio de facto a um candidato, Jean-Luc Mélenchon, apoiado pelo Partido Comunista e por outras organizações, cuja particularidade é fazer campanha acirrada contra os partidos políticos. O seu objectivo, resume-o ele, declarando “federar o povo”, exprimindo “algo de maior do que os nossos partidos”¹¹. Em França, tal como na Itália e noutros países, a campanha para destruir os partidos políticos tradicionais enquadra-se numa ofensiva muito mais geral, que, em nome do “interesse geral”, contraposto aos interesses de classe, visa pôr em causa o direito específico da classe operária a dispor das suas organizações. É com esta campanha que, nesta primavera de 2017, alinham os dirigentes da CCI.

Deitar para cima das massas a responsabilidade de a luta da classe não ter vencido, transferir sobre elas o que é do foro da política dos dirigentes é uma velha receita de que o aparelho estalinista e, posteriormente, os pablistas usaram sem moderação durante décadas. Teremos agora de nos habituar a ver e ouvir estas fórmulas da boca e da pena daqueles que renunciaram ao trotskismo. Esta mesma política reflectiu-se, nos últimos vinte meses, em numerosos domínios, até em países em que não existe organização do “comité de correspondência”.

Os leitores de *Informations ouvrières* lerão, assim, com estupefação, em artigos consagrados à eleição de Trump, que “o congresso da AFL-CIO fora marcado por uma resolução adoptada por unanimidade que reivindicava uma segurança social baseada no salário diferido. Esta reivindicação contrapunha-se, na prática, ao projecto dito *Obamacare*”.

Os militantes operários americanos que tiveram acesso a esta prosa pasmaram. Ela evoca, sem dar datas, um acontecimento que remonta ao congresso da AFL-CIO de... 2007. Contudo, a subordinação da direcção da AFL-CIO ao Partido Democrata, velha de décadas, levou a central sindical, a partir de 2009, a espezinhar o voto do congresso e aderir ao *Obamacare*. Ora, se o *Obamacare* indiscutivelmente encerra alguns elementos favoráveis aos trabalhadores, ele foi adoptado em primeiro lugar em benefício das poderosas sociedades de seguros privadas.

¹⁰ *Informations ouvrières*, nº 396, 7 de Abril de 2016.

¹¹ Chegou mesmo a declarar que “Antes, referíamos-nos apenas ao interesse de classe. Para mim, o que agora prima é o interesse geral humano”, *Le Parisien*, 23 de Março de 2017.

Foi, por conseguinte, com toda a razão que os militantes operários agrupados no Labor Fightback Network declararam, em panfleto divulgado em 14 e 15 de Janeiro de 2017 em Nova Iorque, quando da convenção nacional da campanha que, nos sindicatos, luta por um sistema de segurança social baseado no salário diferido (*single payer*): “O ACA é uma lei escrita pelos representantes dos seguros privados. Com o ACA, são centenas de milhar de milhões de dólares que são desviados em proveito das grandes companhias de seguros privadas. Este dinheiro podia ser utilizado para garantir uma cobertura de doença de qualidade para todos. Já que se anda aí a perguntar: “O que se há-de pôr no lugar do ACA?”, o movimento sindical deve passar à ofensiva e exigir a substituição do ACA pelo *single payer*. É a única maneira de preservar e alargar as poucas conquistas positivas que o ACA compreende. E a única maneira de garantir o direito à saúde para todos.”

Pouco importa, porém, para *Informations ouvrières*, que se impõe a tarefa de fazer crer que a direcção da AFL-CIO tem respeitado, desde 2009, o mandato do congresso de 2007. Apesar dos factos e contra eles, *Informations ouvrières* continua a sua campanha: em 19 de Janeiro de 2017, IO persiste em escrever que “a reivindicação do movimento operário, reafirmada no congresso da AFL-CIO, de um sistema de saúde com um só pagador, ou seja, sem seguros privados, mantém toda a actualidade.”¹²

Porquê? Sem dúvida por razões idênticas às que fizeram o mesmo jornal, *Informations ouvrières*, publicar um artigo, mal acabaram as eleições presidenciais americanas, de imediato divulgado em todas as línguas por todo o mundo, que, pura e simplesmente, apagava o movimento operário americano do mapa: nele não se encontra nenhuma referência aos sindicatos, à AFL-CIO. Sobretudo, não há uma palavra sobre o apoio dado pela direcção da AFL-CIO à candidata Hillary Clinton, a candidata de Wall Street, do capital financeiro. No Norte como no Sul, na Europa como no continente americano, a política do “comité de correspondência” reserva-se, em todas as circunstâncias, dar cobertura à política dos aparelhos. Não é menos verdade no caso do continente asiático.

Assim, num CEM de 25 de Novembro de 2016¹³, o orador acusa: “No que diz respeito à conferência de Mumbai, o título é revelador da ruptura com a AIT: “Conferência Mundial contra a Guerra, a Exploração e o Trabalho Precário”. Esta última questão é um acrescento, e não é acessório, relativamente às conferências da AIT. Porquê acrescentar “contra o trabalho precário”, como se este não fosse uma manifestação, como outras, da exploração capitalista? (...) Pois é, é o resgate pago aos maoistas estalinistas indianos com quem eles organizaram a conferência: eles põem no mesmo pé exploração e trabalho precário, quando a precariedade é um dos meios de baixar o custo do trabalho e reforçar a exploração capitalista. Separar “trabalho precário” do resto é, na realidade, alinhar com a campanha feita pela CSI e pela FSM (de que são aderentes alguns sindicatos dirigidos pelos mao-estalinistas) contra a precariedade, conduzindo à reivindicação de “trabalho decente”. Tudo isto, claro, com uma linguagem radical.”

Combater o trabalho precário seria, então, “alinhar com a campanha feita pela CSI e pela FSM” e com a sua campanha pelo “trabalho decente”? Ou seja, alinhar com os sectores do aparelho sindical à escala internacional mais integrados nas instituições capitalistas, nos aparelhos de Estado?

A acusação ganharia em ser fundamentada. Pois, como diz o militante indiano Milind Ranade, responsável do sindicato KVSS-NTUI, que organiza 7.000 trabalhadores da limpeza de Mumbai, em carta ao director de publicação de *La Lettre de La Vérité*: “No meu país, como noutros países em vias de desenvolvimento, 93% da mão-de-obra é empregada a título precário no sector conhecido sob o nome de “sector informal” (...) É hora de reconhecer que a luta contra o trabalho precário é uma necessidade e de reforçar a acção pela solidariedade entre todos os trabalhadores e contra o grande patronato. A classe operária sofre, neste momento, ataques violentos da parte dos governos, dos patrões e das multinacionais. (...) Creio que concentrar a vossa energia e o vosso tempo ao combate contra o capitalismo produziria resultados mais úteis para a classe operária do que espalhar calúnias.”

Também se podia recordar a longa campanha “pela proibição do trabalho precário” feita pela secção francesa da IVª Internacional em 1989, que culminou numa manifestação de vários milhares de trabalhadores e jovens contra a política de precarização da juventude levada a cabo por um governo do Partido Socialista em França. Ou ainda a conferência mundial aberta de Berlim “contra a desregulamentação”, em 2002.

Nesta matéria, como noutras, o “comité de correspondência” do 87 vira costas à nossa história, ao que foi outrora a nossa experiência comum. Espezinha alegremente todas as lições da actividade realizada com o camarada Lambert para tentar organizar as camadas mais exploradas e mais oprimidas do proletariado à escala internacional. A razão é uma só: o fascínio pelas cúpulas e por aquilo a que Lenine chamou “a aristocracia operária”, à qual, para os dirigentes do “comité de correspondência”, se resumirá a classe operária internacional no seu conjunto. As mesmas razões que fazem com que o mesmo orador do CEM de 25 de Novembro se ponha a polemizar contra a campanha pela ruptura com a União Europeia iniciada pelo POID em França; orador esse, que não hesita em sacrificar à circunstância vinte e cinco anos de combate da nossa corrente: “No fundo, para eles, tudo está condicionado à ruptura com a União Europeia e a Vª República. (...) Vimos a Grã-Bretanha romper com a União Europeia, já está... os liquidacionistas (a TCI, na boca do anónimo orador de 25 de Novembro - NdR) vibraram: “Vitória da classe operária!” E então? O governo conservador prepara uma nova lei anti-sindical ainda pior que a anterior. E então? Será preciso que a luta de classes consiga, como condição prévia para poder ganhar, a ruptura com a União Europeia e a ruptura com a Vª República? Não. A lei El Khomri podia ser retirada sem se romper com a União Europeia. O CPE foi retirado sem que a França saísse da União Europeia nem rompesse com a Vª República. Mas o CPE foi retirado pela luta de classe da juventude e da classe operária. (...) Ora bem, no passado talvez tenhamos abusado um pouco

¹² *Informations ouvrières*, nº 436, 19 de Janeiro de 2016.

¹³ Texto reproduzido em *La Lettre de La Vérité*, nº 833 (15 de Dezembro de 2016).

da palavra de ordem de “ruptura com a União Europeia”, como slogan vazio de substância. Entretanto, a situação mudou: a União Europeia era um quadro de desregulamentação. O desenvolvimento da crise do capital, de que as eleições americanas voltaram a ser reflexo, e a crise de desmembramento da União Europeia fazem com que o capital financeiro levante novas exigências: quer destruir tudo, e o próprio quadro da União Europeia já não está adaptado, embora ele continue a utilizá-lo.” (Um pouco mais adiante, o orador denuncia-nos nos seguintes termos: “esses, que são doentes da União Europeia...”).

Recordemos o que escrevia o camarada Lambert aos camaradas alemães numa “Contribuição para a Discussão Internacional”¹⁴: “As secções europeias usam demasiado pouco a ruptura com a União Europeia como eixo das suas intervenções políticas. A estratégia de frente única é, entenda-se, uma necessidade para cada secção, para ajudar a luta de classe. Isso, entenda-se, não implica que cada intervenção na luta de classes se subordine necessariamente à exigência de inscrever a ruptura com a União Europeia na luta de classe directa pelas reivindicações, como condição de intervenção política. A frente única é a condição para realizar a unidade na acção, no combate, por reivindicações bem definidas e motivadas. Mas a ausência de combate concreto contra a União Europeia levar-nos-ia a não definir meios políticos para quebrar os obstáculos à luta de classes levantados pelos aparelhos e pelas suas filiais esquerdistas e pablistas. No que nos diz respeito, não nos é possível abandonar a nossa independência política. Devemos, assim, pela nossa parte, avançar, com formas adaptadas, em plena independência, em todas as circunstâncias, com a ruptura com a União Europeia. Não levar a cabo a nossa política de construção com esta orientação equivaleria a dissolver-nos, na prática, como secções da IVª Internacional.”

Esta posição era, há dez anos, partilhada pelos membros da direcção da secção francesa da IVª Internacional no seu conjunto. Pelo menos, todos eles afirmavam, de mão no peito, partilhá-la. Pela nossa parte, continuamos a considerar correcta esta carta do camarada Lambert. Ela responde, de certo modo, antecipadamente ao orador do centro revisionista, que pretende que fazer campanha pela ruptura com a União Europeia é fazer dela condição para a acção comum na luta de classes: “A estratégia de frente única é, entenda-se, uma necessidade para cada secção, para ajudar a luta de classe. Isso, entenda-se, não implica que cada intervenção na luta de classes se subordine necessariamente à exigência de inscrever a ruptura com a União Europeia na luta de classe directa pelas reivindicações, como condição de intervenção política.”

Assim se estabelece a relação exacta entre, por um lado, a intervenção dos revolucionários na luta de classes, combatendo para ajudar os trabalhadores a definirem as suas reivindicações e ajudar as massas a usarem as suas organizações (especialmente as organizações sindicais); e, por outro lado, o combate político pela ruptura com a União Europeia: “A ausência de combate concreto contra a União Europeia levar-nos-ia a não definir meios políticos para

quebrar os obstáculos à luta de classes levantados pelos aparelhos e pelas suas filiais esquerdistas e pablistas.” Para o camarada Lambert (assim como para a direcção da secção francesa da IVª Internacional no seu conjunto, há dez anos), o combate político pela ruptura com a União Europeia é, antes de mais nada, uma ajuda a “quebrar os obstáculos” dos aparelhos e seus cúmplices. A subordinação destes à União Europeia (em nome da “Europa social” ou dos pretensos “serviços públicos europeus”, no âmbito da CES, do Partido de Esquerda Europeu, dos fóruns sociais e outros) é a forma que assume a sua subordinação ao regime da propriedade privada dos meios de produção. Há, portanto, relação directa entre combate político pela ruptura com a União Europeia e ajuda à irrupção da luta de classes directa.

Quanto ao argumento de que “a lei El Khomri podia ser retirada sem se romper com a União Europeia”, a justificar o deixar de “abusar” da palavra de ordem de ruptura com a União Europeia como no passado... nós poderíamos acrescentar: “A lei Khomri podia ser retirada sem se romper com o capitalismo”. Será necessário renunciar ao combate pelo socialismo?

De passagem, releve-se o seguinte: se a lei El Khomri “podia ser retirada sem se romper com a União Europeia”, porque não foi? O orador do CEM de 25 de Novembro mete-se aqui por caminhos que se podem mostrar perigosos para a sua demonstração. Se a lei El Khomri não foi retirada, atrever-se-á o nosso neo-pablista a dizer que foi por as massas não estarem suficientemente convencidas da necessidade de impor a sua retirada? Ora bem... A qualquer trabalhador que tenha feito greve e se tenha manifestado contra ela se afigura que, se a lei El Khomri não foi retirada, foi em função da política das direcções que, nos meses anteriores, haviam reiterado a sua vassalagem à Confederação Europeia dos Sindicatos, a qual se havia pronunciado, especialmente, contra o Brexit. As coisas estão obviamente ligadas, como recordava Lambert em 2006 na carta aos camaradas alemães. Quanto a decretar que estamos numa nova situação, em que a classe capitalista irá renunciar a utilizar as armas da União Europeia... é preciso estar a anos-luz da realidade da luta de classes para dizer uma coisa destas. Notar-se-á, aliás, que os próprios camaradas do orador do CEM de 25 de Novembro não hesitam em escrever exactamente o contrário nas *Informations ouvrières* e na sua imprensa sindical¹⁵.

Uma vez mais, não se pode tratar estas questões num ponto de vista puramente abstracto, mas sim no ponto de vista concreto das posições tomadas na luta de classes.

Assim, entre os membros da pretensa coordenação do pretense Acordo está o militante catalão Jordi Salvador Duch. Aquele que, há poucos anos, participava nas campanhas do Acordo na qualidade de responsável sindical da UGT de Tarragona, empreendeu, entretanto, uma carreira política. Eleito para as Cortes (Parlamento) de Madrid como representante de um partido burguês, a Esquerda Republicana Catalã, JSD manifestou-se publicamente a favor das directivas europeias no domingo, 5 de Junho de 2016, quando, nas ruas de

¹⁴ 5 de Novembro de 2006, texto preparatório do VIº Congresso Mundial da IVª Internacional.

¹⁵ Leia-se nesta matéria o artigo de François Forgeue “O Combate

pela Ruptura com a União Europeia É, Mais do que Nunca, o Combate pelo Governo Operário e pelos Estados Unidos Socialistas da Europa”, *A Internacional*, nº 5.

Barcelona, desfilou à cabeça de uma manifestação (convocada por todos os partidos, com excepção do PP franquista), atrás de uma bandeirola “Pela aplicação das directivas europeias em matéria de ambiente”. Ornamentava a bandeirola a bandeira azul estrelada da UE. Disso, nem uma palavra, naturalmente, nem no órgão do POSI de Espanha, nem nas *Informations ouvrières* em França. Porém, no órgão do POSI espanhol, *Información Obrera*¹⁶, é possível ler uma entrevista com Joan Tarda, chefe do grupo parlamentar da ERC nas Cortes de Madrid. Os dois dirigentes do POSI que realizam a entrevista, acompanhados de JSD, fazem-lhe esta pergunta: “Também ouvi que, em contrapartida, tu estavas confiante em que a UE poderia acolher a Catalunha como nação independente...” Resposta: “Nós dizemos que a UE não nos expulsará. Seria um autêntico traumatismo, porque isso equivaleria a quebrar o ADN da UE como concepção. A UE estava disposta, tanto os partidos conservadores como os progressistas, a engolir sapos enormes para que os britânicos não saíssem. Disposta a recuar em relação ao pouco que se conseguiu em matéria de harmonização das políticas sociais e fiscais dentro da UE, a aceitar que a City de Londres se tornasse num paraíso fiscal e que os trabalhadores dos outros países ficassem com condições sociais diferentes das dos britânicos na Grã-Bretanha. Os discursos deles eram de recuo para impedir a criação do precedente de uma saída. E a nós, iam-nos expulsar?” Tarda reivindica, portanto, uma Catalunha “independente” no quadro da União Europeia, o que se coadunaria, para ele, com o “ADN da UE”. É essa, de facto, a posição da ERC, razão por que JSD participa na manifestação “pela aplicação das directivas europeias”. Que comentário fazem os dirigentes do POSI que participam nesta conversa? Escrevem: “A UE não respeita a soberania dos povos. Aparece como cada vez mais anti-democrática, com um Parlamento que não legisla e um governo que não é eleito. Soberania é decidir, e há quem receie que passe a ser em Bruxelas, em vez de em Madrid, que se lhes ponha a corda ao pescoço.” “Há quem receie” que uma Catalunha “independente” subjugada a Bruxelas não seja mais soberana do que quando estava subjugada à monarquia franquista? Mas quem? E que pensam disso os dirigentes do POSI? Nada se saberá... Quanto a Tarda, afirma sem complexos, nas colunas de *Información Obrera*, a sua política pró-UE: “Sim, mas também é certo que o destino das nações sem Estado que ainda existem — pois há muitas na Europa (...) —, o nosso destino está ligado à Europa, à evolução da Europa (...), a uma Europa diferente. Que isso aconteça através da evolução da actual UE ou se haverá a possibilidade de uma catarse, isso é outra questão. Nós ficamos... escoceses, bascos, galegos, catalães, o povo da Córsega (...)” Esta completa subordinação da ERC à União Europeia (subordinação totalmente contraditória com o direito do povo catalão a decidir livremente o seu destino) tem consequências bem práticas, que Tarda reivindica: “Que estamos a fazer na Catalunha? Uma coisa cheia de contradições, pois tacticamente optámos por apoiar um governo que fazia cortes e que (...), em Madrid, votava a favor de algumas das leis mais reaccionárias do PP [Partido Popular, constituído pelos herdeiros do franquismo - NdR]. (...) Nós achamos que a táctica foi correcta, como os

resultados eleitorais e o cenário de ruptura em que nos encontramos demonstram.” Em Madrid, nas Cortes, o grupo da ERC (de que faz parte JSD, que nele tem assento desde Dezembro de 2015) vota a favor das leis mais reaccionárias do partido franquista de Rajoy. Em Barcelona, a ERC, no âmbito da coligação que está no poder na Generalitat, executa os cortes, preparando, assim, uma futura “Catalunha independente membro da UE”.

É conhecido o provérbio inglês que Engels gostava de citar: “A prova do pudim está no comê-lo.” A prova do carácter totalmente anti-trotskista da orientação do “comité de correspondência” é dada por esta promoção de Jordi Salvador Duch como um dos principais organizadores da futura “conferência mundial de Argel” enquanto vai votando, no Parlamento, as medidas ditadas pela União Europeia e pelo capital financeiro, em aliança com o Partido Popular, partido da continuidade franquista em Espanha. Sem que isso dê lugar a uma palavra de distanciamento dos dirigentes do “comité de correspondência”. De que Acordo Internacional se está a falar? Pode existir um Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos com, à cabeça, um deputado que vota a favor das medidas reaccionárias de um dos governos mais reaccionários de toda a Europa?

Repita-se que a política de cobertura não poupa nenhum continente. Na África do Sul/Azânia, o “comité de correspondência” e o seu representante local entregam-se a uma autêntica operação de língua bifurcada.

Por um lado, as páginas das *Informations ouvrières* e de *La Vérité* multiplicam “entrevistas com Lybon Mabasa” de página inteira, repetindo o mesmo refrão: O Socialist Party of Azania (SOPA), de que Mabasa é presidente, fará campanha “pela República Negra, pela terra para a maioria negra, pela nacionalização das minas, pelo apoio aos estudantes, etc.”. Essa é a versão para o leitor francês.

Para quem quer que conheça a actividade do “presidente do SOPA” (no mais, cada vez mais isolado) na África do Sul/Azânia, a realidade é inteiramente diferente. A realidade é que o SOPA está em vias de liquidação pelo seu próprio presidente, com a cumplicidade do “comité de correspondência” sediado na rue du Faubourg Saint-Denis, 87, em Paris. Liquidar o SOPA é liquidar uma conquista construída em muitos anos: constituído em 1998, com a ajuda dos militantes trotskistas, a partir de uma ruptura na AZAPO, o SOPA, transição para um partido revolucionário da classe operária negra, ligava estreitamente o combate do proletariado ao combate pela emancipação nacional da maioria negra da Azânia.

Nenhuma instância de direcção do SOPA se reuniu desde, pelo menos, 9 de Julho de 2014, altura em que o seu secretário-geral, preocupado com os problemas de funcionamento e a paralisia do partido, se dirigiu ao presidente e aos outros membros da direcção do SOPA, pedindo a convocação de um congresso no mais breve prazo. A carta do secretário geral, de 9 de Julho de 2014, rezava nomeadamente: “O Partido deixou de estar funcional (...) Temos, portanto, de decidir se continuamos pelo mesmo caminho ou se, enquanto dirigentes e fundadores deste partido, nos reunimos para corrigir a situação.” Esta carta

¹⁶ *Información Obrera*, nº 307, 9 de Setembro de 2016.

nunca teve resposta. Nem o secretário-geral, nem o vice-presidente do SOPA, nem o presidente em funções da organização de juventude, a SAYRO, foram convocados, desde Julho de 2014, para qualquer instância de direcção. A ausência de reuniões das instâncias de direcção (quer do SOPA quer da secção azaniana) está, obviamente, relacionada com o conteúdo da política de dissolução-liquidação do SOPA, que teria tido contra ela a maioria dos militantes, fosse em que instância de direcção do SOPA fosse. Esta política é aquilo a que Lybon Mabasa e os seus “parceiros” — os presidentes da AZAPO e do Black Consciousness Party (BCP) — chamam o “processo de unificação da consciência negra”. Faz agora dois anos que se iniciou um processo de fusão sem princípios entre a direcção do SOPA e a da AZAPO, mais exactamente o presidente da AZAPO, o professor Itumeleng Mosala, que foi igualmente representante da Câmara de Comércio Americana na África do Sul¹⁷.

Ora, após os acordos de Kempton Park de 1994, a direcção da AZAPO abandonou a herança progressista de Steve Biko e tornou-se num grupo de apoio às grandes linhas da política reaccionária do governo do ANC e do PC. Este apoio nunca foi posto em causa, reflectindo-se na participação de dirigentes da AZAPO no governo e, mais recentemente — até a AZAPO desaparecer do Parlamento —, na votação, pelo último deputado da AZAPO, Dikobo, do orçamento do governo, em Junho de 2013 (poucos meses após o massacre de Marikana!). No âmbito deste “processo de fusão” — na realidade, de dissolução do SOPA na AZAPO sob a direcção de Mosala, como vamos ver — nada, evidentemente, de “combate pela República Negra, pela terra para a maioria negra, pela nacionalização das minas, pelo apoio aos estudantes, etc.”.

Assim, em 29 de Novembro de 2016, os três presidentes da AZAPO, do SOPA e do BCP publicaram uma declaração conjunta no âmbito do “processo de unidade”.

“Os presidentes do Movimento da Consciência Negra (BCM), os camaradas Dr. Nchaupe Aubrey Mokoape do BCP, Lybon Mabasa do SOPA e o professor Itumeleng Mosala da AZAPO, reunidos em encontro urgente e especial no aeroporto internacional Oliver Tambo para analisar a crise que o país atravessa à luz do descalabro presidencial por que o ANC passa, deram nota de que:

O cancro da corrupção e a inércia da liderança, a falta de profissionalismo na governação puseram o país, a nação e o povo da África do Sul numa posição histórica e precária.

O movimento real e natural do povo, o Movimento da Consciência Negra, deliberadamente destruído pela maioria no poder e pelos seus aliados brancos, está pronto para renascer com força, como o tem demonstrado a recente revolução estudantil e as sublevações que a precederam.

As organizações da sociedade civil do nosso país mobilizam-se para reafirmar o direito do povo a defender a revolução pela qual tanta gente morreu e, assim, salvar a África do Sul. Nós estamos, pois, resolvidos a declarar ao nosso povo e às suas organizações que os presidentes do Movimento da Consciência Negra:

Apelam a que todos se levantem para salvar o nosso país.

Apelam aos estudantes para que intensifiquem a sua luta Fees Must Fall e por um ensino de qualidade e descolonizado.

Convidam os pais e as comunidades religiosas do nosso país a apoiarem a luta por uma liderança e uma governação íntegras, a apoiarem as lutas dos estudantes e as exigências dos trabalhadores do nosso país.

Apelam a todos os Sul-Africanos, aos quadros do BCM e às organizações políticas irmãs para que reconquistem a herança da luta.

Apelam ao nosso povo para se preparar para tomar o poder nas eleições nacionais de 2019, a fim de salvar a revolução azaniana.

Assinado:

Camarada Dr. Nchaupe Mokoape

Camarada Lybon Mabasa

Camarada Prof. Itumeleng Mosala”

Esta declaração, nunca discutida em nenhuma instância do SOPA, é um verdadeiro programa político e um manifesto eleitoral para as eleições legislativas de 2019.

Da subordinação do ANC e dos seus aliados do SACP e da COSATU aos interesses da minoria branca e do imperialismo mundial através dos acordos da CODESA e de Kempton Park? Nem uma palavra a esse respeito na declaração.

Combate pela República Negra, pela lei da maioria negra? Nem uma palavra.

Terra para a maioria negra, num país em que 70% das terras estão nas mãos dos agricultores brancos? Nem uma palavra. Luta da classe operária negra, massacre de Marikana comanditado pelos dirigentes do ANC e do NUM? Nem uma palavra!

Nacionalização sem indemnização das minas? Nem uma palavra!

Como havia de haver? Como é que questões como estas — que, desde 1998, têm estado no cerne do combate do SOPA — podiam ser levantadas, quando o presidente do SOPA se subordina à direcção da AZAPO, a qual, nos últimos vinte anos, tem cooperado com o governo do ANC, aplicado a sua política e até participado nele?

A conclusão desta declaração é simplesmente espantosa: apela “ao nosso povo para se preparar para tomar o poder nas eleições nacionais de 2019, a fim de salvar a revolução azaniana”. “Tomar o poder em 2019?” Nas eleições organizadas no âmbito das instituições anti-democráticas saídas de Kempton Park? Que mineiro, que camponês sem

¹⁷ Quem é Mosala? Publicamente, no palco político, é presidente da AZAPO (de que o SOPA é uma cisão de 1998). Mas o professor Mosala tem várias capacidades. É, nomeadamente, membro da mesa da Câmara de Comércio Americana na África do Sul (ACCSA), representante, portanto, dos interesses comerciais dos capitalistas dos Estados Unidos. Para ilustrar o que isso significa, lembremos as palavras de Mosala ao *Sowetan* (31 de Janeiro de 2013) a propósito do aumento de 16% das tarifas da empresa de energia sul-africana

Eskom. Dizia ele, nomeadamente: “A manutenção e os recursos humanos representam a maior parte das despesas operacionais da Eskom. (...) O salário médio por assalariado durante o primeiro ano do aumento será de 613.000 rands, passando a 821.000 rands no espaço de cinco anos, o que parece muito. (...) A África do Sul tem que atrair investimentos directos estrangeiros, e nós julgamos que os aumentos pedidos pela Eskom tornarão este objectivo mais difícil de alcançar.”

terra, que estudante em luta por *Fees Must Fall* há-de acreditar nisso?

Uma coisa é certa: é que, ao reconstituírem a secção azaniana da IVª Internacional, no âmbito do CORQI, no dia 7 de Janeiro de 2017, os militantes trotskistas da Azânia decidiram que o património político do SOPA não seria liquidado.

Em conclusão, podiam-se evocar muitas outras questões. As organizações do CORQI podiam testemunhar, cada uma em seu país, das consequências devastadoras da passagem ao revisionismo liquidacionista da clique que se apoderou do

secretariado internacional da IVª Internacional, do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos e da sede da rue du Faubourg Saint-Denis, 87, sem qualquer legitimidade. A lista seria longa, teremos ocasião de voltar ao assunto na conferência do CORQI.

Os poucos factos aqui evocados chegam para indicar o conteúdo desta ruptura, plenamente revelado nos actos concretos cometidos nos últimos tempos por aqueles responsáveis. Temos agora de responder à seguinte questão: como se cristalizaram as coisas, quais são as raízes sociais desta crise? ●

QUARTA PARTE

Uma Crise que Vem de Longe

Não é propósito das notas que abaixo se lerão analisar a situação mundial. Para isso, remetemos os camaradas para a leitura de vários documentos, especialmente as “Notas Editoriais” publicadas no nº 5 d’*“A Internacional”* e para o artigo intitulado “Mais uma vez, as Forças Produtivas. O que a Eleição de Trump Revela sobre o Impasse do Sistema Capitalista”. Tão-pouco têm estas notas o propósito de definir a orientação e campanhas da IVª Internacional para o próximo período. Todos estes pontos serão desenvolvidos e discutidos na preparação da conferência e na própria conferência. Primeiro, porém, em conformidade com o método do marxismo, temos contas a prestar: a crise que atingiu a Internacional em 2015 foi a mais importante desde a de 1950-1953, com a qual tem, em muitos aspectos, como se verá nestas notas, características em comum, num contexto diferente. Esta crise impõe a quem, como nós, combateu pela preservação da IVª Internacional e luta para reconstituí-la, a obrigação de abrir uma discussão intransigente sobre o que está na sua raiz e o seu significado. É para abrir esta discussão que estas notas servem.

1. A crise que rebentou com a IVª Internacional em 2015 veio de longe. O camarada Lambert desenvolveu com frequência a ideia de que não podia haver “burocratização” da IVª Internacional. Ou então, dizia, isso significaria que a IVª Internacional teria passado a ser controlada pelos aparelhos burocráticos, importando na sua destruição como ferramenta de combate pela revolução proletária. Não se pode compreender a crise que fez rebentar a IVª Internacional se se escamotear a investigação das suas bases sociais. Do que, de facto, se trata é que um sector dos aparelhos e, através deste, o Estado, tentou apoderar-se do controlo da IVª Internacional, começando por se apoderar da secção francesa. Se, em 2015, a IVª Internacional não ficou sob o controlo dos aparelhos burocráticos foi porque um sector significativo da secção francesa e da sua direcção e um sector significativo da IVª Internacional e das suas direcções resistiram a essa destruição. Foi, não obstante, essa tentativa de tomar conta dela que esteve na raiz da crise de 2015. Não porque a França ocupe um lugar de destaque na luta de classes à escala mundial. Contudo, na história da IVª Internacional e, mais particularmente, na história da corrente que resistiu ao revisionismo pablista e que os nossos adversários designam como “lambertista” — a secção

francesa ocupou um lugar historicamente importante. Já antes fora alvo de tentativas de controlo da parte do Estado e do Partido Socialista no poder. No que diz respeito à crise de 2015, a ofensiva mobilizou-se plenamente após a eleição de Hollande (2012) e, concomitantemente, de Cambadélis como primeiro secretário do Partido Socialista. Começara, contudo, muito antes.

2. Não pedimos a ninguém que acredite no que dizemos só porque o dizemos. O marxismo procede dos factos reais.

Publicaremos, portanto, textos e documentos, de modo que os militantes possam absorver os acontecimentos tal como eles se desenrolaram. Estamos prontos para discutir e levar em linha de conta todas as objecções que sejam estribadas em factos. Apesar do seu carácter volumoso, este documento não se pretende exaustivo. Numerosas ocorrências ficarão por tratar. Quer por terem desempenhado um papel marginal no desenvolvimento da crise, quer porque, no momento em que escrevemos, nos falta documentação para podermos focá-las correctamente, quer ainda porque merecem ser alvo de desenvolvimento específico, havendo ensejo de nos debruçarmos de novo sobre eles em textos complementares até à conferência de Novembro de 2017. É, nomeadamente, o caso de vários desenvolvimentos relativos à crise na Internacional. Já que temos primeiro de esclarecer, em pormenor, a forma que esta cristalização tomou na secção francesa antes de nos debruçarmos sobre como o processo se alargou a toda a Internacional.

Apesar do seu volume, este texto não tem, pois, a pretensão de varrer todos os aspectos desta crise, mas de fornecer elementos factuais suficientes para o leitor poder apreender o encadeamento dos acontecimentos e formar, a partir dos factos expostos, a sua própria opinião sobre o que foram as raízes da crise de 2015 e os recursos da resistência que a pôs em xeque. Sejam precisos: a ofensiva de destruição conseguiu, em parte, fazer estalar a IVª Internacional, mas falhou em fazê-la desaparecer. Primeiro, a constituição da TCI, depois do CORQI, marcam o falhanço desta tentativa de transformar a IVª Internacional e a sua secção francesa em apêndice dos aparelhos contra-revolucionários. Este resultado viu-se confirmado, no plano da transição, pelo êxito da conferência de Mumbai e pela constituição do Comité Operário Internacional contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária.

3. Os destinos da secção francesa e da Internacional estão inextricavelmente ligados. Por isso, antes de entrar a fundo no assunto dos processos tal como se desenrolaram em França, temos que fazer um desvio por uma questão teórica que tem sempre ocupado uma posição central na IVª Internacional: o lugar da URSS e da sua defesa (até ela se ter desmoronado). Por ocasião de uma conferência realizada na rue du Faubourg-Saint-Denis, 87, em 25 de Novembro de 2016 — conferência por contra-senso intitulada Círculo de Estudos Marxistas, cujo texto foi reproduzido no nº 833 da muito mal intitulada *Lettre de La Vérité*, de 15 de Dezembro passado —, o orador polemiza contra a nossa corrente. Cita, para o efeito, o seguinte passo do apelo adoptado pela Conferência de Mumbai: *“Há vinte e cinco anos, o desmembramento da URSS foi recebido por todas as forças do imperialismo como sinal para uma ofensiva sem precedentes, em cujo ponto de mira estão os direitos e garantias colectivas dos trabalhadores do mundo inteiro.”* Polemiza o relator: *“Então a URSS era um factor de protecção contra a ofensiva imperialista à escala mundial? Nem uma palavra sobre a responsabilidade da burocracia do Kremlin, nem uma palavra sobre a burocracia chinesa... silêncio eloquente, para estes grandes lutadores contra os aparelhos. Que dá à conferência de Mumbai o seu verdadeiro conteúdo.”*

Renegando, deste modo, todo o património do trotskismo, o relator do centro revisionista pretende que a URSS e a burocracia estalinista formam um mesmo conjunto. Para ele, a liquidação da URSS — que assentava, ainda que de maneira burocraticamente deformada, nas relações sociais saídas de Outubro de 1917, que a burocracia nunca deixou de minar — e o seu posterior desaparecimento não terão surtido consequências no ponto de vista da luta de classes mundial. Esta análise evita ter de se pronunciar sobre a ofensiva iniciada pela classe capitalista há vinte e cinco anos, apoiada na liquidação da URSS, contra os trabalhadores, as classes operárias e os povos do mundo inteiro. Evita pronunciar-se sobre o agravamento da pressão exercida sobre as organizações operárias em resultado de, nas suas cúpulas, os sectores saídos da crise de decomposição do estalinismo terem definitiva e abertamente aderido à economia de mercado, colocando-se alguns desses sectores na primeira linha da execução de todos os dispositivos de integração corporativista.

Esta “análise” apresenta, além disso, a vantagem de dizer que a situação pouco se terá modificado nos últimos vinte e cinco ou trinta anos. E que, no fim de contas, se não se modificou nesse período, porventura não se terá modificado já há muito mais tempo? A própria natureza do imperialismo como estádio supremo do capitalismo é, assim, posta em causa na prática. Semelhante “análise” fornece um “embrulho teórico” cómodo para a política de alinhamento com os aparelhos, nomeadamente os seus sectores mais decompostos. É uma ruptura total com a continuidade teórica e programática da IVª Internacional¹⁸.

O orador deste CEM da CCI acaba por dizer muito mais do que ele próprio pensa. Na verdade, por baixo do embrulho

teórico espreita a base social, a base em que se cristalizou, não no terreno ideológico, mas num terreno bem material, a corrente que tentou desviar a IVª Internacional do seu objectivo histórico — e falhou.

4. A questão da relação entre URSS e burocracia estalinista, a natureza de uma e a natureza da outra, ocupa um lugar fundamental na história do movimento trotskista. Basta ler a obra magistral de Trotsky, *A Revolução Traída*, para aferir a importância que ele atribuía à distinção entre carácter “operário burocraticamente degenerado” do Estado operário (a URSS) e natureza burguesa da burocracia estalinista, correia de transmissão do imperialismo no Estado operário. Esta, como Trotsky nunca se cansou de explicar, contribuía, no plano internacional, para a manutenção da ordem imperialista contra o movimento da classe operária, enquanto, no plano interno, minava os próprios fundamentos da propriedade social: exercia uma ditadura burocrática (política) sobre o proletariado, o qual continuava, contudo, deformadamente, a exercer a sua ditadura social e económica. Daí fazia Trotsky decorrer a luta pela revolução política, que se propunha derrubar a burocracia parasitária sem, porém, derrubar as relações sociais de produção, que era preciso regenerar graças ao restabelecimento da democracia dos soviets. Esta questão esteve, como sabemos, no centro da crise que se abateu sobre a secção americana da IVª Internacional, o Socialist Workers Party, nas vésperas da Segunda Guerra Mundial. Trotsky teve que combater o que ele chamava de “oposição pequeno-burguesa” dentro do SWP, que, argumentando com a política contra-revolucionária da burocracia estalinista, rejeitava qualquer política de defesa da URSS. Ao que Trotsky contrapunha a necessidade de defender, contra a burocracia, as bases sociais arrancadas por Outubro de 1917. Consagrou numerosos artigos polémicos (compilados na *Defesa do Marxismo*) à distinção entre natureza social da burocracia e natureza social do Estado operário e à luta contra quem, confundindo uma com a outra, argumentava a favor da capitulação ao imperialismo.

O orador do CEM do centro revisionista que, entusiasmado pela polémica contra nós, confunde alegremente queda da URSS com desmoronamento da burocracia enfileira na linhagem de Burnham e Schachtman, que dirigiam a oposição pequeno-burguesa dentro do SWP. A cada crise importante da IVª Internacional, esta questão foi central. Foi-o em 1938-1940 na crise do SWP. Reencontra-se no cerne da crise pablista, em 1950-1953: Mandel e Pablo decretaram, com efeito, que a defesa da URSS passava pela defesa da burocracia, que era preciso implantarmos no “campo” da URSS, confundindo alegremente bases sociais da URSS e burocracia contra-revolucionária do Kremlin. Posição, na aparência, simetricamente inversa da da oposição pequeno-burguesa do SWP, mas que, ao ter o pé comum da identidade entre bases sociais da União Soviética e burocracia, redundava numa mesma renúncia a toda a política independente de construção do partido revolucionário da IVª Internacional. Foi um elemento fundamental de

¹⁸ Vimos mais acima que o próprio autor desta exposição reconhece estar a pôr em causa a continuidade das análises que foram as da IVª Internacional. (*“Talvez tenhamos exigido demasiado a ruptura*

com a União Europeia”). Falando das perspectivas da CCI, diz que *“o caso é ajudar a luta de classe, não pôr o problema da ruptura”*. O que tem o mérito de ser claro.

desarticulação da IVª Internacional. É, pois, na oposição pequeno-burguesa do SWP de 1938-1940 e nas posições pablistas de 1950-1953 que se filia, em Novembro de 2015, o relator do centro liquidacionista. Como adiante se verá, não é caso de fazer um argumento de circunstância. Pois, vinte e cinco anos antes, a mesma personagem havia já apresentado, de certa forma, esta posição, suscitando uma dura batalha interna na Internacional.

5. A crise da IVª Internacional de 2015 mergulha as suas raízes neste momento de viragem da situação mundial que, em 1989, viu as massas alemãs surgirem, abatendo o muro de Berlim que dividia as classes operárias da Europa e, desse modo, infligindo um golpe decisivo ao domínio da burocracia estalinista sobre metade do continente; e, contraditoriamente, em 1991, o desmoronamento da URSS.

Esta viragem de 1989-1991, de efeitos contraditórios, terá consequências de maior no conjunto do movimento operário. Estas consequências irão, por seu turno, pesar na disposição de forças dentro da própria IVª Internacional. Para entender a crise de 2015, é, pois, necessário remontar, primeiro, a 1989-1991 e, depois, a 1993.

Recorde-se que a reproclamação da IVª Internacional se fez numa conferência realizada em 1993 com base numa discussão no que, na altura, se chamava “IVª Internacional - Centro Internacional de Reconstrução” em 1985. Entre estas duas datas, numerosos acontecimentos se desenrolaram. O principal: o surto das massas levara, em 1989, à queda do muro de Berlim. A classe operária alemã impunha a realização da sua unidade contra a burocracia contra-revolucionária e contra todos os governos imperialistas que, pelo mundo fora, ficaram aterrorizados pela perspectiva de reconstituição da unidade da classe operária alemã por si própria.

A queda do muro precipitou, de modo contraditório, o desmoronamento da burocracia, correia de transmissão do imperialismo no Estado operário. Porém, o desmembramento da URSS a partir de 1991 não teve como consequência — ao invés da perspectiva por que se orientara a IVª Internacional e pela qual lutava — a revolução política que visse a classe operária varrer a burocracia, regenerar os soviets e restabelecer o conteúdo autêntico da revolução de Outubro de 1917 (o que não quer dizer que não tenha havido desenvolvimentos nesse sentido, nem sequer que se tenha apagado imediatamente da consciência e da luta das massas o apego à propriedade social, bem pelo contrário). Apesar da resistência das massas proletárias das Repúblicas da ex-URSS, que, em múltiplas circunstâncias, inclusive ainda hoje, manifestam na sua luta de classe o seu apego aos segmentos e conquistas saídos da propriedade social, assim manifestando que, ainda hoje, para usar a fórmula de Trotsky, “*Outubro de 1917 vive na consciência das massas*”, apesar dessa resistência, o esfacelamento da URSS alimentou processos de decomposição mafiosa da economia soviética e de privatização de uma economia até então socializada, sem por isso permitir um novo desenvolvimento das forças produtivas (nem o desenvolvimento de uma burguesia nacional no sentido clássico do termo).

Foi com base numa economia de pilhagem, numa economia de casino, numa economia mafiosa, que não tardaria a gangrenar a economia mundial, que o restabelecimento da

propriedade privada dos meios de produção se operou na ex-URSS e, mais geralmente, no conjunto dos países da Europa onde ela fora expropriada a seguir à Segunda Guerra Mundial.

Convém recordar o choque que o desmoronamento da URSS representou. A propriedade social permanecera até então como a fundação em que assentava a existência da URSS como país em que o capitalismo fora expropriado, por muito que essa propriedade social estivesse politicamente confiscada pela burocracia, ela mesma uma camada parasitária que minava os fundamentos dessa propriedade, subordinando-se à classe capitalista à escala internacional. Constituía, de certo modo, um esteio da existência da classe operária, das suas organizações e das suas conquistas à escala mundial, apesar da política contra-revolucionária da burocracia.

Em consonância com as análises e palavras de ordem de Trotsky, especialmente na *Defesa do Marxismo*, os militantes fiéis ao programa da IVª Internacional sempre consideraram que a URSS (a sua base social assente na expropriação do capital) se enquadrava, como sua componente fundamental, num conjunto mais vasto, o constituído pelas instituições e “bastiões da democracia proletária” edificados pela classe operária na sua luta de classe secular, que compreendia não só a URSS, mas também as organizações operárias, sindicatos e partidos (independentemente das suas direcções burocráticas) e também o conjunto dos direitos e garantias: direitos colectivos da classe operária, limitação da jornada de trabalho, convenções colectivas, regime de segurança social, de aposentação, tudo o que constitui a classe operária como classe à escala mundial. Em tais condições, era inevitável que, a partir do momento em que a URSS se desmembrara, se iniciasse a ofensiva à escala mundial contra a classe operária, os seus direitos, as suas garantias, as suas conquistas, uma ofensiva de uma amplitude reaccionária sem precedentes. Esta ofensiva acompanhou-se, no movimento operário, de uma ofensiva política, ideológica, prática, material, afirmando que a perspectiva do socialismo devia ser definitivamente abandonada: o “horizonte inultrapassável” era o da economia de mercado, que os pablistas rebaptizaram então de “*economia social de mercado*”. Tirando os militantes fiéis ao programa de Lenine e Trotsky que recusaram a reunificação sem princípios de 1963, poucas correntes afirmavam, nessa altura, a actualidade do combate pelo socialismo e pela revolução.

6. Foi durante esta época contraditória, nesse momento charneira entre os últimos dias da URSS e o período que lhes sucedeu, que se concluiu a discussão aberta alguns anos antes acerca da reproclamação da IVª Internacional.

Tinha ela por objecto compreender claramente que o movimento operário estava, à escala internacional, prestes a entrar numa fase, desconhecida até então, de decomposição e recomposição. Tinha por base a compreensão de que a luta de classes ia, inevitavelmente, alimentar os processos através dos quais a classe iria procurar reconstituir-se como classe e reconstituir as suas organizações. Os militantes que lutavam pela IVª Internacional deviam, por conseguinte, ser capazes de se ligarem ao conjunto dos movimentos que estavam em andamento. É a famosa elaboração sobre a “transição” na construção do partido e da Internacional, no

prolongamento da orientação levada à prática por Trotsky na fase que precedeu a proclamação da IVª Internacional em 1938. A ideia era ligar-se a correntes que, embora afastadas do trotskismo no plano ideológico e programático, procuravam, na prática, o caminho para a acção independente da classe operária, a preservação das suas organizações e das suas conquistas.

Foi neste percurso que, por intermédio de diversas conferências — nomeadamente a conferência de Caracas em 1987, o tribunal internacional de Lima, no Perú, em 1989, e, por fim, a conferência de Barcelona em 1991 —, o combate pela reproclamação da IVª Internacional e o combate segundo a linha de transição se conjugaram na formação, em 1991, do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos para lutar contra a guerra e a exploração e pela Internacional Operária.

Desta compreensão nasceram, na última década do séc. XX, uma ampla série de iniciativas que lhe deram corpo. Em particular, as campanhas do Acordo Internacional levaram-nos, logo no início dos anos noventa, a confrontar-nos com a vontade das instituições internacionais do capital de integrar as organizações operárias. Insista-se neste aspecto. Para conseguir restabelecer um semblante de “ordem mundial”, o imperialismo tinha que redistribuir forças numa situação nova, em que o encargo da manutenção da ordem lhe incumbia directamente (ao contrário da situação anterior, em que operava uma partilha de tarefas com o aparelho internacional do estalinismo, numa cooperação contra-revolucionária). Esta situação nova decorria, para o imperialismo, a necessidade apertada, os dispositivos que serviam para integrar as organizações operárias. A marcha para o corporativismo — Trotsky tinha analisado, já nos anos trinta, que este seria, no plano político, a tendência dominante do estágio supremo atingido pelo regime da propriedade privada dos meios de produção — conheceu, com o desaparecimento da URSS, um reintensificação, de todas as formas e em todos os continentes. Consequentemente, a questão da defesa, por todas as formas, da independência das organizações operárias só podia tomar ainda maior no cerne da actividade dos militantes da IVª Internacional e das campanhas do Acordo. Em 1994, sob a égide do Acordo Internacional, uma delegação internacional foi a Washington, à sede do FMI, interpor as exigências e as aspirações profundas dos trabalhadores e dos povos dirigidas contra a política do FMI, que se empenhava em ajudar o “surto” das ONG.

Esta delegação a Washington de 1994 situou-se no terreno da independência operária, contra a convocação da “cimeira do milénio de Copenhaga” pelo FMI em 1995, concentração de um milhar de ONGs, em que, pela primeira vez, organizações sindicais (entre elas a CGT francesa) se inscreveram oficialmente como ONGs, de encontro ao seu carácter de classe.

A esta cimeira do milénio contrapusemos nós a conferência operária internacional de Banska Bystrica (11 e 12 de Março de 1995). No mesmo movimento, lançámos a campanha à escala europeia contra o tratado de Maastricht, espartilho que visava destruir os direitos operários tal como conquistados na luta de classes concomitantemente à

própria constituição das nações do Velho Continente. Nessa campanha se enquadrou, nomeadamente, o comício internacional de Londres de 1997.

Durante o mesmo período se organizaram os encontros anuais de iniciativa do Acordo em Genebra, coincidindo com a reunião anual da Organização Internacional do Trabalho, em cujo foco estava a defesa das convenções da OIT e dos direitos e garantias arrancados pelas organizações operárias em oposição à ONGização, às “normas fundamentais” e às famosas “recomendações” de Clinton.

No ano 2000, realizou-se a conferência mundial aberta de São Francisco, que implicou um amplo sector do movimento operário americano em frente única com o Acordo na resistência à subordinação aos planos do capital. Depois, em 2002, a conferência internacional de Berlim, que juntou um amplíssimo leque de militantes na continuidade da conferência de São Francisco, colocou novamente em foco a luta contra as instituições que, no plano internacional, procuravam a integração das organizações operárias, muito particularmente a Confederação Europeia dos Sindicatos (CES).

Foi durante esta década que se seguiu ao desmembramento da URSS que, em consonância com as nossas análises de 1991-1993, se acentuou a considerável pressão sobre as organizações operárias para trazê-las para o terreno do acompanhamento, da co-legislação. Foi a época em que apareceram novos termos: “diálogo social”, “concertação social”, “mesas redondas”, “gestão previsional do emprego e das competências”, “co-gestão” e tantas outras invenções do mesmo género. Exerce-se uma pressão considerável sobre o movimento operário, cujas direcções procuram conter o movimento da classe por todas as formas.

7. Dezembro de 1991: na URSS, o governo Gorbachov claudica, e as Repúblicas da Ucrânia e da Bielorrússia, até então integradas na União Soviética, proclamam a independência. As *Informations ouvrières* publicam na primeira página um editorial intitulado: “URSS: Fim?”¹⁹. Na altura, este título e a orientação do editorial suscitaram polémica na secção francesa. Com o camarada Lambert, éramos alguns a considerar inaceitável confundir o desmembramento da forma estatal da URSS com a liquidação definitiva da sua base social. Se bem que muito degradada, a propriedade social — ou os segmentos que dela subsistiam — punha na ordem do dia a luta em sua defesa, condição para a reconquista. O editorial das *IO* posto na berlinda começava assim: “*Os presidentes das Repúblicas da Rússia, da Ucrânia e da Bielorrússia decidiram, portanto, decretar o fim da URSS e substituí-la por uma federação dos três Estados. Que se passa na URSS, o que se vai lá passar? “A URSS desfaz-se, e o seu surpreendente e espectacular desmembramento mergulha o mundo no mal-estar e na angústia”, salienta o jornal Midi libre, assim resumindo todos os títulos da imprensa do hexágono e internacional. A “União” deixou, pois, de existir. Mas a “União” de que aqui se fala não é a dos povos soberanos, é o espartilho burocrático imposto aos povos desde Staline. Todas as fracções burocráticas se vêem ameaçadas pela desarticulação da “União”, do “centro”. Em 21 de Agosto, uma das cliques*

¹⁹ *Informations ouvrières*, 11 de Dezembro de 1991.

burocráticas tentou em vão preservar a “União” através de um golpe para restaurar a ordem.” Posição no mínimo equívoca, que equivalia a traçar um sinal de igualdade entre queda da URSS e queda da ditadura burocrática. Posição tipicamente pablista, que viria, de resto, a pesar em toda a actividade da IVª Internacional em direcção à Europa de Leste na dúzia de anos que se seguiu e na própria direcção da Internacional. A equação ‘queda da burocracia igual a queda da URSS’ tinha inevitavelmente consequências de maior em toda a nossa actividade. Doze anos mais tarde, ao inscrever na ordem do dia de um conselho geral da IVª Internacional uma questão intitulada *Revolução política e revolução social na ex-União Soviética*, o SI decidiu publicar Notas Preparatórias (“Revolução política e Revolução Social na ex-União Soviética”) e dar carácter público²⁰ à manifestação dos desacordos. Reproduzimos aqui na íntegra a nota nº 6:

“A IVª Internacional não está totalmente ao abrigo das pressões exercidas pelas forças que trabalham pela decomposição das conquistas da classe operária, nestas se incluindo os segmentos saídos das conquistas de Outubro. Esta pressão exerceu-se, especialmente, na questão da ex-URSS. Revisitemos o editorial publicado pelas Informations ouvrières em 11 de Dezembro de 1991, com o cabeçalho de primeira página: “URSS: Fim?”. Embora o artigo fosse conjuntural, a orientação que nele, de certa forma, se exprimia veio a impregnar toda a nossa actividade nesta região do mundo no período subsequente. Este editorial tirava, na prática, a conclusão do “fim da URSS”, sem, em momento algum, relacionar a existência da URSS com a sua base sócio-económica (a propriedade social); como tão-pouco, simetricamente, se relacionava este suposto fim com a liquidação da própria propriedade social. A equação feita era: a burocracia rebentou, logo a URSS ficou destruída. Ora, para os trotskistas, a URSS nunca se reduziu à sua super-estrutura (estatal). Para nós, a URSS (e, por conseguinte, a defesa da URSS) sempre incluiu, em primeiro lugar, as conquistas de Outubro (confiscadas que estivessem pela burocracia), que constituíam a base sócio-económica da URSS. Escrever que rebentar a URSS como Estado (correlativamente ao rebentamento do próprio aparelho burocrático) equivalia, ipso facto, ao fim da URSS era o mesmo que traçar um sinal de igual entre URSS e burocracia. É a posição classicamente pablista. Recorde-se que, em 1951, Michel Pablo escrevia em *Para Onde Vamos?*: “A realidade social objectiva, para o nosso movimento, é essencialmente composta pelo regime capitalista e pelo mundo estalinista. De resto, quer se queira quer não, estes dois elementos representam a realidade objectiva sem mais, pois a esmagadora maioria das forças opostas ao capitalismo encontram-se actualmente dirigidas ou influenciadas pela burocracia soviética (...). A transformação (da sociedade capitalista em socialismo) ocupará provavelmente um período histórico inteiro de alguns séculos, que será entretanto preenchido por formas e regimes transitórios entre o capitalismo e o socialismo, necessariamente afastados das formas “puras” e das normas.” Desta posição resultou, “em nome da defesa da URSS”, a defesa da

burocracia e da política do estalinismo; depois, caído o Muro, uma política que negava qualquer possibilidade de defesa dos segmentos de propriedade social, já que a queda da burocracia equivalia ao fim do socialismo. É forçoso registar, através do artigo citado e também das nossas dificuldades em construir-nos no Leste da Europa, que esta pressão não nos poupou.”

Uma nota de roda-pé junta a esta “nota 6” elucidava: “Relendo a totalidade dos textos que publicámos em *La Vérité* entre 1990 e hoje no que diz respeito à URSS e, mais geralmente, à Europa de Leste, nota-se claramente a coexistência de orientações contraditórias sobre a questão central: a propriedade social, os segmentos dela que subsistem ou não, a sua defesa ou não. A mesma observação se pode fazer quanto à sucessão das várias iniciativas que tomámos no mesmo período: duas conferências na Hungria, uma conferência na Rússia, boletins do Acordo em russo, acordos sucessivos com diversos grupos (*Solidarnost*, *Murom*, *RKP*, *KAS-KOR*...). Para dar um único exemplo: uma conferência europeia realizada na Hungria em 1989 não diz palavra, na sua resolução final, sobre a questão da propriedade social. Não haverá relação entre as oscilações quanto à questão teórica da URSS e a afirmação feita no último conselho geral, por alguns camaradas, de que, para eles, a questão do pablismo, depois de 1989, deixou de se pôr?”

Sendo o editorialista de Novembro de 1991 que decretou o “fim da URSS” e o orador do CEM de Novembro de 2016 uma e a mesma pessoa, há-de observar-se a sua persistência, em perfeita continuidade, em equiparar burocracia estalinista e URSS nascida da revolução de Outubro. É verdade que ele fez momentaneamente marcha atrás em 2003-2004, não se opondo a que o 6º Congresso Mundial da IVª Internacional inscrevesse entre as suas palavras de ordem “Outubro renascerá das suas cinzas”. Porém, no fundo, manteve a mesma orientação. Seria evidentemente contrário aos factos e aos métodos do marxismo pretender que as posições em presença em 1991 estavam tão cristalizadas como vinte e quatro anos mais tarde. No entanto, os seus elementos começavam a desenhar-se em germe. Há uma certa lógica em ver quem ontem confundia propriedade social e burocracia (correia de transmissão do imperialismo afectada à destruição daquela) encontrar-se hoje entre os animadores da clique destruidora que inscreve na sua bandeira a identidade entre as aspirações da classe operária e a política dos aparelhos. Assim como há lógica em que o autor das notas de 2003 sobre “Revolução Política e Revolução Social na União Soviética”, que polemizavam contra aquela posição neopablista, se encontre hoje entre os animadores do CORQI.

8. É sabido que a secção francesa, sob a direcção do camarada Lambert, levou a cabo, décadas a fio, um trabalho paciente de implantação na classe operária. Este trabalho de implantação foi acompanhado de uma elaboração política e teórica baseada no programa da IVª Internacional, elucidando, especialmente, a relação entre a organização operária e o seu aparelho. Nos textos de

²⁰ Estas *Notas Preparatórias* foram publicadas em *La Vérité*, nº 35, Dezembro de 2003, numeradas de 1 a 24.

congresso (especialmente do 17º e do 18º congressos), a distinção ficou, assim, claramente definida: se a organização operária tem necessidade de um aparelho para poder existir; se os delegados que constituem a camada intermédia do aparelho estão permanentemente sujeitos a um movimento contraditório entre a sua lealdade para com a classe que os mandou e o seu laço de subordinação à cúpula das organizações; nem por isso é menos certo que as camadas superiores do aparelho tendem necessariamente a subordinar a organização ao Estado burguês (o que não quer dizer que, mesmo a esse nível, não haja resistência e contradições; mais abaixo voltaremos a este ponto). Há décadas que, sob a direcção de Lambert, a secção francesa se foi construindo nesta relação dialéctica entre implantação na classe e nas suas organizações e necessidade de preservar a independência para com as cúpulas dos aparelhos. No plano da organização, buscava-se a solução para esta dupla necessidade, parcialmente contraditória, na prática de uma política independente de construção da organização de vanguarda na intervenção política na luta de classes. Daí tirará Lambert a importância do lugar do jornal, enquanto organizador colectivo da intervenção na luta de classes, da construção do partido e do diálogo político com várias correntes do movimento operário, garante, através dos artigos e das iniciativas políticas tomadas pela vanguarda, da preservação da sua independência para com as cúpulas em todas as circunstâncias. Mais tarde o articulará nos seguintes termos: *“Para lutar pela frente única, é preciso manter a independência. Toda a centralidade da venda das Informations ouvrières está nisso, sem ela escorrega-se inevitavelmente do compromisso para o comprometimento, ou seja, para uma política de pressão impotente sobre os aparelhos”*²¹.

Em França, o primeiro choque maior entre a classe operária e a ofensiva generalizada iniciada pelo imperialismo depois da destruição da URSS dá-se em 1995: o plano Juppé pretende infligir um golpe decisivo à segurança social, que deve passar a ficar sujeita aos “critérios de Maastricht”, adoptados com o tratado do mesmo nome em 1992²². Milhões de trabalhadores e de jovens invadem as ruas e impõem a unidade às suas organizações pela retirada do plano Juppé. As cúpulas das confederações sindicais são empurradas — especialmente a central reformista — até à beira do apelo à greve geral. Os dirigentes resistem, contudo, a esta pressão e acabam por conseguir conter o movimento. Assim, durante semanas, milhões de trabalhadores fazem greve e manifestações, paralisando, nomeadamente, todos os transportes públicos em Paris e nas grandes cidades. Semana a semana, *Informations ouvrières* faz campanha, sistematicamente, metodicamente, pela unidade pela retirada do plano Juppé, expondo à opinião pública operária os problemas internos ao movimento operário, seja a qualificação das palavras de ordem, seja a táctica dos dirigentes, que recusam enveredar pela via da greve geral. Após uma greve de um dia na função pública, *Informations ouvrières* interroga-se: *“Existirá razão para a greve unitária*

*na função pública não se prolongar em greve geral interprofissional para salvar a segurança social? (...) Será o governo demasiado forte, os trabalhadores demasiado fracos ou desunidos para ser possível infligir um recuo? Não. Pelo contrário. A greve de 10 de Outubro viu milhões e milhões de homens e mulheres, assalariados dos serviços públicos e das empresas estatais, unirem-se à volta das suas reivindicações. (...) Haverá uma única razão para fatar, dividir o movimento reivindicativo? Não será tempo de dizer (...): contra os decretos, greve geral interprofissional unitária?”*²³.

Na semana seguinte, condenando a tentativa da ministra de integrar as organizações sindicais num consenso, as *Informations ouvrières* batem na mesma tecla. *“Do público e do privado, hoje os trabalhadores estão prontos a erguer-se em greve geral interprofissional para salvar a segurança social”*²⁴. Em meados de Novembro, *Informations ouvrières* publicam a intervenção do militante anarco-sindicalista Alexandre Hébert no CCN da confederação Force ouvrière. Hébert condena a declaração comum das confederações FO e CGT com os sindicatos autónomos FSU e FEN, não hesitando, através desta crítica, em pôr em xeque os responsáveis da sua própria confederação: *“Pôr no mesmo plano a FSU, a FEN, que são sindicatos autónomos, e confederações operárias, que significa? (...) Mais, a declaração começa com uma aceitação: o direito à “cobertura social universal” no quadro de uma segurança social baseada na “solidariedade nacional”. (...) Nós estávamos a falar de solidariedade operária. (...) Neste acordo, há uma frase que eu não posso deixar de citar: “Nestas condições, compete aos parceiros sociais procurarem, a todos os níveis, nos domínios que dependem das suas competências, as vias e meios passíveis de aumentar a competitividade das empresas, de modo a reforçar o crescimento económico, mas também a desenvolver o conteúdo em empregos deste crescimento.” Camaradas, os patrões têm meios para aumentar a competitividade: transferir o salário diferido para o fisco, bloquear os salários, congelar os salários da função pública... além disso, ainda nos pomos a organizar a flexibilidade (...). Nós somos efectivamente pela greve no dia 14, não somos pela reforma da Sécu... (...). Nós, nós somos por uma greve para defender a segurança social baseada no salário diferido, hostis a qualquer passagem para o fisco, seja a que pretexto for.”*²⁵

A posição dos Partido dos Trabalhadores — então a forma de transição de que os militantes da secção francesa faziam parte integrante — é clara. A sua Mesa Nacional publica uma declaração nos últimos dias de Novembro, onde se pode ler: *“Hoje, uma só resposta fará recuar o governo: a greve geral unitária. Quem lhe procure opor acções dispersas ou esmigalhadas estará a assumir uma pesada responsabilidade perante os trabalhadores”*²⁶. Vê-se que, na época, *Informations ouvrières* desenvolvia uma política independente, pronta para apoiar, em todas as circunstâncias, passos em frente para a unidade, mas sem se

²¹ Actas da Comissão Operária, 12 de Outubro de 2004.

²² Releia-se *La Sécu, elle est à nous*, obra colectiva de Novembro-Dezembro de 1995, Sélio.

²³ IO nº 203 de 25 a 31 de Outubro de 1995.

²⁴ IO nº 204, de 1 a 7 de Novembro de 1995.

²⁵ IO nº 206, de 15 a 21 de Novembro de 1995.

²⁶ IO nº 207, de 22 a 29 de Novembro de 1995.

subordinar às cúpulas. Nada que ver com a orientação do jornal do mesmo nome vinte anos volvidos. *Informations ouvrières* de 1995 é *La Tribune des travailleurs* de 2017.

9 - O plano Juppé passa, com exceção de certos aspectos em que o governo é obrigado a recuar. Mas o governo fica ferido de morte. O presidente da República, Chirac, dissolve a Assembleia Nacional e convoca eleições gerais, que perde, em 1997. Agarra o testemunho um governo da “esquerda plural”, dirigido por Lionel Jospin (que abandonara o trotskismo quinze anos antes). Este governo, que compreende todas as variedades da “esquerda” — incluindo ministros do Partido Comunista — irá prosseguir a obra do anterior, transpondo directivas europeias, especialmente aquelas que privatizam os sistemas de energia, gás e electricidade. Fá-lo, contudo, num contexto diferente. Em consequência da presença de ministros do Partido Comunista e de alguns dirigentes do Partido Socialista ligados ao movimento sindical, a pressão interna, nas organizações operárias, para acompanhar a política do governo intensifica-se. Isto precipitará o aparecimento de divergências internas na organização trotskista. Imediatamente antes da estreia do governo Jospin, em finais de 1996, realiza-se o 40º Congresso da secção francesa. O seu quadro fora definido pela resolução preparatória do 40º Congresso da CCI, aprovada por unanimidade pela direcção nacional reunida em 8 e 9 de Novembro de 1996. Tirando as lições dos mais recentes desenvolvimentos da luta de classes e não querendo confundir luta pela frente única em geral e unidade de acção sindical, a resolução dedica-se especialmente a “revisitar (...) as condições da aplicação prática da orientação estratégia da IVª Internacional de luta pela frente única (de que a unidade de acção sindical é uma componente).” A resolução releva cinco aspectos nesta matéria: “a) A tendência geral ligada à decomposição do imperialismo senil é a de marcha para o corporativismo; (...) b) a própria natureza do aparelho decomposto do estalinismo conduz logicamente uma fracção da ala dirigente a enveredar pela via (...) do corporativismo. Mercenário, ontem, por conta do aparelho internacional do estalinismo, o aparelho do PCF e o aparelho dirigente da CGT buscam novos padrões. Só podem ser Washington, os planos do FMI, as ONG. Porém, nesta via, uma ala do aparelho opõe-se a que a CGT, que federa sindicatos cujo lugar na luta de classes continua a ser a independência, enverede pela linha da unicidade corporativista (...) c) O aparelho da confederação Force ouvrière é um aparelho reformista que, por natureza, não tem vocação para derrubar o Estado burguês. No entanto, o aparelho reformista, constituído no quadro da democracia burguesa, dirige uma central e sindicatos que só podem sobreviver enquanto sindicatos constituídos na luta de classes, enquanto sindicatos independentes. A unicidade, o corporativismo, significariam quer o seu desaparecimento como sindicatos, quer o desaparecimento do aparelho reformista enquanto tal. (...) Assistiu-se, assim, nos últimos meses, ao aparelho reformista a resistir à ofensiva de integração corporativista por razões que têm que ver com a preservação da sua própria organização; d) Esta resistência

não é evidentemente independente do movimento geral das massas - do mesmo passo que o alimenta (...); e) Esta pressão das massas, que buscam vias de resistência, exerce-se igualmente sobre as organizações. Exerce-se de maneira contraditória; por um lado, consolida e reforça as tendências que procuram, ao próprio nível dos aparelhos, resistir à integração corporativista; por outro lado, tanto mais põe na ordem do dia a constituição da unicidade corporativista (...) para fazer barreira ao impulso das massas”.

A resolução²⁷ adoptada por unanimidade pelo 40º Congresso acentua a importância da “intervenção independente da secção francesa da IVª Internacional”. Referindo-se às diferentes circunstâncias em que os militantes trotskistas combateram as tentativas de integração corporativista em conjunto com militantes reformistas, indica: “Como militantes sindicais, lutamos pela unidade de acção sindical por reivindicações precisas, bem apontadas, contra a integração dos sindicatos. Como militantes políticos, este combate, que se situa no quadro da independência recíproca de partidos e sindicatos, integra-se, para nós, no combate político pela frente única.” Nesta matéria, a resolução elucida que “a frente única não se reduz à unidade de acção sindical”, que o seu “ponto de partida (...), a sua condição” é “a independência política e organizativa da corrente trotskista”, levando à prática “as tarefas de intervenção política directa na luta de classes”; que “condição para a frente única é compreender (...) o carácter de reacção em toda a linha do imperialismo senil e de todas as componentes da classe capitalista, sejam quais forem as suas contradições e conflitos”, pondo na ordem do dia a luta por “que seja abolida a propriedade privada dos meios de produção”; e que “condição para a frente única é compreender que todos os aparelhos contra-revolucionários da IIª Internacional e do estalinismo decomposto estão empenhados na via da união nacional”.

Contudo, o acordo feito no 40º Congresso vê-se brutalmente confrontado com a nova situação nascida da constituição do governo da esquerda plural dirigido por Jospin, na primavera de 1997. Após a derrota infligida pelas massas ao governo Juppé, o governo da esquerda plural — espécie de governo de frente popular, coabitando com um Presidente da República de direita — tem, no ponto de vista da burguesia, o mandato de aplicar as exigências da União Europeia decorrentes do tratado de Maastricht, especialmente as medidas de privatização e de destruição. É considerável, a pressão no movimento sindical. Esta pressão refracta-se na organização trotskista, quer na luta, nas organizações, contra a política de acompanhamento, quer no seu corolário político: a luta pela revogação do tratado de Maastricht. Em Junho de 1997, os desacordos surgidos na direcção nacional da CCI redundam em se convocar uma conferência nacional extraordinária da CCI para finais do mês de Agosto.

*La Vérité*²⁸ publica o relatório apresentado à discussão da conferência nacional, bem como extractos da discussão e da resposta do relator. Fá-lo, explica este, porque a decisão de realizar a conferência se relaciona com “a discussão que se havia desenrolado internamente à direcção nacional, em que pontos de vista diferentes se manifestaram quanto à

²⁷ A resolução do 40º Congresso é reproduzida em *La Vérité*, nº 19, de Janeiro de 1997.

²⁸ *La Vérité* nº 20, Setembro de 1997.

avaliação da situação e à maneira de nela intervir”. Em que incidiam esses “pontos de vista diferentes”? O relatório introdutório expõe claramente os problemas: “Os factos demonstram que a política de contra-reformas tem por base o objectivo de integrar todas as organizações livres e independentes, muito especificamente os sindicatos. Isto, a fim de destruir o património representado pelas conquistas sociais, direitos e garantias. Associar-se, de uma forma ou outra, à política de contra-reformas é entrar no processo que leva a abandonar a independência das organizações.” O relator cita as primeiras iniciativas do governo Jospin, que visa associar os sindicatos. A partir desta avaliação, martela na seguinte ideia: a integração das organizações operárias é um processo em andamento, que decorre da natureza mesma do imperialismo em vias de decomposição, do estágio que a destruição maciça de forças produtivas atingiu e da própria natureza dos aparelhos contra-revolucionários; porém, acrescenta, esse processo permanece inacabado devido à resistência da classe. Perpassa pelo relatório escrito, de uma ponta à outra, esta análise, várias vezes repetida, de um “processo em andamento, mas inacabado”. O relator passa em revista as conclusões do congresso da CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres que se estava a preparar para passar a CSI, Confederação Sindical Internacional) à escala internacional, passando depois ao significado da política da CES (Confederação Europeia dos Sindicatos), “instituição da União Europeia”. Daí ressalta uma pergunta: “Que é do combate para preservar a independência das organizações se se desfocam as implicações da integração incluída em todas as contra-reformas que a União Europeia tenta impor através do braço institucional que a CES constitui?” E acrescenta: “O dilema está à vista de todos: ou adaptar-se aos planos de contra-reformas que o governo Chirac-Jospin leva à prática, ou ancorar-se, sejam quais forem as dificuldades, na defesa da independência (...). Das duas, uma: ou marcha para a integração, isto é, integração na política de contra-reformas, ou defesa dos interesses particulares dos trabalhadores, defesa metro a metro do adquirido, das conquistas, das reformas, para abrir caminho à luta de reconquista”²⁹.

Pode surpreender que esta alternativa — ou integração ou defesa metro a metro das conquistas operárias — seja colocada assim, como debate interno da secção francesa. Na resposta à discussão, o relator dá a seguinte explicação: “A questão central da situação política actual, em França como no mundo, é a da independência das organizações operárias, muito em particular a dos sindicatos. Nesta questão há acordo, é o essencial. Confesso, no entanto, que não compreendo as conclusões práticas que dela tiram alguns camaradas que escutámos”.

O que esta frase significa é que, em conclusão desta conferência nacional, que se supunha superar os desacordos aparecidos na reunião da direcção nacional do mês de Junho,

o relator considera que, à parte o acordo de princípio geral, os desacordos subsistem. Precisando: “Resumo: no plano teórico, concordamos que há ameaça de integração.” Ouvi: “Não podemos aceitar a integração, mas há a prática”. “Na prática,...”: nesta matéria, o relator (que não é senão o camarada Lambert) defende os títulos e os artigos das *Informations ouvrières* postos em causa por alguns intervenientes. Artigos que denunciam a política do governo “de esquerda”, especialmente da ministra da educação, Ségolène Royal, que, recorrendo à manipulação, afirma que está a abrir 800 turmas, quando, na realidade, se estão a fechar milhares. O relator responde, em particular, a intervenientes que disseram: “Claro que há manipulação, mas porque se há-de salientar a manipulação?”, ou então: “No meu departamento, reabriram três turmas. Eu preciso de denunciar a manipulação?” Em que é que a abertura de três turmas pode modificar a avaliação da política do governo no seu conjunto, interroga Lambert. Sente-se, na discussão, a pressão que se exerce para dar um sinal mais à política do governo Jospin e para evitar que, dentro das organizações sindicais, as coisas se orientem para um choque com o governo. Exprime-se, pela primeira vez a esta escala, a pressão exercida pela cúpula do Partido Socialista e pela do Partido Comunista sobre as centrais sindicais e a sua refração dentro da organização trotskista. Com efeito, durante os cinco anos de governo Jospin (1997-2002), a pressão para levar as organizações sindicais a acompanharem a política do governo irá aumentando.

Essa pressão exercer-se-á permanentemente sobre a secção francesa. Durante o mesmo período, a ofensiva da reacção desenrolar-se-á noutro plano. Fazendo de conta de estar a descobrir o passado trotskista de Jospin, primeiro-ministro e futuro candidato à presidência da República, a burguesia e os aparelhos animam uma ofensiva pública contra a organização trotskista. No espaço de dezoito meses, nada menos de dezassete livros são consagrados à nossa organização, misturas de calúnias, ataques variados, alguns dos quais não escondem, no entanto, que o seu objectivo é levar à destruição da organização trotskista³⁰. Uma destas obras explica, por exemplo, que, no ano 2000, quando Lambert tiver 80 anos, o seu fim estará próximo, e as condições serão propícias à destruição da organização trotskista.

10. O 41º Congresso realiza-se logo a seguir à Conferência Nacional de São Francisco, que, escreve a resolução do congresso, “representa um acontecimento de alcance histórico”, do qual “se retira um método: enquanto um processo permanece inacabado, é nossa responsabilidade, enquanto militantes da IVª Internacional, ajudar trabalhadores e militantes, pela explicação, pelo nosso trabalho de organização, pela nossa propaganda, pelas nossas iniciativas e campanhas e pela intervenção política na

²⁹ *La Vérité* n° 20, Setembro de 1997.

³⁰ Citem-se: *Un étrange Monsieur Blondel*, do falsificador Bourseiller, consagrado na realidade a uma violenta campanha de calúnias contra o lambertismo (a secção francesa publicou na altura uma brochura a desmontar as falsificações). Também: *les Secrets de Jeunesse*, em que Edwy Plenel misturava nas suas confissões algumas calúnias cuidadosamente destiladas contra Pierre Lambert pessoalmente, *Les Trotskystes*, de Christophe Nick, mais *Les Taupes*

(sub-título: “*Les Trotskystes de Lambert au coeur de la République*”), de Louis-Marie Enoch e Xavier Cheneseau, *L’Histoire de l’extrême gauche trotskiste en France*, de Frédéric Charpier, outro dossier sobre os trotskistas cozinhado por Christophe Bourseiller em *L’Histoire* (Março de 2002), uma reedição dos *Lambertistes* de Philippe Campinchi e de *Mao, trotskos, dodo*, de J.-Ch. Dubuisson, e *Le Fils caché de Trotsky*, de Guillaume Chérel...

luta de classes, a preservarem a independência das organizações operárias”.

O congresso continua a elaborar sobre o “*processo em andamento e inacabado*”, definindo a contradição que toma conta do reformismo: “*Na época do imperialismo senil, o “reformismo” só é aceitável para o imperialismo como corrente política se deixar de ser reformista, ou seja, se aceitar puxar a colaboração de classes até às últimas consequências, o que, na época actual, exige puxar a integração corporativa até às últimas consequências (o que implica a destruição das organizações). Uma corrente reformista definir ela própria as balizas da sua política de colaboração de classes, pronunciando-se por “cláusulas sociais”, mas eximindo-se a “pactos sociais” é, para o imperialismo da fase senil de decomposição em que ele entrou, inaceitável. A luta de morte iniciada pela administração Clinton para decapitar o sindicato dos teamsters e a própria AFL-CIO é expressão disto, indo ao encontro de outras ofensivas similares noutros países, em França nomeadamente. (...) É aqui que entra a responsabilidade da IVª Internacional. Aprendemos com Lenine que, enquanto subsista um segmento de civilização que seja, mesmo no meio das piores destruições, a humanidade mantém a possibilidade de reconstruir tudo a partir desse segmento. Com as organizações operárias passe o mesmo. Por muito avançadas que estejam no caminho da integração, enquanto não estiverem completamente integradas e transformadas em rodas dentadas do corporativismo, continuam a representar segmentos a que a classe pode deitar mão para lutar e tudo reconstruir.”³¹*

O 41º Congresso adopta igualmente uma resolução específica sobre a situação do movimento operário em França, considerando que a participação de todas as confederações sindicais (incluindo a CGT e a CGT-Force ouvrière) na manifestação convocada pela Confederação Europeia dos Sindicatos, “*que passou a ser o instrumento privilegiado para conseguir integrar as organizações sindicais na Europa (...), marca uma viragem*”, especialmente porque “*todas as organizações sindicais participaram nesta manifestação*” apesar da resistência interna dos militantes.

11. A análise da integração das organizações operárias no Estado como processo em andamento (decorrente quer da natureza do imperialismo em vias de decomposição, quer do estádio a que chegou a destruição das forças produtivas e da política dos aparelhos), processo inacabado em virtude da resistência da classe e dos militantes (em que cabe a nossa própria intervenção independente) não representava, para Lambert, uma apreciação circunstancial.

Valia para todo o período. Remetia para os mecanismos mais fundamentais da luta de classes. É desse período que data o combate interno que, inicialmente em surdina, depois cada vez mais abertamente, se arma na secção francesa. Conflito que não incide apenas nesta formulação, em que todos, como um só homem, votam, mas nas suas implicações práticas. Ao passo que Lambert vai desenvolvendo esta orientação e estas caracterizações, que serão repescadas em dezenas e dezenas de textos, resoluções, intervenções,

caracterizações que todos os membros da DN votam como um só homem, alguns destes desenvolvem uma política prática que reflecte uma apreciação inversa: o movimento natural dos aparelhos seria virar costas à integração. Esta tendência, que já se exprimira, como se viu, à chegada do governo de Jospin, não parou em seguida de se desenvolver e de se cristalizar. [Acabará em apoteose, se assim se pode dizer, em 2015-2016, com a autêntica sacralização do “eixo FO-CGT”, brandido como equivalente à realização da unidade da classe e das suas organizações. Em seu nome, os dirigentes da neo-CCI tentarão proibir, pura e simplesmente, qualquer interrogação da orientação das direcções no movimento operário.]

Durante quase uma dezena de anos, as discussões da secção francesa irão retornar constantemente a este “*processo em andamento e inacabado*” e às tarefas dele decorrentes. Por outras palavras: como ajudar a classe e os militantes a lutar, de maneira a podermos “*ganhar tempo para preservar a nossa independência*” e permitir à classe criar condições para a sua contra-ofensiva. Em particular, a secção francesa é levada a elaborar sobre as jornadas de luta decididas pelos aparelhos em resposta à pressão das massas: se, em certas condições, tais jornadas de luta podem servir para que a classe nelas apoie a sua acção, não podem ser mais do que isso. Põe-se o problema do papel da vanguarda, especialmente da sua capacidade para destacar formas organizadas independentes: assembleias gerais, delegados, comités de delegados.

As diferenciações que então se desenham na secção francesa prendem-se com o vermo-nos colocados ante novas responsabilidades, em função da nossa construção: os trotskistas já não são “*exilados na sua própria classe*”. Amiúde guindados à cabeça dos sindicatos, ocupam também, por vezes, responsabilidades a um nível elevado (uniões departamento, sindicatos nacionais, federações), portadores de um mandato confiado pelos sindicalizados. As responsabilidades que são levados a exercer nessas organizações em virtude do mandato que os trabalhadores lhes confiaram em nada modifica a natureza das direcções dessas organizações. É certo que, pelas posições que ocupam, ficam sujeitos à pressão do aparelho, de que são uma componente de facto. Situação inevitável e que não tem primariamente que ver com a responsabilidade deste ou daquele militante portador destes mandatos. Se o lugar ocupado por estes militantes não modifica a natureza dos aparelhos, a natureza desses aparelhos também não transforma os militantes revolucionários em “*lugar-tenentes operários da burguesia*” enquanto o mandato for respeitado. Só que respeitar esse mesmo mandato exige a reunião de duas condições para poder resistir a tal pressão: por um lado, uma centralização absoluta da direcção, permitindo a homogeneização em torno de uma concepção comum dos acontecimentos e das tarefas; por outro lado, a permanente definição das campanhas políticas e da expressão política independente da organização, nomeadamente no seu jornal e nas suas iniciativas. Esse é o meio para evitar transformar a organização sindical em campo fechado de afrontamento de fracções políticas. Pois a independência recíproca entre

³¹ “Documentos adoptados pelo 41º Congresso da secção francesa da IVª Internacional”, página 12.

partidos e sindicatos supõe que os militantes trotskistas procurem sempre, no sindicato, chegar aos compromissos necessários, baseados num património comum, correspondente à defesa da independência da organização, sem tentar impor a sua linha política ao sindicato. É na actividade independente, no jornal, nas campanhas, que a sua linha política deve encontrar expressão. Ora, será precisamente quanto a esta concepção comum dos acontecimentos e tarefas que as diferenciações internas na secção francesa se irão agudizar e sistematizar.

12. No ano 2000, a secção francesa prepara o seu 42º Congresso.

As notas políticas adoptadas pela direcção nacional para prepará-lo revisitam a evolução ocorrida desde a queda do muro, resultado tanto da acção do proletariado alemão como do desmoronamento da URSS, que fora o resultado da política contra-revolucionária da burocracia. *“As lutas de classe tornaram-se mais difíceis. A resistência à super-exploração destruidora concentra-se na resistência para defender as mais pequenas conquistas arrancadas. A revolução é necessária, inscrita nas acções de classe, nas greves e manifestações, mesmo naquelas que os aparelhos sabotam. A revolução está inscrita na defesa encarniçada, difícil, das organizações independentes. A marcha da resistência, que sobe e desce ao ritmo destrutivo da nova economia, concentra-se na defesa dos sindicatos, das conquistas, que cristalizam as posições da classe: defesa dos sistemas de protecção social, defesa dos estatutos e contratos colectivos, defesa da instrução, etc. Da marcha para a resistência emergem militantes e quadros organizadores, uma jovem geração capaz de construir as organizações políticas independentes, em primeiro lugar as secções da IVª Internacional, na linha do Acordo Internacional dos Trabalhadores. As acções de classe terminam maioritariamente em recuos, mas deixam marcas na consciência da classe operária e da juventude, reforçando as condições para impor a frente única que subtraia a luta de classe à tutela dos aparelhos”*³². As formulações são claras: compreensão do carácter destrutivo, de uma brutalidade nunca vista, da ofensiva contra a classe e, do mesmo passo, identificação das condições que hão-de permitir reagrupar uma nova camada militante que procurará retirar a luta da classe da tutela dos aparelhos. Em tal contexto, que orientação para a IVª Internacional? *“No meio da tremenda crise de decomposição que se abate sobre o movimento operário e que, do mesmo passo, vê a classe operária procurar constituir ou reconstituir as linhas de defesa, compete aos militantes da IVª Internacional assumirem todas as suas responsabilidades na constituição de iniciativas políticas, de campanhas, de quadros de frente única que permitam, etapa a etapa, agrupar todos aqueles que se recusam a acompanhar a política de desmantelamento da classe operária, a aderir ao processo corporativista.”*³³. Este documento preparatório do 42º Congresso aparece como momento da discussão aberta em Setembro de 2000 numa reunião da direcção nacional da CCI. O relatório introdutório, publicado em boletim interno (página 5), revisita o

significado da conferência mundial de São Francisco (realizada um ano antes) e da conferência mundial então em preparação: *“Dissemo-lo amiudadas vezes nos nossos textos e documentos, nomeadamente no Manifesto do 4º Congresso Mundial: o imperialismo só pode fazer passar os seus planos destruidores se subordinar a si, até às últimas consequências, os aparelhos e, através dos aparelhos, as organizações operárias — organizações votadas à destruição se seguirem o caminho da integração corporativa — que a classe operária constituiu e que a constituem como classe. É evidente que o próprio desenvolvimento da situação — utilizou-se a fórmula “processo em andamento, mas inacabado” — impulsiona simultaneamente, de maneira extremamente desenvolvida, tanto os elementos de decomposição como os elementos de preservação.”* Esta avaliação clara da responsabilidade dos aparelhos submetidos à ofensiva do imperialismo, esta noção de *“processo em andamento, mas inacabado”*, combinando elementos de decomposição e elementos de preservação, é votada por unanimidade pela direcção nacional por unanimidade. Tal como o é o texto apresentado pela comissão dos mandatos da direcção nacional, publicado no boletim interno em Fevereiro³⁴, onde se pode ler: *“A ofensiva generalizada lançada em defesa da sobrevivência do sistema capitalista em apodrecimento (...) concentra-se na necessidade, para as instituições do capital, de destruir a classe operária como classe organizada. A decomposição da sociedade exerce uma pressão, que os aparelhos transmitem, tendente ao desmembramento da classe e das suas organizações. A IVª Internacional não escapa a esta pressão e as dificuldades que nós sentimos na selecção de uma direcção enquadram-se neste contexto.”*

O mesmo boletim interno publica o relatório introdutório sobre a situação política mundial e as tarefas da IVª Internacional, em 29 de Janeiro de 2001. Este relatório insiste em que a compreensão dos processos da revolução mundial *“é indissociável da compreensão do segundo factor, (...) a política dos aparelhos (...), instrumento obrigatório indispensável sem o qual a política de destruição do imperialismo não poderia ser posta em prática”*. Foi neste quadro que se realizou o 42º Congresso da secção francesa, cuja acta declarava: *“Toda a discussão política do congresso da CCI enquadrou-se na avaliação dada pelo relatório introdutório, a saber: por um lado, uma viragem da situação mundial, marcada pelo anúncio da recessão nos Estados Unidos, obriga o regime assente na propriedade privada dos meios de produção a ir até às últimas consequências na destruição das classes operárias e dos povos; por outro lado, esta ofensiva só se pode levar a cabo se for transportada pelos aparelhos, constituindo-se esse transporte, na situação política que hoje conhecemos em França, numa linha de integração até às últimas consequências, processo este que, inacabado embora, está em andamento, mas que as cúpulas dos aparelhos tentam completar”*³⁵. Este foi o exacto ponto da avaliação, o ponto de os aparelhos transportarem a ofensiva do imperialismo numa linha *“de integração até às últimas consequências”*, que, conquanto inacabada, *“as*

³² 42º Congresso, BI nº 2, de 8 de Novembro de 2000.

³³ *Ibidem*.

³⁴ “Abertura da discussão preparatória do 43º Congresso”, BI nº1 bis, Fevereiro de 2001.

³⁵ 43º Congresso, BI nº1, acta do 42º Congresso (ponto 5, página 6).

cúpulas dos aparelhos tentam completar”, foi este exacto ponto que, na discussão, deu azo à manifestação de desacordos. Um dos intervenientes resumiu assim as posições mais contraditórias: “Perder de vista que, para o imperialismo, o essencial é acorrentar as organizações a este processo corporativo e, por conseguinte, trazer os aparelhos até ele, equivale a não compreender a situação política; em contrapartida, considerar que este processo ou está concluído — ou, digamos, à beira de se concluir —, é não compreender que, através do processo em andamento e inacabado, é uma dimensão de conjunto da alternativa socialismo ou barbárie que se coloca, em França como à escala internacional e, portanto, a luta viva entre as classes sociais e entre todas as representações das classes sociais, colocando, por sua vez, no centro a questão da nossa responsabilidade.”³⁶

13. Para os militantes que conhecem a história da IVª Internacional, o paralelo entre a crise de 2015 e a crise de 1950-1953 é evidente. No entanto, se este paralelo se aplica ao conteúdo político da ofensiva revisionista destruidora que se abate sobre a IVª Internacional por duas vezes, a pouco mais de sessenta anos de distância, já quanto ao desenrolar dos acontecimentos há uma diferença. Em 1950-1953³⁷, Pablo propõe abertamente disputar os fundamentos programáticos da IVª Internacional. Escreve que a vocação do estalinismo é *“realizar o socialismo à sua maneira” “durante séculos de transição”*, que é, portanto, por assim dizer, uma transição historicamente necessária. Disputa-se abertamente a natureza contra-revolucionária do aparelho estalinista. Consequentemente, preconiza-se uma política de *“entrismo sui generis”*, que equivale, na prática, a dissolver as forças da IVª Internacional no interior das velhas organizações e subordiná-las aos aparelhos, subordiná-las, estreitamente, em particular, ao aparelho estalinista. Como se disse antes neste texto, o pablismo tinha pelo menos o mérito de avançar claramente as suas posições políticas. Eram contra-revolucionárias, na medida em que conduziam inevitavelmente à destruição da IVª Internacional, ao subordiná-la ao estalinismo, considerado como a direcção revolucionária de facto. O revisionismo que actualmente opera subordina a IVª Internacional aos limites definidos pelas diferentes burocracias. Daí a variedade de formas em que se manifesta essa liquidação (França, Brasil, Argélia, África do Sul, etc.). Trata-se de subordinação aos aparelhos

burocráticos em decomposição, considerando o grau de decomposição atingido pelo próprio sistema capitalista. Um dos aspectos do revisionismo liquidacionista actual é o não ter outro horizonte que não seja a manutenção do regime da propriedade privada dos meios de produção. Onde a corrente pablista foi até às últimas consequências, assumindo esta redefinição da natureza dos aparelhos — chegando a escrever, por exemplo, acerca do Partido Comunista Polaco de 1956, que, sob a direcção de Gomulka, ele se teria “transmutado” em partido revolucionário —, os neopablistas do século XXI actuam de maneira mais envergonhada. Na prática, como se verá, os mesmos que, até 2006-2007, vão votando que os aparelhos aparecem como o principal obstáculo que faz face ao movimento da classe, irão, num período bastante breve, percorrer um longo périplo que os leva a investir os aparelhos de uma política de tal modo correspondente aos interesses das massas, no movimento contra a reforma El Khomri de 2016, que os dirigentes da CCI proclamam, em centenas de circunstâncias, que os dirigentes fizeram um “percurso sem faltas”. Em momento algum a corrente revisionista liquidacionista responsável pela crise de 2015 se dará ao trabalho de explicar quando, como, em que circunstâncias os aparelhos se terão “transmutado” em instrumentos portadores das aspirações das massas. Em ambos os casos, 1950-1953 e 2015, a conclusão prática resumir-se-á em um termo, o mesmo: a “imersão” profunda. No caso de Pablo, essa imersão foi abertamente reivindicada. No caso da neo-CCI³⁸, veste a forma perniciosa de uma pretensa resposta à vaga de atentados que golpeia a França em Janeiro de 2015: passaria a não haver mais nada a fazer a não ser “imersão” profundamente nas organizações e denunciar como contra-revolucionário quem quer que ousasse interrogar-se sobre a tática das jornadas de luta³⁹.

A IVª Internacional é objecto da luta de classes. É um organismo vivo, sujeito às pressões das forças sociais contraditórias. Nem pode ser de outra maneira. A crise de 1953 reflectia a pressão coerciva do estalinismo. Resultou na desarticulação orgânica da IVª Internacional reconstituída depois da guerra. Resistiu, apesar de tudo, a essa desarticulação a maioria da secção francesa, apoiada na comissão operária, que viria a constituir o fundamento da preservação programática da IVª Internacional e para a luta pela sua reconstrução. Na crise de 2015, manifesta-se a pressão dos aparelhos de um movimento operário que se

³⁶ 42º Cg, BI nº1, Outubro de 2000.

³⁷ Cf. *Quelques enseignements de notre histoire*.

³⁸ Utilizamos o termo neo-CCI em vez de CCI. CCI designa a Corrente Comunista Internacionalista constituída pelo congresso da secção francesa de 1992, que transformou o PCI em CCI, de modo que a organização trotskista aparecesse na forma de corrente do Partido dos Trabalhadores, que acabava de se constituir, e já não como partido independente no plano da organização. A CCI de 1992 era a continuadora do PCI, ele próprio continuador da OCI e, no plano político, do PCI, secção francesa de antes da crise destrutiva de 1950-1953. Era, portanto, a continuação legítima da secção francesa da IVª Internacional. A organização política que continua a arvorar o nome de CCI desde a crise de 2015 é a negação da CCI constituída em 1992. Por isso, preferimos designá-la como neo-CCI. A continuidade da CCI de 1992 é assumida pela TCI, Tendência Comunista Internacionalista, constituída pelos 23 membros da

direcção nacional da CCI expulsos burocraticamente durante o verão de 2015.

³⁹ Foi assim que, na sessão da direcção nacional da CCI de 18 de Janeiro de 2015, quase seis meses antes da cisão, o responsável do secretariado da CCI convidou a direcção nacional a não discutir a contribuição sobre os problemas da construção do partido apresentada ao secretariado internacional pelo camarada S.: *“Seria um erro entrar nesta discussão.”* O mesmo responsável declara: *“Desde os atentados, tudo passou a concentrar-se na nossa imersão no coração da classe e das suas organizações, para aí desempenhar um papel fundamental. Desempenhámos um papel a essa escala. Seremos capazes, no contexto do congresso confederal, de trazer 500.000 para a rua? É preciso reconsiderar tudo na nossa orientação de construção do partido.”* Era preciso reconsiderar tudo... mas fora de qualquer discussão...

internou profundamente em processos de decomposição-destruição. Em condições diferentes, esta tentativa de destruição da IVª Internacional acabou, também ela, por se quebrar contra a resistência dos militantes e das suas organizações, do que foram sucessivos testemunhos a constituição da TCI, a conferência de Turim, a constituição do CORQI e, na linha da transição, o êxito da conferência de Mumbai.

14. Tornemos a esta etapa 2000-2007, durante a qual Pierre Lambert travou o seu último combate, procurando preservar a unidade da secção francesa sem ceder às pressões crescentes de um sector da direcção que ainda não se tinha inteiramente cristalizado, mas que se afirmava cada vez mais abertamente por uma orientação diferente da votada nas instâncias (congressos e direcções nacionais, nomeadamente) da secção francesa.

Neste 42º Congresso (Fevereiro de 2001), os problemas estão expostos: *“Uma parte importante da discussão do congresso incidiu exactamente na seguinte questão: podemos nós ajudar a classe operária a lutar contra os planos que a ameaçam de destruição sem ser com a linha política da luta pela greve geral? Podemos nós, especialmente, intervir de outra forma que não seja a da ajuda colectiva concreta dada à irrupção da luta de classes? Claro que ninguém pode pretender que a revolução proletária vitoriosa seja uma perspectiva para amanhã de manhã, mas a classe operária pode obrigar a recuar, pode lutar para obrigar a recuar e, ao impor que o adversário recue, ganhar tempo para se preparar como classe e constituir as condições para a sua contra-ofensiva. Haverá tarefa mais crucial para os militantes da IVª Internacional do que responder à pergunta: como intervir politicamente para ajudar este processo?”*

A discussão foca-se nas questões concretas da luta de classes. O caso é, em particular, *“combater politicamente pela unidade, que é o único meio para ajudar a classe operária a avançar, a superar os obstáculos das políticas praticadas pelos aparelhos”*. Insista-se neste ponto. O 42º Congresso, como os anteriores, pelo menos até 2007, põe no centro da decisão a definição do que representa a tarefa maior dos trotskistas: como ajudar a classe operária a *“superar os obstáculos levantados pelos aparelhos”* (sublinhado nosso).

Surge uma discussão específica: *“O congresso permitiu elucidar que a palavra de ordem de greve geral é uma palavra de ordem política, que se distingue da formulação sindical sugerida por “greve interprofissional”. Se bem que nós não oponhamos, evidentemente, “greve geral” a “greve interprofissional”, mas a greve geral é uma palavra de ordem política que põe o problema do governo. No centro está a questão das aposentações: 37,5 é o elemento unificador público-privado. Tanto no plano político como no plano sindical. Registemos que não conseguimos levar esta discussão até ao fim. Foi exactamente por esse motivo que fomos induzidos a só votar a “linha das resoluções”, remetendo a discussão para o 43º Congresso, a qual fica, precisamente, desde já aberta com este boletim”*.

“Não conseguimos levar esta discussão até ao fim.” Abriu-se, portanto, neste 42º Congresso, uma discussão, e os delegados não conseguiram concluí-la. Em que incidia ela? Incidia, nomeadamente, na relação entre luta pela greve geral e jornadas de luta.

O congresso ouviu, com efeito, exprimirem-se aqueles que consideravam que uma greve interprofissional era um sinónimo de greve geral — evacuando o significado político desta palavra de ordem sobre a questão do poder — e que, escorregando sempre, acabarão por glorificar as jornadas de luta. Aquilo que desaparece nesta posição, que, a partir de 2013-2014, vem a ser a bandeira à volta da qual se agrupam os artesãos da ofensiva liquidacionista, é a iniciativa das massas, a sua capacidade para fazer o seu movimento irromper e superar os obstáculos levantados pelos aparelhos, até à satisfação das suas reivindicações. Desaparece igualmente, é claro, a questão do poder (alguns anos mais tarde, um dos partidários desta posição explicará, a propósito da luta pela retirada do plano Fillon, que a palavra de ordem “Retirada do Plano Fillon!” era, em 2010, o equivalente da palavra de ordem “Todo o Poder aos Sovietes!” avançada pelos bolcheviques em 1917).

A esta pressão crescente que se manifesta no congresso responde a resolução do 42º Congresso⁴⁰, salientando os limites das combinações de aparelhos: *“Nos laços com os militantes sindicais ou políticos, o critério que discrimina são as questões de intervenção política na luta de classes. Na situação actual, o risco de tentar formalizar e organizar laços políticos com estes militantes sem tentar organizar conjuntamente a intervenção política na luta de classes é acabar num beco sem saída.”*

Um aviso claro: é natural, condiz com a democracia operária e é útil à construção do partido que os militantes trotskistas, em virtude das suas responsabilidades no movimento operário, multipliquem contactos com responsáveis e militantes, políticos e sindicais, de todas as tendências, de todos os horizontes, a todos os níveis; cuidado, porém, com a procura de “arranjinhos” cortados da realidade da intervenção na luta de classes!

Numa resolução que foca especificamente questões de direcção, a DN⁴¹ indica que *“só se pode fazer a selecção com base numa discussão que leve os desacordos e o seu esclarecimento até às últimas consequências”*.

O que a faz escrever que, no estado actual da discussão, *“a direcção nacional considera que não estão reunidas condições para uma autêntica selecção da direcção renovada, estando esta dificuldade relacionada com o aspecto contraditório e, desde logo, insuficiente, dos resultados registados na discussão tida a este respeito.”* Ponto de vista lúcido, que dá conta de uma dificuldade encontrada no congresso, que ganhará contornos mais precisos no período seguinte.

15. O texto que abre a discussão do 43º Congresso é adoptado pela direcção nacional nos dias 5 e 6 de Outubro de 2002. Embora unânime, este texto, nada consensual, dá conta dos desacordos na direcção. Revisita a ofensiva nessa

⁴⁰ Ainda no boletim interno, página 7, ponto 6.

⁴¹ Aos delegados aos congressos regionais preparatórios do 42º Congresso da secção francesa da IVª Internacional, adoptado pela direcção nacional em 16 de Janeiro de 2001.

altura lançada contra a IVª Internacional e a sua secção francesa, particularmente pelas forças filiadas no SU ou a ele ligadas: *“Enquanto direcção da secção francesa da IVª Internacional, tratámos esta ofensiva contra nós, durante demasiado tempo, como um epifenómeno. É um erro que devemos corrigir, pois ele encerra uma avaliação incorrecta da situação política mundial e da responsabilidade que a IVª Internacional deve assumir⁴².”* O texto debruça-se a seguir sobre o significado d’*“A crise da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária”*: *“Não vamos voltar aqui às ‘premissas objectivas’. Os dois últimos congressos da IVª Internacional, bem como outros textos elaborados durante o mesmo período (nomeadamente o livro *Lutte des classes et mondialisation*) definiram de maneira indiscutível, com base em factos, que o regime social assente no regime da propriedade privada dos meios de produção conduz a humanidade à sua perda em função da destruição em massa da principal força produtiva: a força de trabalho. (...) A discussão entre nós, nesta etapa, não incide nestas condições objectivas, em relação às quais não parece haver desacordo entre nós⁴³...”* Note-se a fórmula: não “parece” haver desacordo entre nós. Não se excluía, portanto, que o houvesse, subjacente à aparência (mais exactamente: havia, e era evocado em discussões de corredor pelos mesmos que, então, votavam a favor de todas as resoluções). Por outro lado, esta formulação sugere que, acerca de outras questões, havia desacordo. Que questões?

“A discussão concentra-se em ‘crise da humanidade igual a crise de direcção’. Esta fórmula significa hoje que as massas oprimidas e exploradas do mundo inteiro, confrontadas com uma ofensiva de destruição de todos os seus direitos, conquistas e património, procuram instintivamente a via da acção unida e, para isso, procuram usar as suas organizações como instrumento do combate de resistência. Nesta caminhada, não só colidem com o imperialismo, como também, e sobretudo, com a política dos aparelhos, que visa subtrair as organizações à acção da classe e fazer delas instrumentos de acompanhamento, ameaçando a própria existência das organizações independentes.”

O texto particulariza: *“Eis exactamente onde a IVª Internacional é chamada a desempenhar plenamente o seu papel: construindo-se como força política independente, numa linha de frente única que integre a luta pela transição (Acordo Internacional, partidos operários independentes).”* Isto, numa situação *“muito difícil para a classe operária (...). Se a luta de classes não conseguisse impedir-lho, os aparelhos iriam até às últimas consequências”*.

O texto apoia-se nas conclusões do 4º Congresso Mundial da IVª Internacional (realizado em 1999): *“Sem os aparelhos, o imperialismo não seria capaz de fazer passar os seus planos contra a classe.”* *“Não obstante”,* continua o texto, *“a luta de classes actua evidentemente neste processo, contrariando a marcha para a integração corporativa, destrutiva das organizações.”⁴⁴*

A realidade é que, mal o 42º Congresso terminara (Fevereiro de 2002), a discussão reacendia-se. Imediatamente a seguir ao congresso, o boletim interno nº 2 (Abril de 2001) publica uma nota à atenção das secções da IVª Internacional. Sob o título *“Que formas tomam hoje as nossas dificuldades políticas?”*, pode ler-se: *“Na sua reunião de 3 de Abril, o secretariado internacional teve o ensejo de discutir esta questão. Saiu daí a seguinte avaliação: desde a realização do 4º Congresso Mundial (na realidade, desde a reproclamação da IVª Internacional), colidimos constantemente com o obstáculo que consiste na pressão dos aparelhos nas nossas fileiras. Especialmente: a pressão dos aparelhos mais não é do que a via através da qual se exerce a pressão do desarticulado sistema assente na propriedade privada dos meios de produção. Reflexo desta pressão é o atraso com que se preparou a conferência de Berlim. Quando o conselho geral se reuniu, reenseámos os primeiros 80 delegados alemães e decidimos generalizar o método: obtenção imediata de delegados provisórios com base em mandatos, organização da rede eficaz de colecta financeira em torno do mandato. Por conseguinte, destacamento de uma força política independente. Mais de dois meses depois do conselho geral, a designação dos delegados para Berlim mantém-se como fenómeno marginal. Por formas variadas, em cada país, e independentemente da consciência que disso tenhamos, estamos à espera que os aparelhos (ou sectores dos aparelhos) dêem luz verde ao envio de delegados. Ora, devemos compreender que a situação actual não é a mesma que antecedeu São Francisco. O “processo em andamento” continua inacabado, mas, nas cúpulas do aparelhos, tudo se faz para acabá-lo — na Europa como no resto do mundo. A classe operária só pode reunir as condições para a sua própria luta de classe organizando a democracia operária; e a sua luta de classe é a condição para preservar as organizações que historicamente constituiu (sendo, também, a condição para fortalecer os processos de resistência interna nas organizações).”*

Especifica a nota que: *“É na Europa que nos confrontamos com as maiores dificuldades, combinando-se as dificuldades políticas próprias do secretariado internacional com a forte pressão integracionista veiculada pela CES”*. Estamos em 2001, são os últimos dias do governo Jospin: em França, as pressões para canalizar os sindicatos para a co-legislação são cada vez mais fortes. Na função pública hospitalar, assina-se, no dia 14 de Março, um acordo entre o governo e as organizações sindicais. A este propósito, surge um desacordo entre os membros da direcção da CCI. Nos termos das regras da democracia operária, que foram sempre as da CCI até à sua degenerescência, o boletim interno nº 2 publica uma acta da discussão. Alguns responsáveis pronunciam-se pela assinatura do acordo, argumentando que a relação de forças não é suficiente; outros ficam preocupados com um acordo que ameaça o estatuto e com uma eventual assinatura em contradição com a forte efervescência que então abala os

⁴² Texto preparatório do 43º Congresso da secção francesa, adoptado por unanimidade na DN de 5 e 6 de Outubro de 2002, publicado no BI nº 1, de Outubro de 2002, página 6.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ Outro desacordo que o texto preparatório do 43º Congresso salienta (página 9): *“Seria um erro reduzir a questão do centrismo reaccionário a uma questão marginal. A luta contra o centrismo*

reaccionário é a luta pela IVª Internacional.” Por detrás disto está o reacender de uma polémica feita com veemência contra aquilo que se chama a “mesa do secretariado internacional”, que considera a luta contra o SU como coisa de somenos, não assumindo, na prática, as consequências da reproclamação. Adiante se voltará à carga quanto a este ponto.

hospitais. No seguimento da acta (publicada no boletim interno distribuído aos militantes), publicam-se duas contribuições de responsáveis sindicais, ambos membros da direcção da CCI no sector hospitalar, ambos membros da mesma federação e da mesma confederação sindical: um defende a assinatura do acordo, o outro é contra.

Esta discussão sobre o acordo entre o pessoal hospitalar mais não é do que um aperitivo de outros desenvolvimentos nos meses que se seguem. Insista-se: perante uma discussão interna na direcção, Lambert não hesita em chamar à colação todos os militantes.

Uma “contribuição sobre as questões de direcção” adoptada pela direcção nacional da CCI em 3 de Novembro de 2002 reafirma que a situação é marcada por *“uma ofensiva do imperialismo, transportada pelos aparelhos, que visa responder à crise de decomposição do regime assente na propriedade privada dos meios de produção pelo desmantelamento de tudo o que se edificou em dois séculos de luta operária e democrática, arrastando a humanidade para o caminho da barbárie, das guerras e da decomposição”*.

Este mesmo boletim interno nº 2 publica a acta da discussão da direcção nacional da CCI de 3 de Novembro de 2002, antecedida da seguinte advertência: *“A direcção nacional considerou, por unanimidade, que a discussão realizada internamente, com os seus matizes, é parte integrante da abertura do debate sobre as questões de direcção na nossa corrente.”* Em que incidem os matizes? Um interveniente, a propósito de uma iniciativa sindical: *“Isto faz parte dos problemas de direcção. Não podemos ter instâncias de direcção que adoptam posições e outra instância que adopta outra orientação.”*

O mesmo camarada insiste em que um dos critérios de selecção da direcção *“é a nossa capacidade para definir entre nós as relações sindicatos-partidos-aparelhos. A referência a que a crise de direcção e a solução à crise de direcção concentram a solução para a crise da humanidade não pode, entre nós, ser formal. Deve ser discutida em todos os seus aspectos.”* Assim, já em 2002 a direcção nacional da CCI advertia os militantes que desacordos de facto em matéria de relações sindicatos-partidos-aparelhos tinham já como consequência posições públicas diferentes, e até contraditórias, entre as posições adoptadas na luta de classes por diferentes militantes e as votações provenientes da direcção nacional. Não era senão o início de um processo.

16. Na primavera de 2002, entre o 42º e o 43º congressos da secção francesa, Jospin e o Partido Socialista pagam caro cinco anos de política ao serviço da classe capitalista e da União Europeia: eliminados logo à primeira volta, levam a capitulação ao ponto de apelarem a votar no candidato da burguesia, “contra” a ameaça do Front national, encarnada por Jean-Marie Le Pen.

Assim constituído num cenário de união nacional, o Governo Chirac-Villepin-Fillon empreende sem tardar as contra-reformas para que foi eleito. Logo no Outono de 2002, tomam forma dois ataques de peso: contra a classe operária e contra a forma republicana do Estado, com a reforma da regionalização. Os primeiros embriões de iniciativa sindical desenham-se no final do ano de 2002 e início de 2003, numa certa confusão. Nas Notas Preparatórias ao 43º Congresso

(adoptadas em Fevereiro de 2003 pela direcção nacional da secção francesa), pode-se ler: *“É claro que, na situação que se abre, a classe operária vai sofrer golpes. Começou com uma brutalidade nunca vista. A ofensiva pela integração unicitária vai continuar.”*

O que estava em causa? Em 6 de Janeiro de 2003, é tornada pública uma declaração comum de sete organizações sindicais. Entre elas, as organizações saídas da velha CGT (CGT, CGT-FO), mas também as duas centrais amarelas saídas do sindicalismo cristão e centrais autónomas. A propósito da reforma das aposentações projectada pelo governo, a declaração comum reivindica *“a necessidade de uma reforma”*, a fim de *“fazer convergir os interesses dos assalariados do sector público e privado”*.

Ora, até essa data, os assalariados do sector público beneficiavam de uma aposentação por inteiro após 37,5 anuidades de contribuição, enquanto, no privado, em consequência da aplicação de uma contra-reforma anterior, se passara já, vários anos antes, de 37,5 para 40 anuidades. O que significa *“fazer convergir os interesses dos assalariados do sector público e privado”*? A declaração pronuncia-se pela passagem a 40 anos para todos, ou seja, faz seu o objectivo do governo. É aquilo a que se chama a unicidade (contrário de unidade), ou seja, a marcha para o sindicato único integrado na política do Estado e no governo. A direcção nacional, ao preparar o 43º Congresso da secção francesa, começa por qualificar este passo para a integração unicitária como expressão do *“processo em andamento e inacabado”*. O que não quer dizer que esteja tudo jogado:

“Um partido operário independente que lute pela frente única pode ajudar a classe a dispor de apoios para poder contrariar esta situação e criar condições para inverter a tendência. “Criar condições”: estas não estão ainda reunidas. É necessário avaliar correctamente a situação: é possível, na situação actual, formular a perspectiva da greve geral? É uma questão legítima. Frente à ofensiva anti-operária que tudo pretende varrer à sua passagem, é claro que a greve geral seria desejável.

Contudo, numa situação marcada, em particular, pela ofensiva unicitária e integracionista, ou seja, pela divisão, não é uma palavra de ordem a que a classe se possa agarrar no momento em que nos reunimos. Isso pode mudar rapidamente. Ao que ela pode, sim, agarrar-se é às iniciativas políticas que nós podemos tomar para ajudar a soldar a frente única. Para isso, é preciso qualificar claramente a declaração das sete confederações e recusar adaptar-se a ela. Do mesmo passo, é preciso fornecer apoios que, no terreno que é o da unidade e da independência de classe (as 37,5 anuidades e tudo o que com elas se relaciona), permitam a expressão das reivindicações.”

A orientação adoptada pela direcção nacional da CCI consiste, assim, em mobilizar uma política independente para ajudar a classe operária a dispor dos seus próprios apoios. Para isso, é preciso *“recusar adaptar-se”*. Nos primeiros meses do ano de 2003, desenvolve-se mobilização significativa sobre a questão das aposentações.

Sistematicamente, os militantes são convidados pelas *Informations ouvrières* a não se alinharem com as propostas das direcções que acompanham a política do governo, pelo contrário! Lê-se, assim, nas *Informations ouvrières* no mês de

Março⁴⁵: “Aposentações: que é das 37,5 anuidades?” O artigo dá conta da primeira reunião do grupo de trabalho sobre as aposentações e releva que todos “os sindicatos saíram globalmente satisfeitos da primeira reunião do grupo de trabalho” com o governo, citando explicitamente as declarações dos dirigentes da CGT e da FO.

Enquanto se ouvem apelos para uma jornada de luta sobre as aposentações, *Informations ouvrières* interroga: “Como avançar para a unidade pelas reivindicações? Abrimos o debate. Que se passa com o apelo lançado para 3 de Abril próximo? É forçoso verificar que a plataforma comum que convoca esta jornada de luta não faz suas as reivindicações que poderiam contrariar a política da Europa e da CES: nem é caso de regionalização, nem de defesa do estatuto, nem de recusa de transferências, nem das 37,5 anuidades para todos, público e privado, como condição para uma aposentação por inteiro. Contraditoriamente, em vários departamentos e sectores profissionais, há iniciativas inter-sindicais a apelar para 3 de Abril com base nas reivindicações precisas que são as dos assalariados”⁴⁶.

E, oito dias mais tarde, de novo: “Na segunda-feira, 31 de Março, o governo tornou público o documento preparatório da contra-reforma anunciada dos regimes de aposentação. Em conformidade com as directivas europeias, de que o plano governamental mais não é do que uma transcrição, o projecto ignora a reivindicação comum dos trabalhadores do público como do privado: 37,5 anuidades para todos”⁴⁷.

Ora, assinala o jornal, Bernard Thibault, secretário geral da CGT, ousa afirmar, a propósito das negociações em curso com o governo: “Não nos podemos reduzir a uma problemática 40 anos - 37,5 anos.” *Informations ouvrières* polemiza: “Não se reduzir a uma problemática?” Mas, para um trabalhador, seja do público seja do privado, não é a mesma coisa reformar-se por inteiro depois de ter contribuído 37,5 anos ou 40 anos, ou mesmo 41 ou 42, como é projecto do Medef e do governo! Como se há-de compreender que o secretário geral de uma confederação sindical possa parecer esquivar uma resposta clara a esta questão clara?”

Em toda a parte, nos estabelecimentos de ensino, nas empresas públicas, os militantes da CCI tomam a iniciativa de assembleias gerais com as organizações sindicais que “apelam a todas as organizações sindicais para lançarem uma palavra de ordem de greve reconduzível à escala nacional; para organizarem, já na terça-feira, 8, uma grande manifestação no departamento; para preverem uma grande manifestação nacional”. Ou ainda: “Pedimos às nossas confederações, federações sindicatos de departamento e nacionais que reúnam e organizem, todas juntas, a acção nacional público-privado pela defesa das aposentações.”⁴⁸ Tantos elementos de que as colunas de *Informations ouvrières* se fazem eco semana a semana: “O que vem da base: “Sindicatos, federações e confederações devem realizar a unidade.”⁴⁹ E: “Que fazem os dirigentes das organizações?” Em numerosas escolas, redigem-se de imediato cartas às federações e confederações, a pedir-lhes,

como no caso desta escola de Paris, “que organizem a greve para satisfazer as reivindicações e fazer recuar o governo”. Num liceu de Seine-Saint-Denis (...), todos, quer se tenham pronunciado pela greve imediata quer não, começaram, antes de mais nada, por adoptar um apelo, com as suas secções sindicais SNES e FO, em que consideram “da mais extrema urgência que as confederações e federações sindicais, todas juntas, chamem os trabalhadores, todos juntos, a fazerem uma greve interprofissional, do privado e do público, para obter a satisfação das reivindicações que nos unem”, sendo estas últimas, depois, qualificadas com grande precisão, em particular com a exigência das 37,5 para todos”⁵⁰. *Informations ouvrières* especifica: “Uma greve reconduzível é, por definição, uma greve fragmentada, pois se caracteriza por ter de ser reconduzida dia a dia, liceu a liceu, escola a escola... (...) Ainda que esta palavra de ordem possa ser apreendida pelos professores ou outros como uma palavra de ordem que vai no sentido da greve geral, nós devemos estar conscientes de que greve reconduzível e greve geral são como branco e preto (...). Os aparelhos fazem uma jornada de luta por mês para acompanhar a política do governo, por vezes duas... E quando isso já não basta, podem acrescentar o tempero do apoio a greves reconduzíveis, que se reconduzem cada uma no seu canto até chegar o momento em que já não há dinheiro e se deixa de reconduzir.”

À secretária geral do PCF, que, sem exigir a retirada da reforma nem reivindicar as 37,5 anuidades para todos, declara: “Os nossos compatriotas não precisam de um homem providencial que os chame à greve geral. Isso, são tempos que já lá vão.”⁵¹, responde *Informations ouvrières*: “Pois não, os trabalhadores “não precisam de um homem providencial”. Aliás, demonstram-nos todos os dias, quando, na base, nas assembleias gerais, realizam a unidade com todos os sindicatos pelas suas reivindicações precisas, a começar pelas 37,5 para todos. Contudo, precisam ou não precisam os trabalhadores de organizações operárias independentes que cumpram o seu mandato? Têm o direito, enquanto empreendem a acção, realizando a unidade pelas reivindicações, a dirigir-se às suas federações e confederações e dizer-lhes: assumam as vossas responsabilidades, nós só conseguiremos fazer recuar o governo pelo movimento, e no movimento de todos juntos, na unidade a todos os níveis, trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, na greve geral interprofissional, pelas palavras de ordem comuns: retirada do plano Fillon-Raffarin, 37,5 para todos? Por muito que desagrade a Madame Buffet, esta questão não é de “tempos que já lá vão” .É a questão candente do momento presente.” Concluindo: “Há meses que as jornadas de luta se sucedem. Vista a amplitude do plano do governo, não se pode fugir à questão da unidade aos níveis de departamento e nacional das federações e confederações sindicais. Não é da responsabilidade delas apelar à greve até à retirada do plano Raffarin-Fillon, pelas 37,5 para todos?” Estamos longe, muito longe, das formulações que, doze anos mais tarde, servirão

⁴⁵ IO nº 579, 5 de Março.

⁴⁶ IO nº 582, de 26 de Março a 1 de Abril de 2003.

⁴⁷ Editorial de IO, nº 583, de 2 a 8 de Abril de 2003.

⁴⁸ IO nº 584, de 9 a 15 de Abril de 2003.

⁴⁹ IO nº 585, de 16 a 22 de Abril de 2003.

⁵⁰ IO nº 586, de 23 a 29 de Abril de 2003.

⁵¹ IO nº 587, de 30 de Abril a 6 de Maio de 2003.

para a direcção da neo-CCI se opor, em toda a parte, a apelos à greve até à retirada dirigidos às cúpulas das organizações, martelando que as direcções fazem “um percurso sem faltas”.

Mais uma jornada de luta estava convocada para 13 de Maio. *Informations ouvrières* interroga: “Para milhões de trabalhadores do público como do privado, que farão greve e manifestação neste dia 13 de Maio ao apelo das confederações sindicais, é impossível renunciar às 37,5 para todos. A questão que, assim, se põe é: que será preciso fazer no dia 14 de manhã, se o governo não tiver cedido à mobilização de milhões e milhões? Se o caso é, realmente, fazê-lo ceder, então a questão da greve geral interprofissional está em todas as bocas. Houve organizações sindicais que já interpuseram “pré-avisos de greve de duração não limitada” ao nível nacional, explicitamente relacionados com a reivindicação das 37,5 para todos. Em várias empresas, os trabalhadores, com os seus sindicatos, têm convocado assembleias gerais para o dia 14 de Maio para decidir. Haverá outra via?”⁵² Porém, os dirigentes obstinam-se em não apelar à greve até à retirada. Faz já vários meses que eles utilizam essa tática, *Informations ouvrières* põe o problema: “E agora? Jornadas de luta sem fim? Para ganhar: greve total unida até à retirada do plano Fillon!” E ainda: “Donde tira o governo a sua audácia?” “É agora ou nunca. Não têm os dirigentes das federações e confederações de apelar desde já à greve geral até à retirada do plano Fillon?”⁵³

IO publica apelos, como o das uniões do departamento da Haute-Loire, que “se dirigem às confederações e às federações nacionais para que elas apelem à totalidade dos assalariados do público e do privado para a greve geral até à retirada do plano Fillon-Raffarin e à revogação das medidas Balladur” (IO nº 589). O movimento da luta de classe cresce sem parar apesar da política dos dirigentes de fragmentação das lutas. No dia 13 de Maio, mais de dois milhões de trabalhadores saem à rua pela retirada do plano Fillon em matéria de aposentações. A mobilização é de tal modo potente, que os dirigentes empenhados nas jornadas de luta sucessivas se vêem obrigados a inflectir os seus discursos “à esquerda”: o secretário geral da CGT indica que, se o governo não considerar os processos em andamento na luta de classes, “ele optaria pela prova de força em Junho”. Marc Blondel, secretário geral da confederação Force ouvrière, vai mais longe, indicando que a situação “merece uma greve geral”. Pronuncia-se “por uma generalização da greve” e pelo estabelecimento de “uma relação de forças que nos permita obter a retirada das disposições previstas. Não estarei, pois, contra que o movimento seja reconduzido. Reclamo que fiquemos pelas 37,5 anuidades de contribuição”. A força do movimento é considerável. A generalização do movimento esboça-se.

Em alguns sectores, os militantes trotskistas conseguem iniciar greves parciais e, até, fazer eleger comités de greve. Na maior parte das empresas, multiplicam-se as posições por “37,5 para todos! O plano Fillon nem se emenda, nem se negocia! Greve geral unitária até á retirada!” *Informations ouvrières* fazem-se sistematicamente eco delas. Um milhão e

meio de manifestantes saem de novo à rua no dia 3 de Junho. *Informations ouvrières* escreve: “Não é perfeito direito deles, dessas centenas de milhares que exigem que os dirigentes apelem à greve geral interprofissional? (...) Um milhão e meio de manifestantes neste dia 3 de Junho em toda a França (...). A greve geral está em todas as bocas, em todas as cabeças (...). Em toda a parte, dos assalariados sobe uma mesma reivindicação, uma mesma expectativa: é agora, é já que os dirigentes das confederações têm a obrigação de apelar à greve geral interprofissional pela retirada dos planos Fillon e Ferry”⁵⁴.

17. O aparelho, porém, especialmente o aparelho ex-stalinista da cúpula da CGT, reúne forças para impedir a generalização.

Pierre Lambert agarra na pluma nas *Informations ouvrières*: “Há meses que os trabalhadores — em primeiro lugar os professores, mas não só — se têm empenhado em movimentos da maior amplitude.

Nos conflitos entre a classe operária e os patrões, o governo, os trabalhadores (do privado como do público) só podem arrancar conquistas sociais e defender as que adquiriram se constituírem organizações inteiramente independentes. A luta pela independência confunde-se, assim, com a clareza, em primeiro lugar nas reivindicações, em segundo lugar a clareza dos meios de acção. Todos compreendem que, nos conflitos que opõem os trabalhadores ao patronato e ao governo, a massa mobilizada quer a unidade para defender as reivindicações (...). É assim que o problema da unidade, da frente única, nas condições da luta de classes actual, recai na responsabilidade dos sindicatos, das federações, das confederações operárias CGT e FO, da FSU (...).

Em contrapartida, multiplicam-se, sob os mais falaciosos pretextos, declarações que não reflectem a necessidade de ripostar ao governo com uma greve geral interprofissional proposta pelas confederações e federações, organizada a partir das assembleias de pessoal nas escolas, liceus, com os pais, nas empresas, nos escritórios...

Não se terá o direito, então, de fazer uma pergunta: não redundarão estas tergiversações em oferecer ao governo a válvula de segurança que lhe permita fazer passar os seus planos... deitando a responsabilidade para cima dos trabalhadores, que, segundo os “dirigentes”, não demonstram estarem prontos...”⁵⁵

No mesmo número do jornal, um antigo responsável da CGT recentemente ganho ao Parti des travailleurs — e que, em 2015, voltando aos seus antigos amores, defenderá e justificará a política de jornadas de luta face à lei El Khomri — publica uma carta aberta a Bernard Thibault, secretário geral da CGT, em que se pode ler: “(...) É verdade que, como tu dizes, a greve geral não se decreta. Mas não a reclamam, não a exigem os milhões de trabalhadores mobilizados? (...) Não estará o problema em a CGT dizer claramente: com este governo, que mantém o seu projecto e recusa abrir negociações, nós, CGT, entendemos que não nos safaremos com jornadas de luta repetitivas, entendemos, nós, CGT, necessário organizar a greve geral interprofissional e, em consequência, propomo-lo e apresentamo-lo à discussão de todas as assembleias de trabalhadores?” A tensão aumenta

⁵² IO nº 588, de 7 a 13 de Maio de 2003.

⁵³ IO nº 589, de 14 a 20 de Maio de 2003.

⁵⁴ IO nº 592, de 4 a 10 de Junho de 2003.

⁵⁵ IO nº 592 — Crónica política.

cada vez mais. A direcção da CGT chega-se à primeira fila, e Bernard Thibault chega a declarar: “*Apelar à greve geral enfraqueceria o movimento.*”

Solta-se a trela à ofensiva de divisão. Pierre Lambert agarra de novo na pluma nas *Informations ouvrières*: “*É preciso pôr claramente a questão das responsabilidades. (...) Será a tarefa que tomam sobre si aqueles que se opõem à unidade das federações e confederações pela greve geral interprofissional dirigir, ou fazer de conta que ajudam os trabalhadores em luta, para objectivos que nada têm que ver com as suas aspirações, com as exigências que eles articulam, ou seja, tentar fazer com que eles abandonem tudo aquilo por que se mobilizaram nas acções reivindicativas? (...) Eles aplicam o que acham que é o cúmulo da “táctica”, da inteligência política: dirigir o movimento para objectivos que nada têm que ver com o que procuram aqueles milhões que se mobilizaram por reivindicações e exigências bem precisas. Não haverá contradição insanável entre estas reivindicações e as formas de luta impostas por todos os dirigentes, a multiplicação de jornadas de luta? (...) A recusa dos dirigentes das federações e confederações impede-nos de forçar o governo a recuar, permitindo-lhe recusar o compromisso mais elementar: o adiamento dos exames (...). A responsabilidade não é dos trabalhadores, eles que há três meses vêm demonstrando a sua vontade de lutar.*”⁵⁶

No dia 12 de Junho, dezenas de milhares de trabalhadores estão concentrados em Marselha, num comício em que participam os dois secretários gerais das confederações CGT e CGT-FO, Bernard Thibault e Marc Blondel. Dezenas de milhares gritam: “*Greve geral unitária, público, privado, Thibault, Blondel, apelem!*”⁵⁷. Momento de viragem. Irão eles apelar?

Bernard Thibault responde: “*Se nos metermos nisso, talvez aconteça.*” Ele não se meterá nisso.

Marc Blondel afirma que a sua confederação mantém a sua proposta de apelo à greve geral, apesar da recusa das outras confederações sindicais. Há, porém, uma coisa que Blondel teria podido fazer nesse momento, e não fez: voltar-se para Thibault e dizer-lhe, apoiado pelas dezenas de milhares de trabalhadores marselheses presentes: “*Thibault, proponho que apelemos, na unidade, agora, neste momento, à greve geral.*” Thibault, assume a responsabilidade de quebrar o movimento para a greve geral. Blondel não assume a responsabilidade de obrigá-lo a enveredar pela via da unidade.

18. Este grande movimento de luta de classe em torno da questão da aposentação, no ano de 2003, irá dar azo à cristalização clara dos desacordos internos na direcção da secção francesa da IVª Internacional. Em virtude da política praticada pelas cúpulas, a mobilização irá refluir, e a contra-reforma das aposentações do governo impor-se-á. É, então, altura de fazer o balanço. Fora correcto expor claramente, nas *Informations ouvrières*, a responsabilidade dos dirigentes, que começaram por aceitar um apelo unicitário ao acompanhamento da reforma das aposentações do governo e acabaram recusando a mobilização na via da greve geral? Fora correcto expor o problema, sem por isso

confundir a posição do dirigente ex-estalinista que barra frontalmente o movimento para a greve geral com a do dirigente reformista, que hesita em empenhar-se concretamente e não assume as suas responsabilidades? Fora correcto pôr estes problemas?

A esta pergunta, Lambert, e os camaradas que partilham o seu ponto de vista, respondem “sim”, e dão voz a esse sim nas *Informations ouvrières* como nas organizações da classe. À mesma pergunta, outros dirigentes da organização respondem pela negativa, considerando que os dirigentes — especialmente o secretário geral da central reformista — tinham ido o mais longe que podiam. Desenha-se já a posição dos mesmos que, doze anos mais tarde, declararão que os dirigentes fizeram um “percurso sem faltas” e que a causa de o movimento anti-El Khomri não ter vencido foram as hesitações da classe operária e não a responsabilidade dos dirigentes⁵⁸. De reunião em reunião, cava-se o fosso interno na direcção francesa. Há agrupamentos, a cristalização está em andamento, num clima de enorme tensão. Esta agravar-se-á ainda mais nos meses seguintes, pois esta pressão para o acompanhamento ir-se-á reflectir com ainda maior clareza na outra grande questão da luta de classes, que está no centro das mobilizações de 2003-2004.

19. A ofensiva de regionalização visa particularmente uma categoria de assalariados, o pessoal operário do ensino, até então enquadrado no estatuto da função pública do Estado, que a reforma quer começar por transferir para as regiões e departamentos (aquilo a que se chama a função pública territorial) e depois para o privado, liquidando-os como categoria. São afectados mais de 150.000 trabalhadores. O sindicato Force ouvrière do ensino, em cuja direcção os militantes da CCI ocupam lugar importante, organiza tanto professores como pessoal operário, com forte influência neste último sector. Cabe-lhe a responsabilidade. E ele mobiliza-se para a batalha pela retirada da reforma. Durante toda a fase de mobilização à volta da questão da aposentação, no ano de 2003, as assembleias gerais e manifestações misturaram muitas vezes as palavras de ordem de exigência de retirada da reforma do regime de aposentação de Fillon com as de retirada da reforma dita da regionalização. No entanto, enquanto o governo faz votar a reforma Fillon do regime de aposentação logo em 2003, apoiando-se na decisão das direcções de não apelarem à greve geral até à retirada, já a transferência dos TOS (operários da função pública) e, mais geralmente, a reforma da regionalização ainda não se aplicaram. De modo que, menos de um ano mais tarde, o ano de 2004 será marcado por uma grande mobilização contra as transferências dos TOS, contra a lei de descentralização. A federação (FNEC, FP FO) assume, repita-se, as suas responsabilidades. No mês de Março de 2004, dirige-se a todo o pessoal dependente do Ministério da Educação nos seguintes termos: “*É possível e é necessária uma manifestação nacional antes de 7 de Abril, para que os deputados não votem as transferências, não votem a lei de descentralização (...). A FNEC FP-FO assumirá todas as responsabilidades, apelando à convergência nacional sobre*

⁵⁶ IO nº 593, de 11 a 17 de Junho de 2003, crónica política.

⁵⁷ Notícia da Associated Press.

⁵⁸ Veja-se mais adiante.

*Paris e à greve antes de 7 de Abril. Considerando o calendário escolar, propomos a data de 30 de Março.”*⁵⁹

Contudo, a federação sindical maioritária no ensino, a FSU, dirigida por ex-estalinistas, recusa-se a ocupar o seu lugar na mobilização contra a lei de descentralização, acompanhando, na prática, a contra-reforma. Uma vez mais, *Informations ouvrières*, semana a semana, define com toda a clareza o que é responsabilidade de quem, dá voz aos apelos “da base” nos estabelecimentos de ensino, aos apelos comuns contra a política da direcção da FSU. Por fim, esta reforma destruidora, que transferirá 150.000 funcionários do Estado para a função pública territorial, será votada pelo Parlamento no início do verão, aproveitando-se mais uma vez o governo da política das cúpulas das organizações.

Na direcção da CCI, o sector com a linha de acompanhar o acompanhamento faz rapidamente ouvir a sua própria voz, distinta e diferente da orientação das instâncias de direcção, porém adoptada conjuntamente. Esta voz diferente diz assim: sim, era preciso opor-se, mas, chegados a um certo ponto, “é preciso ouvir a voz da razão” e, uma vez que há transferência, é preciso acompanhar a transferência ao nível sindical.

Este sector constitui-se rapidamente em centro paralelo, com as suas próprias consignas, inclusive na organização sindical, na qual os trotskistas intervêm com orientações contraditórias: uns procuram ajudar a generalizar a greve, outros praticam uma linha de acompanhamento da reforma. A situação é complexa. A evolução da luta de classes mostra perfeitamente que o imperialismo tenciona ir até às últimas consequências na liquidação das organizações de classe; mas mostra também a amplitude e profundidade da resistência da classe. A fracção trotskista só pode ajudar a resistir e preservar as organizações se intervir, ao seu próprio nível, em plena independência.

20. É neste contexto que um incidente trará a crise para a praça pública. Em 2004, realiza-se o congresso confederal da Force ouvrière. Dois responsáveis são candidatos à “sucessão” do secretário geral cessante, Marc Blondel. Sendo ambas as candidaturas fruto do aparelho reformista, as diferenças de orientação entre elas não aparecem claramente aos militantes. Há uma ameaça grande de divisão da organização sindical por questões de indivíduos sem conteúdo de orientação.

A posição de Pierre Lambert nesta matéria, a mesma que ele sempre teve em circunstâncias similares, pode-se resumir assim: “Os trotskistas não tentam tomar a direcção da organização sindical reformista. Tentamos ajudar a preservar a sua independência. Acontece que ajustes de contas entre personalidades, sem que se veja a parada por trás, em termos de orientação, podem ser perigosas para a existência da organização sindical. Contribuamos, portanto, para esclarecer as questões de orientação, evitemos meter-nos em questões de pessoas que possam destabilizar a organização.” Esta posição não é, porém, como veremos, partilhada por todos.

Em meados de Setembro de 2003, decorre o comité confederal nacional da Force ouvrière. O secretário geral toma então uma iniciativa que se afigura a muitos ser um

golpe de força. Organiza, sem anúncio prévio, uma “consulta” do CCN para escolher entre os dois candidatos. A fracção trotskista parte-se em duas. Uma parte dos seus membros (alguns dos quais pertencem ao comité político da CCI) apoiam a acção de Blondel, isto é, não apenas a “consulta”, mas também o candidato que ele apresenta. Outra parte da fracção trotskista, de acordo com a posição de Pierre Lambert, não aceita a manobra, em que vê um factor de desagregação e de destabilização da organização sindical, recusando-se a votar. A imprensa apodera-se da ocorrência. *Le Monde* dedica-lhe um artigo. Em 19 de Setembro de 2003, Pierre Lambert assina uma carta nas *Informations ouvrières*, em que evoca “a informação dada por *Le Monde* (com data de 19 de Setembro) sugerindo que, no comité confederal nacional (CCN) da CGT-Force ouvrière, os “trotskistas-lambertistas” teriam em última análise a responsabilidade pelos dois “campos” que se afrontaram nos debates do CCN”. Lambert responde assim: “É claro que, no CCN, os militantes que estavam presentes, incluindo os que se reclamam politicamente da Corrente Comunista Internacionalista (IVª Internacional), tiveram avaliações diferentes. Poder-se-á considerar o desenrolar imprevisto da CCN como caso “local”, sem repercussões no lugar da central reformista na luta de classes? Não será preciso abrir uma discussão ampla? É que aquilo que se passa na CGT-Force ouvrière e na CGT tem as mesmas raízes. O caso é saber se, neste país, as duas centrais que reivindicam a Carta de Amiens (evidentemente com muitas gradações) permanecerão no terreno da independência de classe. No terreno, portanto, da defesa de tudo o que a luta de classes arrancou em mais de século e meio durante o qual a classe operária se constituiu como classe organizada. Assim, a Corrente Comunista Internacionalista — uma das correntes constituintes, repito-o, do Parti des travailleurs —, em função dos diferentes pontos de vista que se manifestaram no CCN, entre os militantes em geral e os da IVª Internacional em particular, que se reclamam, sejam quais forem as circunstâncias, da independência recíproca entre partidos e sindicatos, decidiu convocar uma reunião da plenária da CCI no Sábado, 27, e no Domingo, 28 de Setembro.”

É inabitual exporem-se assim, num documento público, os desacordos internos na direcção da secção francesa da IVª Internacional, apresentados como problemas de todo o movimento operário. Assim como é absolutamente inabitual tornar pública a data da reunião da direcção em que se discutirão os desacordos. A decisão de Lambert tem um objectivo bem preciso. Ao pôr na praça pública a natureza dos desacordos que dividem a direcção da secção francesa, torna-a num elemento da batalha interna que se prepara, apelando, de facto, para toda a organização. O caso é não ceder à pressão daqueles que, uma vez embarcados na operação do secretário geral no CCN, do mesmo passo renunciam à independência da fracção trotskista. A última parte da carta de Lambert não dialoga nem com o jornal *Le Monde* nem com os dirigentes sindicais, é uma polémica contra o sector adaptacionista interno à direcção da CCI: “Para terminar, varramos os falsos argumentos segundo os quais teria sido um erro não procurar um compromisso que respeitasse a independência. É um facto: os membros da CCN

⁵⁹ IO nº 631, de 10 a 16 de Março de 2004.

opuseram-se directamente relativamente à inopinada proposta do secretário geral. Alguns camaradas da corrente eram a favor de chegar a um compromisso, outros consideravam que a proposta do secretário geral não permitia chegar a um compromisso. Isto merece discussão, e a discussão far-se-á. Esta carta acompanha a convocação da plenária. Será publicada nas Informations ouvrières.”

Lambert responde neste ponto à “argumentação” dos que defendem o alinhamento com o aparelho em nome do “compromisso”. Responde Lambert: a questão não é saber se é ou não é preciso um compromisso na organização sindical — o que ninguém contesta —, é, sim, de saber se a proposta do secretário geral permitia realizar o tal compromisso ou não. É este desacordo que justifica a realização da plenária de direcção da CCI no final de Setembro de 2003.

É a segunda vez em três meses que Lambert agarra na pluma, no jornal, para combater o grupo que, dentro da direcção, actua secretamente, obedecendo à sua própria disciplina. As suas crónicas políticas (antes citadas) põem decerto em causa os dirigentes das organizações que recusam apelar à greve até à retirada. Mas não são só eles que ele tem em mira quando evoca *“declarações que não dão conta da necessidade de ripostar face ao governo com uma greve geral interprofissional proposta pelas confederações e federações, organizada a partir das assembleias de pessoal, nas escolas, liceus, com os pais, nas empresas, nos escritórios...”*⁶⁰

Sendo embora os dirigentes das confederações quem Lambert aponta ao interrogar-se sobre os objectivos d’*“aqueles que se opõem à unidade das federações e confederações pela greve geral interprofissional”* e se obstinam em querer *“desviar dos seus objectivos, à força de jornadas de luta, este poderoso movimento de fundo”*, serão eles os únicos visados?

E quando ele escreve: *“Assim, não é a unidade dos sindicatos e, em primeiro lugar, repitamo-lo, a unidade das confederações CGT, CGT-Force ouvrière e FSU a chave da situação? Pode-se aceitar o que todos sugerem e que só pode atrair a rejeição da parte de qualquer pessoa honesta? A responsabilidade não é dos trabalhadores, eles que há três meses demonstram a sua capacidade e vontade de lutar (...). Em tais condições, não será legítimo reclamar aos dirigentes que abram a única saída positiva para a satisfação das reivindicações e arranjar concessões reais, para que o nível de vida de todos não baixe ainda mais?”*, todos compreendem que ele não tem só em mira o “diálogo” com os dirigentes da CGT e da Force ouvrière. Estas formulações eram o reflexo público de uma luta política que lavrava acesa dentro da direcção da secção francesa.

21. Tendo o jornal *Le Monde* pedido para se encontrar com Pierre Lambert, este, com o aval do comité político, encontra-se com os representantes do jornal. O resultado é um artigo de uma página no jornal *Le Monde* de 18 de

Janeiro, mas também a publicação — por iniciativa da CCI — de uma brochura, suplemento de 16 páginas das *Informations ouvrières*, intitulada *Conversa de Daniel Gluckstein e Pierre Lambert com Dois Jornalistas do Monde*⁶¹. Nesta brochura, Pierre Lambert e Daniel Gluckstein reiteram as posições da nossa corrente: o mandato no sindicato não decorre da filiação política dos seus responsáveis; nem por isso é menos legítimo uma corrente política discutir os problemas com que as organizações sindicais se debatem, desde que não seja para lhes ditar a sua linha de conduta. Quanto ao desacordo interno na CCI, ele é evocado nestes termos:

“Quando uma organização sindical se debate com convulsões, com iniciativas imprevistas do seu secretário geral, pode acontecer — foi o caso — que militantes da CCI adoptem atitudes diversas. Neste caso, é útil abrir uma discussão para identificar os problemas políticos subjacentes a esta diversidade de atitudes (...). Nós organizámos uma discussão para responder à seguinte questão: é preferível ou não, para uma organização sindical, ao confrontar-se com questões (por exemplo, quem há-de suceder a quem como secretário geral), (...) que os sindicalizados possam pronunciar-se a partir das questões de orientação, ou terá cabimento transformar a coisa em questão pessoal?” Especificando que *“por trás das questões de indivíduos, há geralmente questões de orientação”*, Lambert e Gluckstein assinalam ter havido discussão sobre estes desacordos e que essa discussão *“foi extremamente positiva. Começámos por registar que havia um desacordo. O artigo de Pierre Lambert foi escrito no momento em que este desacordo constou e a discussão se estava a organizar. Na plenária seguinte, adoptámos por unanimidade a posição de ser desejável para o movimento sindical, no respeito das suas instâncias, que as questões fossem focadas pelo ângulo da orientação (...) Toda a gente concordou que era este o enfoque desejável para a classe operária. O que não quer dizer que não possa haver gradações de ponto de vista. Há-as. É legítimo.”* Assim, aqueles que, no CCN da confederação sindical, tomaram a responsabilidade de uma divisão pública da fracção trotskista são levados, pela discussão livre e democrática organizada na instância de direcção da CCI, a recuar (pelo menos em parte) e a aderir à posição de princípio comum de que é a orientação, e não a escolha dos homens, que guia as opções tomadas por militantes no quadro sindical. É verdade que subsistiam “gradações”, como Lambert e Gluckstein salientam.

Gradações... e até algo mais. Apesar das votações por unanimidade, os desacordos continuam a cristalizar-se, desenhando uma linha de demarcação recorrente. Por um lado, Pierre Lambert e os camaradas que partilham a posição dele estão na origem da maior parte dos artigos nas *Informations ouvrières*, dos editoriais, das contribuições, das posições públicas do Parti des travailleurs, bem como das campanhas políticas e das resoluções da direcção nacional da CCI, sempre articulando, no jornal, a necessidade de uma

⁶⁰ Quem tenha na memória os artigos de Patrick Hébert de Março de 2016, nas *Informations ouvrières*, a fustigar aqueles que se atreveriam a pretender que os dirigentes pudessem apelar à greve geral interprofissional... pensará que estas linhas escritas por

Lambert em 2003 se dirigiam a ele. E, realmente, já se dirigiam a ele.

⁶¹ Na brochura, Lambert indica ter pedido a Daniel Gluckstein que participasse com ele na discussão e formulasse o essencial das respostas nos termos da posição de ambos.

política independente e a crítica, sempre que necessário, da política das cúpulas das organizações, deduzindo, em todas as circunstâncias, a política própria da IVª Internacional na construção do Parti des travailleurs, sem deixar de atender ao respeito da independência das organizações sindicais e trabalhando para juntar os militantes apegados a essa independência. Por outro lado, um sector da direcção cada vez mais orientado para a adaptação pura e simples às direcções e que o faz saber publicamente. Mais tarde, a pressa de alguns em parar com a luta contra a regionalização e, mesmo, em participar na transferência dos TOS será indicativa da profundidade do seu compromisso com o acompanhamento do acompanhamento. É a grande questão que irá cristalizar as coisas e aumentar ainda mais a tensão na direcção da secção francesa a partir de 2004-2005: deve-se acompanhar este movimento de transferência ou organizar a luta de resistência contra ele?

22. A discussão preparatória do 44º Congresso da secção francesa é aberta pela plenária da direcção da CCI de Agosto de 2004, que adopta uma resolução que faz o balanço do período⁶².

Adoptado por unanimidade, o texto nem por isso deixa de reflectir o conflito interno em desenvolvimento na direcção. Lembre-se que a França conheceu intensa luta de classes de Abril de 2003 a Agosto de 2004. Milhões de assalariados vieram para a rua pela questão das aposentações e contra a regionalização. Na plenária da direcção do mês de Agosto de 2004, o balanço desta fase da luta de classes é feito nos termos seguintes: *“Tem cabimento pôr em causa a posição adoptada pelo último congresso da CCI, posição que era resumida pela fórmula: “Ganhar tempo, preservar a nossa independência, sempre no quadro da busca de compromissos no terreno da independência das organizações”? A discussão da plenária permitiu responder a esta questão. Indiscutivelmente, os últimos acontecimentos marcam uma aceleração da marcha para a integração corporativa. A política de conjunto que o imperialismo imprime visa desmembrar as nações em todos os continentes. Reflecte-se hoje com maior intensidade na Europa: a Constituição europeia como instrumento político para a abertura à Europa dos 25 significa, como confessam os próprios dirigentes da administração Bush, o desmantelamento da “velha Europa”, especificamente do conjunto de direitos e garantias arrancados, no âmbito das nações, pelas classes operárias, muito especialmente as da França e da Alemanha. Neste contexto, a questão chave para o imperialismo é transformar as organizações operárias em instrumentos da sua política de desmantelamento (que toma, nomeadamente, a forma do pretenso “diálogo social”). Neste aspecto, a Confederação Europeia dos Sindicatos desempenha um papel de maior (veja-se a declaração de Monks sobre a Constituição europeia), que acentua as contradições internas nas centrais. Nem por isso as massas estão derrotadas. O destino das organizações não está selado. Como se há-de entender a gravidade dos golpes infligidos — especialmente as leis de privatização da EDF-GDF, de descentralização e a contra-*

ofensiva Douste-Blazy em matéria de segurança social — senão pela oposição sistemática dos aparelhos, em formas diferentes, à realização da frente única para impedir as contra-reformas? Esta situação alimenta, entre uma ampla camada de trabalhadores, militantes e quadros sindicais, a expectativa de uma política que permita defender as conquistas adquiridas e, nomeadamente, a ruptura com a União Europeia. É o que dá fundamento à questão central da luta pela frente única, que se deve materializar a partir da acção política nas empresas, escritórios, estabelecimentos de ensino...”

Três observações:

1. A resolução salienta claramente a responsabilidade dos aparelhos, que se opõem à realização da frente única para impedir as contra-reformas, permitindo a sua adopção.

2. No plano político, ela liga a luta pela defesa do adquirido com a luta pela ruptura com a União Europeia (do que decorrerá a campanha de 2004-2005 contra a adopção da Constituição europeia).

3. Trata-se de organizar a luta pela frente única “a partir da base”, materializada a partir da acção política nas empresas, escritórios, estabelecimentos de ensino e não na simples espera da sempiterna jornada de luta.

Note-se que, em relação a cada um destes três pontos, é fácil demonstrar que a orientação praticada pelos dirigentes da neo-CCI na luta de classe contra a lei El Khomri, em 2016, vira costas à orientação adoptada por unanimidade (mas nem por isso aplicada por todos, como se viu) pela direcção da secção francesa uma dúzia de anos antes.

O texto preparatório do 44º Congresso recorda as conclusões do congresso anterior, realizado em Março de 2003, anteriormente a esta grande fase da luta de classes: *“Tentamos, em todo o lado em que estamos, realizar a assembleia geral do pessoal, nas empresas, nos estabelecimentos de ensino, em cada um deles. Propomos a essa assembleia geral:*

- *que defina as reivindicações de todo o pessoal, avançando, no ensino, as reivindicações dos TOS, dos COP, das assistentes sociais;*
- *que se dirija às confederações, federações e sindicatos de departamento, dizendo-lhes: chegámos a acordo sobre estas reivindicações, decidimos fazer greve por estas reivindicações. Pedimo-vos que apelem à greve unitária por estas reivindicações.*

Ganhar tempo significa compreender a situação política internacional em que se insere a luta de classes, em França como em todos os outros países. Significa tentar utilizar todas as contradições para ajudar a classe a descolar da podridão da CES que domina o movimento operário oficial.” A propósito das jornadas de luta (e fazendo suas as formulações do 43º Congresso), o 44º Congresso indica: *“Não somos fanáticos delas, mas, nesta ocasião, procuramos organizar assembleias gerais que permitam definir as reivindicações e dirigir-se às confederações, federações e sindicatos de departamento, dizendo: chegámos a acordo a*

⁶² Resolução reproduzida no texto intitulado: *“Notas preparatórias do 44º Congresso da secção francesa apresentadas à discussão e voto das assembleias eleitorais e dos congressos regionais, notas*

adoptadas por unanimidade da direcção nacional da CCI de 25 e 26 de Setembro de 2004.”

respeito das reivindicações, decidimos já fazer greve pelas reivindicações, pedimo-vos que apelem à greve unitária pelas reivindicações.” “Pedimo-vos que apelem à greve”: esta fórmula não era, à época, considerada “impotentemente encantatória”, ainda menos como política hostil às organizações sindicais. Era, simplesmente, a organização prática, pela vanguarda, da luta para ajudar a massa a organizar-se para impor uma saída correspondente aos seus interesses, ou seja, a frente única a todos níveis, da base para o topo e do topo para a base.

Revisitando a grande fase da luta de classe que acabara de desenrolar-se, o texto preparatório do 44º Congresso diz o seguinte: “Entre o 43º e o 44º congressos da secção francesa, deu-se a imensa vaga de greves e manifestações que juntaram milhões de trabalhadores contra a contra-reforma das aposentações, em cujo centro esteve o problema do apelo das confederações à greve geral interprofissional — apelo que elas esquivaram nas condições que se sabem. Apesar do duro golpe infligido, no mesmo período e depois dele, ocorreram a luta incessante contra a descentralização, a união da imensa maioria dos trabalhadores da electricidade e do gás (incluindo membros da CGT) contra a política da direcção da federação CGT, que procurava deixar passar a privatização e a destruição do estatuto. Dos “intermitentes” aos empregados da Segurança Social, em todos os sectores, houve greves, manifestações e, de cada vez, vontade da classe de se apossar das organizações. Internamente às próprias organizações, houve movimento de resistência à política de acompanhamento.”

É o famoso “processo em andamento e inacabado”. O que produz este inacabamento? “É preciso torcer o pescoço à ideia de que haja uma evolução linear para a integração. O que, na realidade, há é uma pressão considerável para arrastar as organizações para a destruição, para a integração. Pressão transmitida nas cúpulas das organizações, que está longe de ter alcançado as suas formas mais importantes. A lógica da política ditada pela Confederação Europeia dos Sindicatos — a que se submetem, com diferentes relações, as cúpulas das organizações — faria desaparecer, se levada às últimas consequências, as organizações de classe existentes, impondo a corporativismo. Porém, o corporativismo não é senão o totalitarismo, a destruição da democracia, das formas organizadas de democracia e, em primeiro lugar, da liberdade de organização da classe operária. Neste sentido, o processo de integração não se poderia perfazer neste país sem impor uma derrota fundamental à classe operária. Só haverá, de certa forma, integração corporativa acabada neste país numa relação em que (se bem que numa situação política totalmente diferente) uma derrota tão fundamental como a de Janeiro de 1933 na Alemanha ou Agosto de 1940 viesse a encerrar toda uma fase da existência da classe operária no âmbito da democracia. Mesmo uma tal situação não implicaria, no mais, que a viola estivesse no saco, para utilizar a frase feita. Mesmo após uma derrota da classe operária, continua a haver as leis da luta de classes: a luta de classe tenta constituir-se e acaba por se reconstituir.”

Ainda assim, matiza o texto preparatório do 44º Congresso, “são, evidentemente, situações diferentes a classe operária sofrer uma derrota maior ou não a sofrer. É aí que se deve estar o foco da discussão entre nós, quer ao fazer o balanço

entre o 43º e o 44º congressos da secção francesa, quer sobre o momento presente da situação”.

É um balanço eivado de contrastes. No seu centro está não a questão da independência das organizações sindicais, mas a da independência da fracção trotskista em relação aos aparelhos.

“Na imensa vaga de luta de classes que o país conheceu na primavera e início do verão de 2003, nós, como militantes trotskistas que estamos a construir o Parti des travailleurs, mantivemos firmemente o eixo geral, a saber: a necessidade de centralização de todo o movimento da classe operária, da sua unificação como classe. Fizemo-lo, ajudando a articular com exactidão as reivindicações. Fizemo-lo, ajudando a que milhares e milhares de assembleias de grevistas se dirigissem aos responsáveis das organizações, pondo-lhes a questão do apelo à greve geral interprofissional unitária. Era, indiscutivelmente, essa a resposta à situação, e essa aspiração partilhada por milhões e milhões colidiu com a esquivo dos dirigentes, cada um à sua maneira, ao apelo à greve geral interprofissional. Este balanço, indiscutivelmente justo, correcto e confirmado pelos acontecimentos não nos exime de uma reflexão sobre o que, em contrapartida, não se materializou. A saber, que no próprio movimento para a greve geral, — pois tratou-se de uma greve geral de algum modo inacabada —, nesse movimento para a greve geral, nós não fomos capazes de ajudar a classe a constituir os seus órgãos democráticos de direcção da greve, quer dizer, os seus comités de greve de delegados eleitos, mandatados, revogáveis, integrando, enquanto tais, as organizações sindicais. Sofremos a pressão (veiculada, especialmente, pela LCR e SUD e amplamente apoiada pelos aparelhos) que visava subtrair à classe qualquer possibilidade de ter o domínio da condução do seu próprio movimento, substituída por coordenações e pseudo-comités de greve interprofissionais autoproclamados, cuja única função era proibir que a classe fizesse prevalecer e organizar o movimento unitário para a greve geral interprofissional. Esta pressão exerceu-se, nomeadamente, quando, com o acordo dos aparelhos, as coordenações e os SUD se esforçaram por fazer desaparecer as siglas sindicais das manifestações.”

Assim é, o papel da IVª Internacional é ajudar a classe operária a tomar em mãos a edificação do seu futuro, ou seja, a sua luta de classe, a sua organização, o seu controlo, a sua direcção. Não conseguir criar meios, numa grande vaga de luta de classe, para ajudar os trabalhadores a destacar comités de greve de delegados eleitos, mandatados, revogáveis, integrando as organizações sindicais é, de certo modo, submeter-se à política dos aparelhos e deixar de ajudar os trabalhadores a conseguirem o domínio do seu próprio movimento. Foi nestes termos sem concessões que o texto preparatório do 44º Congresso analisou as nossas fraquezas na grande vaga da luta de classe que acabava de se desenrolar. Isto, em conformidade com o Programa de Transição, lembrando o documento preparatório do 44º Congresso a importância que aquele atribuía ao trabalho nos sindicatos, sem ignorar as respectivas consequências contraditórias.

“Cumpre-nos, assim, reflectir sobre a raiz desta fraqueza política, teórica e prática. É indiscutivelmente necessário procurá-la na extraordinária pressão que exerce sobre nós o processo de decomposição dos aparelhos dirigentes do

movimento operário. Trotsky recomendou-nos que não ficássemos isolados dentro da nossa própria classe. Quando o estalinismo tentava isolar os militantes da IVª Internacional, convidou-nos a não descurar nenhum meio para permanecer no coração do movimento da classe operária. Pode-se dizer que a actividade da secção francesa da IVª Internacional vem, há várias décadas, procurando pôr em prática esta recomendação e inserir-se no movimento real da classe, ou seja, em primeiro lugar, dado que a classe não existe consciente dos seus interesses sem as suas organizações, inserir-nos nas próprias organizações da classe operária. Resulta, porém, deste movimento e desta política que não estamos ao abrigo da pressão exercida pelos aparelhos em crise de decomposição. Uma das manifestações desta pressão é que, ao esquivarem-se as cúpulas dos aparelhos ao movimento para a greve geral, nós, embora em desacordo com essa política, embora ajudando a classe a articular a exigência de greve geral interprofissional, não lográmos chegar a ajudar a classe a constituir os seus próprios organismos de combate que integrassem os sindicatos — a materialização da frente única.”

23. Este passo reveste-se de grande importância: em 2004, neste texto adoptado por unanimidade, a direcção da secção francesa salienta que o “*longo e paciente trabalho de implantação no movimento operário*” tem efeitos contraditórios. Entre esses efeitos contraditórios, assinala a pressão exercida sobre a organização trotskista, empurrando-a, na prática, para desistir de ajudar a classe a constituir os seus próprios organismos de luta. Esta formulação é importante para quem tenha presente a orientação da direcção da CCI posteriormente, nos movimentos de classe de 2010 e, mais ainda, a da neo-CCI em 2016. Não só esta direcção desistirá então de ajudar a classe operária a erguer os seus órgãos de luta, como (em particular em 2013-2015-2016) se erigirá em autêntico cão de guarda, perseguindo, nas assembleias gerais, todo o militante que tivesse a audácia de formular uma interrogação que fosse sobre a táctica das direcções. Mais ainda: em Janeiro de 2015, após os atentados contra a *Charlie Hebdo*, a direcção nacional da CCI procurará impor a ideia de não haver nada a fazer a não ser “*imersão*” profundamente nas organizações da classe, fazendo suas, quase palavra por palavra, as fórmulas de Pablo de 1950-1953 (fórmulas adoptadas, posteriormente, no conselho geral da IVª Internacional de Março de 2015, o último antes da cisão). Retornemos, porém, à resolução adoptada para o 44º Congresso, ao focar o significado da luta pela frente única: “*Lutar pela frente única inclui apelar aos dirigentes das organizações, mas não se reduz a isso. Cabe à classe impor a frente única na prática. Ela só o pode fazer desde que se organize e esteja organizada para isso. Não é ocioso lembrar esta evidência: lutar pela frente única começa por qualificar com exactidão as reivindicações.*”.

Pode parecer que esta afirmação é do foro do mais elementar bom senso. Era-o em 2004. Mas deixou de sê-lo em 2015-2016, quando os dirigentes da neo-CCI neopablista assumiram a responsabilidade de deixar passar os PPCR — por outras palavras, o desmantelamento do estatuto da função pública — graças ao voto decisivo de uma militante sindical, membro da CCI, na instância sindical que fez pender

para o lado errado a maioria, na mais importante das organizações de professores, a favor daquele protocolo devastador. Esses mesmos dirigentes da CCI recusaram-se seguidamente, onde quer que o puderam, se recusaram a avançar a reivindicação de retirada do protocolo de PPCR, assim convergindo com a posição do seu camarada Julio Turra (Brasil), que interveio a favor de aceitar o protocolo PPE que associava os sindicatos à destruição dos empregos. É-se, assim, forçado a considerar que a renúncia a construir o partido revolucionário não conduz apenas a desistir de lutar pelas reivindicações, de ajudar a classe a constituir os seus próprios órgãos, conduz mesmo a lutar contra as próprias reivindicações. Não era o caso em 2004, quando o texto preparatório afirmava: “*O centro prático da luta pela frente única é a luta pela frente única dos trabalhadores e das suas organizações sindicais com base nas reivindicações. (...) É nesse quadro que é necessário integrar a discussão específica do comité director do Parti des travailleurs sobre a campanha em andamento contra a Constituição europeia. (...) A luta contra a Constituição europeia está, para nós, directamente ligada às questões da luta de classes e ao possível ponto de apoio no plano da frente única que ajudamos a constituir na classe operária. (...) O conteúdo da Constituição europeia é a ofensiva, hoje, agora e aqui, de desmantelamento dos direitos e garantias da classe operária, de desmantelamento da nação. A luta contra a Constituição europeia é a luta pela frente única pelas reivindicações, a luta pela frente única para repelir esses ataques, a luta de frente única pela independência das organizações, face à CES que quer a sua submissão.*”

Estas citações — muitas outras se poderiam fazer — são a prova provada de que a continuidade da política que foi a da secção francesa da IVª Internacional sob a direcção de Lambert e enquanto Lambert foi vivo é hoje assumida pela TCI e pelo CORQI; e que, em todos os pontos que caracterizam essa política, os usurpadores da neo-CCI (ou “CCI 87”) lhe viraram definitivamente costas.

24. Retornemos ao 44º Congresso da secção francesa e às razões que levam os redactores do texto preparatório a lembrar os princípios elementares no que diz respeito à frente única, às relações massas / aparelhos / direcções e às relações aparelhos / organizações / massa / vanguarda. Lembrança tornada necessária ao serem estes princípios, que formam o património comum da organização trotskista, postos em causa por um sector da direcção. Pois, na verdade, uma parte daqueles que votavam estes textos por unanimidade continuava a pôr em prática a sua própria política, diferente da decidida pela direcção, procurando, enquanto isso, esquivar qualquer discussão séria nas instâncias e preferindo-lhe o voto por unanimidade sem convicção e as discussões de corredor.

Neste período, uma questão recorre na discussão: a diferença entre compromisso e comprometimento. Discussão dupla: necessidade de fazer compromissos na organização sindical, a fim de preservar a sua unidade e a sua independência, sem, por isso, cair no comprometimento (ou seja, acompanhar a política do governo); por outro lado, internamente à organização trotskista, saber fazer compromissos para preservar a unidade da organização, mas... saber, também, preservar a posição independente.

As reuniões semanais da comissão operária da CCI concentram-se largamente na seguinte questão: somos obrigados a acompanhar a transferência do pessoal TOS (operários do ensino) para as regiões, ou seja, a privatização, ou é preciso organizar a resistência?

Faz-se referência, na comissão operária⁶³, a um documento de uma direcção sindical que acompanha a transferência do pessoal TOS. Lambert observa, a propósito de um membro da direcção da CCI: “Não me parece que esse camarada se tenha passado para o lado do diálogo social. No entanto, ele já tem o texto há vários meses, é uma linha: ganhar tempo, fazer compromissos, mas não se comprometer”. Na semana seguinte⁶⁴, Lambert salienta que o governo está a convocar os TOS para fazê-los passar para as territoriais. Para ele, está fora de questão ceder: os TOS querem permanecer funcionários do Estado.

Fazendo o relato da reunião da plenária de direcção da CCI de Outubro de 2004, Lambert salienta: “A nossa política baseia-se na vontade das massas, na condição de sermos e ficarmos independentes. Por exemplo, as primeiras formulações, numa confederação, eram de acompanhamento do relatório Thélot (relatório governamental de destruição do ensino público). Com base na luta na federação, afirmando o seu desacordo e recusando participar na discussão nessa base, esta posição é provisoriamente abandonada, embora se mantenha a formulação a respeito da ligação à União Europeia. A federação congratulou-se pelo avanço, reiterando o seu desacordo com os pontos a que essa formulação dizia respeito. Teria sido um erro dizer: está resolvido. Nós não somos os únicos que se batem por recusar a transferência, o que permite reafirmar a necessidade de unidade em defesa da função pública. Porém, o problema político é que, para lutar pela frente única, é preciso manter a própria independência.” Lambert refere-se aqui a um facto que foi sujeito a sérias explicações na plenária: enquanto a posição oficial da CCI era de lutar contra a transferência dos TOS, em certos sectores, responsáveis da fracção trotskista dão instruções para negociar “bons acordos de transferência” nas regiões. Longe de se esconderem, eles gabam abertamente as condições obtidas para essas transferências. Ao fazê-lo, escamoteiam que, através do desmantelamento da função pública de Estado, se joga, como realça Lambert, o desmantelamento da federação, da confederação e do estatuto geral da função pública.

Ao relatar o 44º Congresso diante da comissão operária⁶⁵, Lambert indica: “Ganho principal, delimitámos os problemas e questões de direcção, homogeneização, definimos bem o que é luta de classes. É claro que havia um hiato na definição das relações entre partido, sindicatos e aparelhos. Os aparelhos dirigem os sindicatos, mas são aparelhos operários burgueses. Ainda não avançámos nisto.” Lambert especifica: “A questão dos TOS é central para a preservação de todos os serviços públicos.”

Acompanhar ou resistir? A discussão continua e alarga-se por um período muito longo. A dezoito meses de distância,

Lambert retorna à questão fora da comissão operária: “Acabo de saber que ontem houve uma discussão na UD (união sindical de departamento — NdR). G. (responsável sindical suposto muito próximo da CCI — NdR) diz que é preciso refazer o pedido para ser recebidos por H. e D. (presidente da região e presidente de câmara municipal mais importante — NdR) antes de 21 de Junho. Não, é preciso dizer: a UD é contra. É preciso a UD assumir as suas responsabilidades. Senão, gozam connosco. Vou assinar uma carta nas IO. Não alinhámos com os aparelhos operários burgueses.”⁶⁶

25. Lambert escreve, pois, nas IO. Fornece-lhe o ensejo a conclusão de dois anos de negociação de um acordo interprofissional no sector da “economia social”. O acordo atenta gravemente contra a independência, ao prever que os sindicatos se comprometem a trabalhar no sentido de um “aumento do valor acrescentado” e do “princípio de subsidiariedade” directamente tirado do tratado de Maastricht. Uma página dupla de *Informations ouvrières* é consagrada a alertar os trabalhadores e militantes para este acordo extremamente perigoso. É apresentada por um artigo de abertura do camarada Lambert, que conclui assim: “Como não se há-de ficar estupefacto ao saber que este acordo vem no seguimento de “uma negociação (que) se desenrolou de 28 de Maio de 2004 a 27 de Maio de 2006”, em que participaram todas as confederações? Como é possível que só se saiba agora? Foram as federações afectadas consultadas sobre o dossier, a cada etapa? Evidentemente que, respeitadores que somos da independência recíproca de partidos e sindicatos, não é nossa intenção imiscuir-nos na vida sindical. Fazemos estas perguntas sob o ângulo dos princípios que estão em xeque. Em nossa opinião, está-se diante de questões de importância vital para o movimento operário”⁶⁷.

Esta posição clara é factor de reagrupamento daqueles que, na direcção da CCI da época, combatem a linha de acompanhamento do acompanhamento. Não será, porém, suficiente para conseguir homogeneizar a direcção.

26. Na realidade, durante os dez anos que medeiam entre 2006 e 2016, a divergência não pára de se cavar, estendendo-se mesmo a outros domínios, que, com formas diferentes, revertem à mesma questão: acompanhar ou resistir? No final do ano de 2004, desenha-se a perspectiva do referendo de 2005 sobre a Constituição europeia. Dado que o projecto de Constituição prevê explicitamente uma integração avançada das organizações sindicais na aplicação dos planos e directivas da União Europeia, o referendo não diz respeito apenas aos partidos políticos, mas também às organizações sindicais. Lembre-se que, quando, em 1969, de Gaulle lançara o seu projecto de referendo corporativista que visava integrar as organizações sindicais no Estado, fora a confederação Force ouvrière que primeiro se pronunciara pelo voto não, arrastando a CGT e acabando por conseguir a vitória do não⁶⁸. Ora, o referendo de 2005 sobre a

⁶³ Acta da comissão operária de 5 de Outubro de 2004.

⁶⁴ Acta da comissão operária de 12 de Outubro de 2004.

⁶⁵ Acta da comissão operária de 21 de Dezembro de 2004.

⁶⁶ Comissão operária de 13 de Junho de 2006.

⁶⁷ *Informations ouvrières* nº 748, 22 de Junho de 2006.

⁶⁸ Ao revisitar este episódio no livro *Itinéraires*, Lambert recorda que os trotskistas (e ele próprio em particular) desempenharam um papel nesta posição tomada pela confederação Force ouvrière, mas

Constituição europeia ameaça igualmente, se não mais, de integração corporativa as organizações sindicais. O movimento operário é afectado.

Na CGT, tradicionalmente oposta à União Europeia, a cúpula do aparelho resiste a tomar qualquer posição sobre o referendo, em contradição com a aspiração de quadros, militantes e delegados. A cúpula da confederação Force ouvrière, ligada à Confederação Europeia dos Sindicatos, recusa-se, também ela, a tomar posição. Qual há-de ser a posição dos trotskistas? Para Lambert, compete às organizações sindicais assumirem as suas responsabilidades. É a posição que defende na plenária da direcção de 23 e 24 de Outubro de 2004⁶⁹.

Lambert preparara a discussão publicando um editorial excepcional nas *Informations ouvrières*. Sabe-se que, à época, Lambert não escrevia todas as semanas para *Informations ouvrières*. Fá-lo de cada vez que lhe parece que as questões colocadas exigem pôr em cima da mesa a autoridade política que é a sua para defender determinada posição.

A publicação de Setembro de 2004 é tanto mais excepcional por não se tratar de um artigo, mas de um editorial e, mais, com um comprimento insólito, já que começa na primeira página e ocupa a totalidade da última página. Com o título “Notas sobre a Situação Política”, o editorial centra-se na seguinte questão: “Com obstinação sem igual, os dirigentes das centrais operárias, inclusive a CGT, recusam-se a dar um mandato claro para dizer não à Constituição europeia. Enquanto, dentro de algumas semanas, os chefes de Estado serão chamados a assinar esta Constituição, aqueles que representam o movimento sindical recusam tomar posição claramente, explicando que não há necessidade alguma de o fazer imediatamente! Como se há-de compreender? Esta questão da Constituição europeia não intersecta a questão: ou independência das organizações sindicais ou “syndicalisme rassemblé”? (...) Recusar tomar posição não equivalerá a violar a democracia, contrariamente ao que se passou em 1969, quando, ainda antes do referendo corporativista que visava integrar os sindicatos, Force ouvrière e, a seguir, a CGT tomaram posição, apelando ao voto não?”

Para Lambert, a recusa das confederações sindicais em tomar posição sobre a questão da Constituição europeia não era um problema em si mesmo, mas antes um problema ligado à marcha ao corporativismo no seu conjunto, para a qual as organizações tendem a ser arrastadas.

Põe-se explicitamente na berlinda a direcção da CGT, mas também a “direcção da federação sindicalista Force ouvrière da comunicação” e a sua recente decisão de modificar os seus estatutos. Lambert escreve: “Não é claro, óbvio e preciso? Estatuto da função pública, vai-se. É tudo para privatizar. Segundo as exigências do patronato, do Medef e de Bruxelas, o caso é reconhecer realidade apenas aos

sindicatos de empresa. Reestruturar federações, uniões de departamento, confederações, a fim de realizar os objectivos definidos pela União Europeia. Para isso, tanto na CGT-Force ouvrière como na CGT, acabar com o federalismo. Embora eu não esteja de acordo com Lemerrier (na altura dirigente da federação FO Com — NdR), reconheça-se-lhe o mérito de dizer as coisas com muita clareza, o que abre a possibilidade de um debate muito claro.”

Referindo-se ao episódio em que o ministro da indústria da época, Nicolas Sarkozy, fecha um acordo com a direcção da CGT a respeito de um plano de supressão de postos de trabalho e de liquidação da empresa Perrier, Lambert comenta: “Pode-se acreditar, um segundo que seja, que esta política, que reflecte claramente o conteúdo do sindicalismo de acompanhamento, do “syndicalisme rassemblé”, permita ajudar os trabalhadores e as organizações a resistirem? Pode-se acreditar, um segundo que seja, que acompanhar as reestruturações, as supressões postos de trabalho, as privatizações, impedirá o Medef, a Europa e o FMI de exigirem mais, sempre mais na exploração dos trabalhadores? Pode-se acreditar, um segundo que seja, que acompanhar esta política permita garantir a independência dos sindicatos em relação ao patronato, aos governos, aos partidos? (...) Não é isto o reflexo claro, prático, de uma política cujas raízes não mergulham na luta de classe independente, na defesa incondicional dos direitos e garantias dos trabalhadores?”

A teimosia de Lambert nesta matéria é tanto maior, quanto colide com a recusa de uma parte dos dirigentes trotskistas em travar esta discussão nas organizações sindicais. A contrario, com Pierre Lambert, um amplo sector da direcção trava a campanha política, com o Parti des travailleurs, pela vitória do não no referendo, constituindo, logo em finais de 2004, um “comité nacional de eleitos pela vitória do voto não” com eleitos e militantes de todas as tendências. Enquanto, nas confederações sindicais, uma ampla camada de trabalhadores e militantes põe a questão da posição das confederações, os dirigentes das duas confederações “obstinam-se”, para usar o termo de Lambert, em não se comprometerem: é preciso preservar o equilíbrio institucional no âmbito da União Europeia e da Confederação Europeia dos Sindicatos⁷⁰. O mesmo sector da direcção da CCI que há vários anos se orienta cada vez mais claramente para o acompanhamento acompanha, também ele, esta posição, emitindo, sim, a sua opinião, mas sem se bater por que as organizações tomem posição. Esta agudização dos desacordos na secção francesa reflecte-se nas questões de direcção.

27. Entre o 43º e o 44º congressos, em 2003-2004, a direcção da CCI é presa de dificuldades crescentes de funcionamento e centralização. A raiz destas dificuldades são as divergências que incessantemente se aprofundam e

acrescenta: “Devo à verdade insistir em que esta condenação da associação capital-trabalho, que conseguiu fazer recuar a ameaça corporativa, foi obra de militantes operários de todas as tendências.”. A concepção de Lambert estava a anos-luz da que é praticada por aqueles que tentam ganhar o controlo do sindicato para ocupar o máximo de posições internas. Ele, pelo contrário, compreendia que a capacidade do sindicato para permanecer no terreno da independência dependia, nomeadamente, da capa-

cidade dos trotskistas de se inserirem num trabalho de reagrupamento de todos aqueles que, fossem quais fossem as suas posições políticas, estavam dispostos a contribuir para uma linha classista.

⁶⁹ Acta publicada no BI n° 2.

⁷⁰ Os delegados do CCN da CGT acabarão por desautorizar a Mesa Confederal, impondo o apelo ao voto não.

se alargam, na prática, a todos os domínios, sem encontrar reflexo numa discussão política até às últimas consequências na direcção. Razão disso é o sector da direcção que está em desacordo com a orientação impressa por Lambert — nomeadamente em matéria de “*processo em andamento e inacabado*” —, sector que considera que, a mal ou a bem, as direcções das organizações vão na boa direcção, tendendo a confundir compromisso com comprometimento. Esse sector não põe as cartas na mesa. É na prática que ele leva a cabo uma orientação diferente da adoptada. Contudo, na direcção nacional, nos congressos, vota a favor da orientação. Isto tem, evidentemente, consequências práticas. As decisões tomadas em direcção nacional e em congresso em matéria de campanhas do partido, de construção, de método objectivos-resultados, confrontam-se com a não execução por parte de sectores inteiros, apanhados pelos aparelhos alguns, pelo cepticismo outros, recusando enfrentar a discussão política. Factores de desarticulação da aplicação da política do partido, esses sectores que recusam a discussão política franca e leal, quando todas as condições para o efeito estão reunidas, tendem a transferir os desacordos para o plano pessoal. Os incidentes multiplicam-se. Entre estes elementos, presa de uma certa decomposição, tende a instaurar-se uma clima faccioso, de cliques (com a doença e, a seguir, o desaparecimento do camarada Lambert⁷¹, irão reagrupar-se em volta de uma bandeira comum e praticar o golpe de força que lhes permitirá assenhorearem-se da organização). Na véspera do 44º Congresso, Lambert — constante na sua orientação — encoraja a busca de uma solução de compromisso para tentar superar os problemas de direcção. Estas tensões — cuja base política, repita-se, é a questão da independência, “acompanhar ou resistir” — prendem-se com outra questão: é preciso uma direcção centralizada ou não? Constitui-se uma comissão, dita comissão AKS (das iniciais dos três membros do comité político que a compõem). Esta comissão é mandatada pela plenária de 23 e 24 de Outubro, apresentando o seu relatório à direcção nacional nos dias 27 e 28 de Novembro. Esta adopta a linha geral das notas apresentadas pela comissão, de que citamos estes passos: “*Os critérios de selecção de uma direcção não podem ser definidos fora do tempo e do espaço. Devem ser avaliados em função do momento presente da situação. Neste aspecto, devemos definir claramente que o*

que mais ameaça a constituição de uma direcção hoje são as cedências à pressão desarticuladora que a política de acompanhamento impulsionada pelos aparelhos nas cúpulas das organizações exerce sobre o movimento operário. (Observe-se, nesse aspecto, e sem haver necessidade de personalizar, que, entre os 43º e 44º congressos, temos avançado, nesta matéria precisa, no sentido da homogeneização entre os membros da direcção.)

Mais especificamente: esta política de acompanhamento dos aparelhos não é irreversível. A classe, como analisámos, procura, pela sua acção de classe, apossar-se das suas organizações e, assim, preservá-las como organizações que constituem a classe como classe para si. No entanto, a nossa capacidade para ajudar a classe a lutar depende exclusivamente da independência da nossa política para com os aparelhos. É a esta pressão desarticuladora que uma direcção seleccionada com base no programa tem que resistir para organizar a intervenção dos militantes no terreno da luta de classes.

O corolário disso — e é esse o segundo aspecto em que temos que avançar — é que a selecção de uma direcção não se limita à selecção dos indivíduos que a compõem⁷². (...) Devemos assimilar até às últimas consequências que a democracia operária passa pelo respeito das instâncias.”

Raramente se terá visto na história da secção francesa uma resolução sobre as questões de direcção fazer a tal ponto as propostas respeitantes à selecção da direcção, ao seu funcionamento e aos problemas de organização decorrerem dos estritos critérios de orientação política. No caso em apreço, a necessidade de combate intransigente para resistir à adaptação à política dos aparelhos. Estava fora de questão atacar o 44º Congresso, fazendo a distinção entre a resolução das questões de direcção e este conteúdo político (como tentaram fazer alguns para melhor se esquivarem à confrontação com as questões de orientação). A composição da comissão nada tinha de fortuito, reflectia a “geografia política” da direcção. S. representava a posição que partilhava com Lambert, a saber, que era condição para seleccionar a direcção a independência em relação aos aparelhos, do que decorria a capacidade para levar a cabo as campanhas políticas, difundir o jornal, mobilizar a organização de maneira independente. Em contrapartida, A. e K. agitavam as questões de organização e de divisão de

⁷¹ Pierre Lambert fica gravemente doente nos primeiros dias de 2007, morrendo um ano mais tarde.

⁷² Nesta matéria, a resolução convida a secção francesa a inspirar-se nas modificações recentemente ocorridas na direcção da Internacional: “*Em condições embora diferentes, poderemos tirar ilações da modificação operada no plano da Internacional? Após anos de desarticulação e semiparalisia, o conselho geral de Junho de 2003 destacou a raiz política: a posição do BSI de que o problema do pablismo tinha deixado de se pôr desde 1989 (e, com ele, a questão dos aparelhos). Note-se que, apesar dos desacordos afirmados de vários membros do SI relativamente à maneira de funcionamento concreta do BSI durante anos, a totalidade do SI foi, na prática — mau grado seu, no caso de vários membros —, arrastada para esta via... até a discussão política ter permitido destacar a raiz teórica da desarticulação. Com base nesta caracterização política da raiz teórica subjacente à desarticulação do BSI e do SI, tomaram-se medidas de organização que visavam permitir ao SI coordenar efectivamente a actividade das secções, com a criação de um executivo do SI com esse mandato, do mesmo*

passo que se encontraram meios para centralizar a elaboração, com a decisão de voltar a publicar La Vérité de dois em dois meses em todas as línguas. O conselho geral que acaba de decorrer (Outubro de 2004) permitiu verificar que este era o bom caminho” (44º Congresso, BI nº 3, Dezembro de 2004). Teremos ensejo, em contribuição posterior, de visitar mais especificamente os problemas de direcção ao nível da Internacional. Note-se que os desacordos na Internacional são do domínio público. Viu-se isso antes, com a publicação em La Vérité da discussão sobre a URSS de 1997 a 2003 (cf. La Vérité, nº 35, Dezembro de 2003). É igualmente o caso quando La Lettre de la IVE Internationale nº 94, de 9 de Maio de 2003, reproduz a discussão desse conselho geral de Abril de 2003: “*É claro que, em função de uma discussão havida, se pôs um problema de fundo, simultaneamente de princípio teórico e prático. Se hoje existe uma organização internacional, aqui representada, é porque o recusámos. Batemo-nos contra as posições que se revelaram. Convém ler a história do movimento operário. Convém compreender exactamente o que se passou, pois houve bases sociais (...). Havia bases sociais, e essas bases sociais são os aparelhos”*.

tarefas como cortina para evitar entrar nas questões da independência na luta de classes e da luta contra os aparelhos (facilitando, no mais, a transposição de desacordos políticos para conflitos entre indivíduos). Como indicava Lambert em texto anteriormente citado, o compromisso devia assentar numa base de princípio: a delimitação dos aparelhos. Neste ponto de vista, o texto escrito e apresentado sobre questões de direcção tem grande clareza. Porém, a sua adopção por unanimidade (menos uma abstenção) pela DN e, seguidamente, pelo 44º Congresso, não resolvia o desacordo em si. Aliás, mesmo a assinatura do texto pelos três membros da direcção não reflectia um acordo real. Para o comprovar, basta comparar o texto das “notas” adoptado (redigido essencialmente por S.) com o relatório oral, sobre a mesma matéria, apresentado (por A.) ante a mesma reunião da direcção nacional e transcrito no mesmo BI. O relatório oral tem uma particularidade: não evoca nenhuma das questões políticas tratadas na nota escrita. A questão dos aparelhos e da independência da nossa intervenção na luta de classes, a recusa de se adaptar aos aparelhos como critério maior de selecção da direcção, são pura e simplesmente ignorados pelo relator, que, das notas, retém apenas as propostas práticas de organização da direcção e de divisão do trabalho. Impedido de participar na reunião da direcção por razões de saúde, Pierre Lambert pede a possibilidade de, depois da DN e baseando-se na leitura das actas, publicar no BI a sua própria contribuição sobre as questões de direcção. Esta é extremamente significativa.

“Contribuição do camarada Pierre Lambert para a discussão sobre questões de direcção

Não tendo podido participar na reunião da direcção nacional por razões independentes da minha vontade, tomei conhecimento das actas da discussão sobre questões de direcção. Perguntei, então, aos camaradas Seldjouk, Arié, Krieg e Laval se estavam de acordo em atrasar por alguns dias a publicação do boletim interno, de modo a dar-me a possibilidade de dar a conhecer o meu ponto de vista. Agradeço-lhes terem acedido ao meu pedido.

Algumas palavras sobre o contexto mundial que condiciona, evidentemente, a nossa política de construção em França no combate internacional para resolver a crise de direcção revolucionária do proletariado.

Não me demorei aqui na questão fundamental daquilo a que demos o nome de estratégia da transição, nem na linha do Acordo Internacional, que, em França, enquadra a construção do Parti des travailleurs. Assinalarei, ainda assim, que estas questões estão na base da discussão sobre problemas de direcção.

De modo a ilustrar mais exactamente o que tenho em vista, permito-me invocar um aspecto pessoal, que me obrigou a não participar na reunião da direcção nacional.

“Três horas da manhã no hospital, o grito angustiado de alguém que chama por ajuda, grito de súplica, grito apenas humano. Quem lhe pode responder senão o hospital, as suas estruturas, o seu pessoal de enfermagem? E é precisamente essa contradição viva, humana, entre a sobrevivência do modo de produção da propriedade privada em putrefacção e as bases fundamentais da civilização que o desenvolvimento das forças produtivas permitiu arrancar. Sobrevivência do sistema de propriedade privada que

acarreta a destruição dos hospitais e a liquidação do pessoal hospitalar.

Não estamos nós diante da necessidade, não está a humanidade diante da necessidade de defender as conquistas sociais postas em causa pelo capitalismo em apodrecimento? Estas conquistas sociais (que o proletariado arrancou na sua luta de classe) que a destruição acelerada das forças produtivas entende liquidar.”

Não estamos nós confrontados com a questão de socialismo ou barbárie e, no que diz respeito ao objecto desta contribuição, com o que decorre desta questão, a procura de soluções positivas para as tarefas de construção, que requerem uma análise correcta das fundações em que essas tarefas mergulham?

Não se hão-de procurar essas fundações colectivamente, avaliá-las pela livre discussão do lugar ocupado pela União Europeia, pela Constituição europeia, pelo referendo, pelas eleições? Do lugar ocupado pelos aparelhos que decompõem activamente o movimento operário, a fim de impedir a resistência ao sistema falido de exploração do homem pelo homem?

Mesmo desmantelado, só este hospital — que é produto da actividade humana — é capaz de responder àquele grito desesperado do indivíduo, que só pode conservar a sua humanidade até ao fim pelo e no hospital, na defesa do seu pessoal e das garantias arrancadas pela luta de classes.

Mais algumas palavras antes de entrar na vaca fria — pode-se, porém, passar concretamente à vaca fria, à discussão sobre questões de direcção sem enquadrar as tarefas na análise fundamental?

No congresso, precisaremos de avaliar o alcance do segundo mandato de Bush. Digamos simplesmente que vai haver múltiplas acelerações a caminho da barbárie, com todo o cortejo de consequências para as massas populares do mundo inteiro. O “modelo”, como eles dizem, é o Iraque, com o seu triplo conteúdo: destruição das bases da civilização, aceleração dos processos de destruição das forças produtivas, motor de decomposição da sociedade; destruição das nações. Neste quadro, não é que as contradições tenham desaparecido, bem pelo contrário (...), as massas, perante a amplitude das questões em que se joga o destino da humanidade, interrogam-se: como é possível tudo isto?

Voltemos ao lugar dos aparelhos.

Sei muito bem que as linha anteriores não podem, enquanto tal, ser consideradas como resposta às questões de direcção. Um marxista não pode, contudo, eximir-se à necessidade de enquadrar “as tarefas” na análise política de conjunto. Repito uma vez mais: foi, pois, no quadro da relação entre situação mundial e tarefas de construção da IVª Internacional que me foi necessário escrever as palavras acima, para especificar os meus acordos e as minhas críticas depois de ler as actas da direcção nacional.

É, pois, indispensável retornar às questões fundamentais do período, que, para os efeitos do nosso enfoque, podemos resumir, lembrando:

a) A humanidade entrou numa fase de decomposição acelerada das forças produtivas, gerada pelo beco sem saída do modo de produção assente na propriedade privada. Contra a marcha para a barbárie, a única saída que resta é a da revolução mundial e em cada país, como sua parte orgânica.

b) *É preciso tirar as lições do atraso histórico da revolução. Isto é, apreciar o beco sem saída do capitalismo, do imperialismo, estádio supremo do capitalismo em apodrecimento. As forças produtivas deixaram de crescer, apodrecem. Com este declínio como pano de fundo, coexistem as mais profundas conquistas sociais revolucionárias e os aparelhos, que reflectem, contra as aspirações das massas, os “avanços” em direcção à decomposição social e à barbárie com que a humanidade directamente se confronta.*

c) *O erro fundamental que nos espreita é de não sabermos apreciar que só os dados fundamentais do marxismo, expressão consciente do processo inconsciente, nos podem permitir apreender o real para nele actuar no sentido positivo do dilema: socialismo ou barbárie.*

d) *Primeira questão: a organização marxista constrói-se, repita-se, como expressão consciente do processo inconsciente. A questão fundamental é o modo de propriedade: na fase ascendente do capitalismo, as forças produtivas postas em movimento pelo modo de produção tinham à sua disposição o mercado mundial. A luta de classes enquadrava-se no conteúdo progressivo do capitalismo — surto das forças produtivas. A luta de classes enquadrava-se no “processo inconsciente” que, no quadro do carácter progressivo do capitalismo, permitia a abertura de imensas possibilidades de progresso: conquistas sociais, organização para as arrancar e se defender colectivamente. A forma política da democracia da burguesia, na sua fase ascendente, é a democracia política, que integra como componentes essenciais as conquistas sociais, as reformas, os partidos.*

O imperialismo modificou fundamentalmente estes dados, abriu praticamente o dilema: socialismo ou barbárie. Na fase ascendente do capitalismo, constituíam-se os elementos do “socialismo” (Comuna de Paris), com base no progresso das forças produtivas. Porém, estes elementos, dominados pelos aparelhos, partidos, sindicatos, organizações, viriam a tornar-se já obstáculos ao “socialismo”, já bases para a constituição da classe como classe. Foi assim que o marxismo, expressão consciente do processo inconsciente, teve, em quaisquer circunstâncias, que partir da “espontaneidade”, embrião do consciente.

e) *Chegamos ao exame da segunda questão: como, com base na busca das formas que permitam a expressão da espontaneidade (embrião do consciente), utilizar o marxismo como expressão consciente do processo inconsciente? É essa, diga-se entre parêntesis, a discussão sobre o prefácio do Que Fazer? (1907), em que Lenine ia ao pormenor, rectificando quanto ao significado do marxismo, ou seja, do lugar do partido, expressão consciente na luta de classes.*

Parto destes dados, sei que são algo repetitivos. É de propósito. Temos, portanto, que formular, em termos práticos, as tarefas que a organização há-de definir para si para ajudar a classe na sua luta de classe.

Nova observação: a espontaneidade, que o consciente (o partido, mais exactamente os militantes do partido, intervindo na luta de classes) deve permitir à classe realizar, depende, evidentemente, das situações políticas. Há situações em que a classe, derrotada, não está em condições de procurar as formas espontâneas (base das formas

organizadas) que haja de exprimir na luta de classes. Em Junho de 1940, não havia outra busca que não fosse a da sobrevivência individual. Já nos explicámos suficientemente sobre esta questão para não ter de pegar nela outra vez nestas reflexões. Venhamos aos factos.

1) *Quanto às eleições europeias, confesso não entender bem porque ressurgiu esta questão. É claro que houve divergências táticas; houve, é certo, dificuldades. E depois? Considero que haverá outras no futuro, e é minha intenção dar um pouco conta delas neste texto. Sem voltar às eleições, creio que o essencial é que não há entre nós divergência sobre os objectivos da Constituição europeia, actualmente completamente elucidados, se se observar o que os aparelhos declaram. Le Duigou (CGT): “Conseguimos obter concessões no plano social (consignadas) na Carta dos Direitos Fundamentais.” Le Duigou congratula-se por “os assalariados não nos pedirem, actualmente, senão que demos o nosso contributo”. Ainda Le Duigou: “Confio nos trabalhadores. Esta batalha permitirá aos trabalhadores pesarem, logo se verá se é preciso votar ou não.” Diz Lemercier (FO) outra coisa?*

Não é nisto que é preciso procurar explicações para o que está a agitar as duas confederações, por exemplo a “autodissolução” da federação CGT da banca e seguros? (...)

2) *Vejamos a declaração de François Hollande: “O que hoje fazemos é avançar para juntar partidos e sindicatos.” Declaração que levanta flagrantemente o problema da independência recíproca entre partidos e sindicatos. Esta declaração está directamente ligada ao conjunto da situação mundial, em todos os continentes e em todos os países, onde o sistema da propriedade privada, não nos cansamos de repeti-lo, engendra por toda a parte decomposição social. Situação que exige, mais do que nunca, que nós nos agarremos às nossas posições de princípio. A saber: o sindicato não é um partido; junta os trabalhadores, sejam quais forem as suas posições filosóficas, religiosas ou políticas. Deste ângulo, sendo cada um livre de ter as suas opiniões políticas, o sindicato não tem que fazer suas as opiniões e posições políticas de qualquer partido, incluindo o nosso. Estas questões, tais que François Hollande tenciona ditá-las aos sindicatos, vão-se tornar capitais. São-no já. Discuti-lo-emos no congresso.*

3) *Há, evidentemente, questões a discutir, em particular: como se coloca, nas condições políticas presentes, a questão da frente única. Numa palavra, precisaremos de avaliar a capacidade dos trabalhadores para tomarem nas suas mãos a realização da frente única (...)⁷³.*

Tudo fica dito nesta contribuição de Lambert: a reafirmação do declínio do capitalismo, mais do que nunca surtindo destruição das forças produtivas; o lugar do movimento da classe e da sua espontaneidade; a política dos aparelhos; a necessidade de não querer transformar o sindicato em partido; a necessidade de pôr estas questões no centro dos problemas de direcção e da procura do compromisso necessário. Porém, o compromisso feito quanto às questões de direcção no 44º Congresso era fragilíssimo. No período que se lhe seguiu, a persistência e, mesmo, o aprofundamento do desacordo sobre a política dos aparelhos e, através disso, sobre o acompanhamento ou não

⁷³ 44º Congresso, Bl nº 3, Dezembro de 2004, páginas 23, 24 e 25.

da política do governo, irá fazer ressurgir o conjunto destas questões na preparação do 45º Congresso.

28. Em Março de 2006, a plenária da direcção da CCI abre a discussão preparatória do 45º Congresso da secção francesa. As notas políticas preparatórias⁷⁴ enquadram-se no mandato confiado “ao secretariado internacional (...), de redigir um texto preparatório cujo eixo seja: “A revolução de Outubro de 1917 renascerá das cinzas””. As notas especificam a razão: “A elaboração da nossa comissão ex-URSS mostra que o pretensado restabelecimento do capitalismo nos países saídos do desmantelamento da propriedade social não pode redundar senão — e não está a redundar senão — na destruição maciça das forças produtivas.”

Permita-se-nos atribuir importância particular ao texto deste 45º Congresso da secção francesa, o último em que Lambert participou. Quem queira medir o abismo profundo que dista entre as posições do centro revisionista que se apoderou do secretariado internacional e da CCI depois da morte de Lambert e as posições defendidas por Lambert enquanto foi vivo (e, com ele, por nós), o melhor é deixar falar os textos do próprio congresso (votados por unanimidade). Deste modo, cada um poderá avaliar da continuidade que existe entre os textos deste 45º Congresso e as posições actuais da TCI e do CORQI.

Quanto à URSS: “A situação na ex-URSS demonstra a impossibilidade do capitalismo, chegado à fase de putrefacção imperialista, de “se apoderar” de novos mercados e dar, desse modo, um novo impulso às forças produtivas. Demonstra, pelo contrário, a absoluta necessidade, para as classes operárias desta parte do mundo, de lutarem metro a metro pela defesa e reconquista das conquistas saídas de Outubro de 1917, particularmente a propriedade do Estado. É esta situação que põe na ordem do dia a actualidade do combate pela revolução proletária, por Outubro de 1917. Os segmentos dele saídos ainda fumegam sob as brasas.”

Quanto à situação em França: “A diferença entre a burguesia imperialista francesa de hoje e o que ela foi há setenta anos está em que, impotente, na prática, para preservar o seu lugar no mercado mundial, ela tem tendência — salvo marginalmente e não sem contradições — para, na concorrência inter-imperialista, desistir da sua posição de burguesia imperialista. Tende cada vez mais para capitular às exigências do imperialismo americano, transformando-se num retransmissor das suas exigências. Não sem resistências e contradições, evidentemente. (...) Mas, fundamentalmente, a linha dominante geral da burguesia francesa (tal como das outras burguesias europeias) é capitular, aceitar o quadro da União Europeia, um quadro, portanto, de desarticulação, que abre caminho à barbárie.”

Quanto à União Europeia: “O que é a União Europeia? Uma instituição supranacional que se eleva acima das necessidades, exigências e interesses particulares de cada burguesia nacional. Não para unificá-las numa só “burguesia europeia” concorrente da burguesia dos Estados Unidos, mas, pelo contrário, para que essas instituições sejam o

instrumento de uma desarticulação generalizada, que facilita a pilhagem do imperialismo dominante, baseada na destruição maciça das forças produtivas. É esse o papel de todas as instituições da União Europeia, muito particularmente do Banco Central Europeu, que, pretensamente independente, actua, na prática, como equivalente geral das necessidades da Reserva Federal dos Estados Unidos, ou seja, das necessidades do imperialismo americano. Em todos estes domínios, estas instituições europeias são utilizadas para favorecer a penetração dos fundos de pensões especulativos americanos e a sua supremacia económica, no âmbito e por intermédio de uma pilhagem sistemática. (...) O conjunto de medidas de desregulamentação da força de trabalho, de destruição dos serviços públicos, (...) de desarticulação da nação francesa, de marcha para o comunitarismo e a desarticulação da República são outras tantas manifestações desta política de subordinação à União Europeia, subordinação, de facto, ao capital financeiro dominante.”

Quanto às consequências para o movimento operário: “Para os aparelhos que hoje dirigem o movimento operário, a forma dominante de aliança com a burguesia é a aliança com Washington. A forma mais imediatamente perceptível desta aliança com Washington passa necessariamente por uma relação de subordinação às instituições da União Europeia (tal como, na América Latina, é a subordinação ao Mercosul). Esta relação de subordinação toma, nalguns casos, a forma de apoio aberto e deliberado à União Europeia (vejam-se os partidários do sim à cabeça do Partido Socialista, etc.) ou, noutros, de um apoio mal disfarçado (veja-se Thibault, lutando contra uma posição da CGT pelo voto não no referendo), ou, mesmo, de um laço de subordinação estável (...). O elemento comum a todos é a não ruptura com a União Europeia. O significado desta não ruptura com a União Europeia é a vassalagem ao imperialismo americano e, portanto, ao regime apodrecido e decomposto da propriedade privada dos meios de produção”⁷⁵.

Quanto à palavra de ordem de ruptura: “A vassalagem à União Europeia, ao Mercosul... é a vassalagem à marcha à barbárie. Convém, hoje, formular assim a acusação que o programa da IVª Internacional fazia aos aparelhos traidores que recusavam separar-se do semicadáver político da burguesia: “A acusação capital que a IVª Internacional lança às direcções das organizações tradicionais do proletariado é que a sua subordinação reivindicada à União Europeia, ao Mercosul e a todas as instituições do imperialismo reflecte a sua recusa de se separarem do semicadáver político da burguesia, precipitando a marcha à barbárie. Daí resulta que a defesa da civilização humana passa pela linha de ruptura com a burguesia, a qual passa necessariamente, hoje, pela luta pela ruptura com a União Europeia, o Mercosul, etc. (...). De todas as organizações que se reclamam do movimento operário exigimos que rompam com a União Europeia, com o Mercosul, etc.”

Quanto à natureza dos aparelhos: “Quanto às organizações operárias, de classe, especificamente, às organizações

⁷⁴ Pontos 1 a 6 das notas adoptadas pela DN e publicadas no BI n°1 de Março de 2006.

⁷⁵ Todas estas citações e as seguintes são tiradas das notas adoptadas pela DN e publicadas no BI n° 1, de Março de 2006, de preparação do 45º Congresso.

sindicais, da CGT e da Force ouvrière em França, convém clarificar o seguinte. A natureza dos aparelhos não os põe na mesma posição relativamente a essa exigência de subordinação directa ao imperialismo americano. O aparelho estalinista, que se constituiu no Partido Comunista Francês e na cúpula da CGT, constituiu-se, em primeiro lugar e antes de mais nada, usurpando a bandeira de Outubro de 1917, abusando, assim, da confiança de amplos sectores da classe operária, vindo a tornar-se num segmento do aparelho internacional do Kremlin. Neste ponto de vista, e isto bem antes da queda da URSS, tornara-se num aparelho subordinado a um centro internacional, o da burocracia do Kremlin. Após a queda da URSS, este aparelho subordinado a um centro internacional desaparecido só podia, em busca de um novo senhor, encontrá-lo na subordinação directa a Washington. Essa a razão por que, em França, mas também à escala internacional, as cúpulas do aparelho estalinista vêm geralmente a ser as mais directamente subordinadas à política da União Europeia e mais directamente empenhadas na aplicação das políticas de desregulamentação e destruição dos direitos e conquistas da classe operária.

O aparelho reformista tira a sua existência, historicamente, das reformas arrancadas pela luta de classes e das organizações da classe constituídas na luta pelas reformas na fase ascendente do capitalismo. De certo modo, o desenvolvimento das reformas é produto da luta de classes, inscrito no, e ligado ao, desenvolvimento da democracia política (burguesa). O aparelho reformista constituiu-se no contexto do desenvolvimento das reformas. Tendendo a burguesia a destruir todas as reformas arrancadas pela luta de classe e, também, todas as formas de democracia política, é a própria existência do reformismo que é posta em xeque. Nesse contexto, a subordinação ao imperialismo, que se reflecte na recusa de contestar o quadro definido pela União Europeia, tem a consequência de impelir o reformismo a fazer directamente suas as contra-reformas de destruição das reformas arrancadas pela classe, logo, de destruição das próprias organizações, inclusive da central reformista. É a fonte de uma contradição maior, que, no último período, veio a reflectir-se nas oscilações e ziguezagues do aparelho reformista, comprovando que, estando este embora sujeito à pressão — muito particularmente a pressão do ex-aparelho estalinista — que o empurra para a via corporativa supranacional de destruição das organizações (veja-se a Itália), ele pode, mesmo assim, contraditoriamente, ser levado por circunstâncias excepcionais, como diz o Programa de Transição, a ir mais longe do que ele próprio queria na via da ruptura com a burguesia, a dar um passo nessa via. Isso mesmo se reflectiu, por exemplo, no momento do apelo à greve interprofissional. Isso não o impede de poder dar um passo no sentido oposto. Na CGT, em contrapartida, o carácter operário da confederação CGT, que, até hoje, não pôde ser destruído, reflecte-se não em oscilações da cúpula do aparelho, porquanto a cúpula do aparelho é, na realidade, seleccionada em função das necessidades da política de Washington e da União Europeia, mas no escalão intermédio, o dos delegados, dos activistas, dos responsáveis intermédios, que, em muitos casos, foram ganhos quer à CGT quer ao PCF com base na defesa da URSS e que, hoje, não

aceitam acompanhar uma linha que crêem destrutiva para a organização sindical enquanto tal. (...) Esta questão da ruptura com o Mercosul ou com a União Europeia é uma questão central da independência de classe para todo o movimento operário”⁷⁶.

Quanto ao significado da vitória do não no referendo de 29 de Maio de 2005 e da responsabilidade dos aparelhos. “O 29 de Maio reflectiu um movimento profundo, entre as massas, de rejeição de toda a política da União Europeia, movimento que exigia a ruptura com a política da União Europeia, a ruptura da aliança com a burguesia, com o imperialismo de Washington. Reafirmá-lo é uma questão essencial. Nos desenvolvimentos da luta de classes do início do ano de 2006 viu-se, na verdade, como todos os aparelhos, particularmente o aparelho estalinista, mas não só, se encarniçaram em querer deitar para cima dos trabalhadores (e da sua suposta falta de vontade de lutar) a responsabilidade da situação tal como se desenvolvia. O fenómeno não é novo. Já em 1936 Trotsky teve que evocar esta questão, no contexto da revolução espanhola, em polémica com um grupo centrista que se alinhava pelos aparelhos: “A falsificação histórica consiste em deitar a responsabilidade da derrota das massas espanholas para cima das massas operárias e não dos partidos que paralisaram ou simplesmente esmagaram o movimento revolucionário das massas.” Não, neste início do ano de 2006, o que falta não é a aspiração das massas a romper com a União Europeia. Não é a vontade de rejeitar esta política que destrói todas as conquistas da democracia e precipita toda a humanidade na barbárie. O cerne da situação difícil em que está a classe operária e a juventude é a política dos aparelhos. No plano político, todas as correntes do Partido Socialista (com contradições), a direcção do Partido Comunista, procuram reconstituir o quadro de uma “união da esquerda”, que se enquadra na política de “grande coligação” à alemã ou de “unione” atrás de Prodi à italiana, estritamente disciplinada, portanto, pelo quadro da União Europeia. No centro das organizações sindicais, a política de Thibault visa acorrentar todas as organizações ao quadro do respeito da União Europeia (...). No que diz respeito ao aparelho reformista, a maior ameaça que sobre ele pesa é de ceder terreno a esta pressão, em especial a de Thibault, aceitando um quadro de unicidade, ele próprio enquadrado na vassalagem ao Partido Socialista, o que só pode pôr em xeque a própria essência da organização sindical reformista, assente nas reformas e, por conseguinte, na defesa das instituições que constituem a classe operária como classe. A prazo, seguir esta linha seria uma ameaça para a própria existência da central reformista.”

Insistamos neste último passo: o maior perigo para os reformistas, indica-se, é alinharem-se com o quadro da unicidade, com a pressão de Thibault, em função das próprias exigências do Partido Socialista. E, por essa via, empurrar as organizações da classe operária ainda mais para diante na via do acompanhamento das políticas destrutivas do imperialismo decomposto. A dez anos de distância, estas linhas parecem dirigir-se ao centro revisionista liquidacionista, cujos principais animadores, à época, votavam, sem pestanejar, a favor deste documento.

⁷⁶ Notas preparatórias do 45º Congresso.

À época, a DN fazia um balanço positivo da actividade da secção francesa da IVª Internacional: *“Não nos cansámos, antes de 29 de Maio, de indicar que, enquanto partidários da frente única, estávamos e estamos disponíveis para constituir todos os comités, pela vitória do não, primeiro, pela ruptura com a União Europeia, depois, desde que, exactamente, esses comités recusem subordinar-se às instituições da União Europeia. Tínhamos razão? Não tínhamos?”*

Quando se olha para os resultados adquiridos pelo Comité Nacional pela Reconquista da Democracia, corresponde a uma realidade a orientação que liga ruptura com a União Europeia, reconquista da democracia, Assembleia Constituinte soberana, República una e indivisível, defesa dos serviços públicos, defesa dos municípios e defesa da independência dos sindicatos, visando, como há quatro anos não deixamos de procurar fazer, à convergência de eleitos, por um lado, activistas e delegados sindicais, por outro, num quadro comum.”

O texto debruça-se sobre os problemas encontrados pela secção francesa: *“Ao mesmo tempo, é indiscutível que o ritmo a que realizamos os compromissos tomados no congresso nacional do Parti des travailleurs, ou ainda a heterogeneidade dos resultados de um departamento para outro, reflectem uma série de questões políticas, inclusive questões políticas internas da secção francesa da IVª Internacional, que há necessidade de debater e esclarecer.*

Resumindo-as numa palavra. Se bem que a orientação praticada seja, de maneira geral, aprovada pela generalidade dos camaradas em todas as reuniões, não é menos verdade que estes atrasos de realização, esta heterogeneidade de um departamento para outro não se podem compreender e explicar sem a pressão que sobre nós exerce a política dos aparelhos, tanto no plano da intervenção política directa na luta de classes como no plano da nossa própria construção.”

29. Na discussão preparatória do 45º Congresso, a crise da secção brasileira ocupa um lugar importante. No início do ano de 2006, um sector da organização brasileira, dirigido por Sérgio Goulart, rompe, aderindo à corrente Militant. No 45º Congresso, o comité político da CCI decide dirigir-se aos militantes da secção francesa em carta particular, dando-lhes conta dos elementos desta crise. A principal acusação feita aos cisionistas é que o grupo Sérgio Goulart dá cobertura à decisão do governo Chavez da Venezuela quando este entra no Mercosul: *“Não surpreenderá que, na questão do Mercosul, estes “revolucionários” de salão afirmem que o Mercosul é uma questão secundária.”* Não surpreende, pois os mesmos — a corrente Militant — declaram a respeito da União Europeia: *“Não somos nem a favor nem contra sair da União Europeia: no quadro do capitalismo, os interesses da classe operária não são representados por nenhuma destas duas soluções.”*

A missiva do CP lembra que *“o governo Lula foi identificado pelo imperialismo americano como o seu principal representante na América Latina”*, perguntando: *“Qual é o instrumento através do qual Lula impõe a política do imperialismo, não só no Brasil, mas nas Américas no seu conjunto?”* E respondendo: *“A resposta a essa pergunta,*

como sabem, é o Mercosul.” E a missiva alarga o problema: *“Em todo o mundo, em todos os continentes, o corporativismo, na sua versão de co-gestão, na sua versão de co-legislação, é posto na ordem do dia pelas classes capitalistas subordinadas aos dispositivos continentais supranacionais: União Europeia, Mercosul, União Africana... Não há IVª Internacional se entrarmos nestes processos.”* O BI nº 3 de preparação do congresso da secção francesa reproduz o boletim de discussão das secções da IVª Internacional e, em particular, uma nota do executivo do Secretariado Internacional, datada de 10 de Junho de 2006. Ali se lê: *“Temos indicado que o eixo do congresso mundial é precisamente o dado pela formulação da comissão ex-URSS: a revolução de Outubro renascerá das cinzas.*

Especifiquemos o que isso significa. Não é caso de fazer um prognóstico, mas de orientação política.

Outubro renascerá das cinzas porque a crise de decomposição do regime social assente na propriedade privada dos meios de produção precipita a humanidade no abismo.

Outubro renascerá das cinzas porque, no meio deste tumulto, o imperialismo mais poderoso propõe-se pôr em xeque a própria existência das nações, da classe operária e, por conseguinte, das formas organizadas da sua existência como classe, dando à alternativa histórica “socialismo ou barbárie” um relevo sem igual até à data.

Outubro renascerá das cinzas porque, apesar da política dos aparelhos que aceitam enquadrar-se na pretensa governação mundial (ou seja, que aceitam pôr eles próprios em causa a existência das organizações operárias que dirigem), em todo o mundo, as massas oprimidas não têm outra opção, para pôr termo aos sofrimentos que as afligem, que não seja tentarem agarrar-se a tudo aquilo que historicamente constituíram na sua luta de classe e no combate democrático. É um movimento inelutável pelo qual os trabalhadores das cidades e e dos campos procuram apossar-se das organizações que se constituíram na e pela sua luta de classe, apesar dos aparelhos que as dirigem, para preservá-las como instrumentos de defesa da existência da classe como classe e, através disso, como instrumentos da luta para libertar a humanidade do regime de exploração e opressão.

Outubro renascerá das cinzas porque a classe operária, apossando-se das organizações que constituiu na sua luta de classe, tem inevitavelmente que se agarrar a todas as instituições que constituiu, a todas as conquistas, nelas compreendidos, naturalmente, os segmentos de propriedade social que ainda não foram definitivamente liquidados no Leste da Europa, mas também, no mundo inteiro, o conjunto das conquistas: regimes de protecção social, de aposentação, de seguros, arrancadas pela luta de classe e hoje gravemente postas em xeque.”⁷⁷

Teremos ensejo, durante a discussão, de voltar a tocar nesta questão dos “segmentos”, que um dos que viriam a constituir a ala liquidacionista não deixou, desde essa altura, de pôr em causa. Pôr em causa a existência dos “segmentos” era, de certa maneira, pôr em causa o significado da destruição da propriedade social na URSS e, portanto, da

⁷⁷ 45º Congresso, BI nº 3, p. 3 (boletim nº 1 do conselho geral, preparatório do 6º Congresso Mundial).

viragem que a queda da URSS marca: era pôr em causa o significado da análise que temos feito da marcha à decomposição total do imperialismo... como vimos, isso hoje continua⁷⁸.

Nas vésperas do congresso (30 de Setembro-1 de Outubro de 2006), a direcção da CCI publica as notas preparatórias, que citam, fazendo-os seus, alguns passos das notas editoriais de *La Vérité* nº 51, que evocavam “a consciência que o imperialismo tinha da necessidade que tinha de destruir a URSS. Porquanto a URSS era o quadro em que subsistiam — apesar da obra contra-revolucionária da burocracia — as conquistas saídas da revolução de Outubro de 1917, conquistas que constituíam uma posição essencial do proletariado internacional.

Para o imperialismo, na sua fase de decomposição, era preciso destruir a URSS para infligir um golpe decisivo ao proletariado mundial. Era preciso destruir a URSS para destruir os segmentos da propriedade social saída de Outubro de 1917 e firmar como rei e senhor o regime de propriedade privada dos meios de produção.

A queda da URSS foi permitida pela política da burocracia estalinista, levando até às últimas consequências o seu papel contra-revolucionário.

É forçoso registar que, consumada a queda da URSS, o imperialismo, já internado por uma via que leva à destruição das bases mesmas da civilização e da humanidade, ainda tem agravado mais essa ofensiva destrutiva, em proporções até agora desconhecidas (o que confirma a correcção da “defesa da URSS”, defesa das conquistas de Outubro contra o imperialismo e a burocracia, palavra de ordem essencial da constituição da IVª Internacional. Tudo isto, questões que o 6º Congresso Mundial deverá focar.”

Como se vê, até 2006 e mesmo até um pouco mais tarde, a secção francesa da IVª Internacional fazia a distinção entre bases sociais da URSS saídas de Outubro de 1917 e burocracia do Kremlin. Assim como considerava que a destruição da URSS, em 1991, marcara o ponto de partida de uma grande ofensiva contra a classe operária e as suas organizações à escala mundial. Como sempre, isto não é unilateral:

“Pode, contudo, notar-se que, de maneira que pode parecer contraditória, a ofensiva de destruição das nações, do conjunto das conquistas sociais e da mesma força de trabalho alimenta, em contrapartida, os maiores processos de resistência entre as massas e uma crise nas organizações tradicionais, crise que atinge a cúpula dos aparelhos. Disso decorre a responsabilidade da IVª Internacional e das suas secções em levar à prática uma política resoluta de frente única.” (Dez anos mais tarde, o relator do CEM da neo-CCI — que, na altura, votava a favor de todas as formulações — descobria que a destruição da URSS, afinal, não tinha importância alguma).

regresso à plenária de direcção da CCI de Setembro de 2006: grande parte da discussão concentra-se em como os trotskistas hão-de ajudar a realizar a mobilização da classe operária contra os golpes do governo. Bastará contentar-se exclusivamente com acordos na cúpula das organizações? É necessário procurar reunir as condições para que a luta de classe surja “na base”? Nestas questões, manifestam-se

diferenças. As actas publicadas em boletim interno dão ampla conta delas. Uma intervenção resume a discussão nos termos seguintes: “É necessário precisar as relações entre frente única “na cúpula” e a frente única que realizamos nos estabelecimentos, nos centros, etc.

É preciso ter uma posição dialéctica, não é “ou uma ou outra”, é “uma e outra”. Há que compreender que, não havendo realização concreta nos estabelecimentos, então é puramente formal, e não é frente única “na cúpula”.

Propôs-se que se escrevesse uma resolução: lutemos pela frente única a todos os níveis, ao nível nacional, académico, de departamento, ao nível dos municípios, dos estabelecimentos. Creio que é ao contrário. Partimos “da base”. Não nos opomos, bem entendido, à frente única na cúpula. É necessário apoiarmo-nos em realizações, e algumas há que nos permitem depois fazer com que este pedido de frente única não fique necessariamente dependente de um pedido da cúpula.

Pois há interacção entre frente única na base e na cúpula.

Mesmo quando a “frente única” se realiza, realiza-se em condições dadas em que o aparelho tenta derrubar todas as condições para a unidade. Neste sentido, há frente única e não há frente única. Ao mesmo tempo, depende do que se fizer na base.”⁷⁹

Este esclarecimento tem grande alcance: frente única do topo para a base e da base para o topo, mas o elemento determinante é a base, o que se realiza nas empresas, nas assembleias gerais, a unidade realizada pela classe operária e pelas suas organizações lá onde ela está. É disso que depende que a frente única “no topo” seja fecundada por uma política revolucionária. Exactamente o contrário do que há anos a direcção da neo-CCI não pára de nos infligir, tentando disciplinar, arregimentar toda a luta de classe na moldura das jornadas de luta decididas nas cúpulas.

30. Nas vésperas do 45º Congresso, a situação interna na direcção da CCI é mais tensa do que nunca.

Os desacordos incidem, mais do que nunca, na independência ou não da fracção trotskista para com a política dos aparelhos: saber se, em nome das responsabilidades que exercem nas organizações da classe, os trotskistas devem acompanhar o acompanhamento, organizar eles próprios a transferência dos TOS e as jornadas de luta, desistir de organizar “na base” a mobilização da classe operária, ater-se às instruções “de cima”... Devem, sobretudo, aceitar que, na prática, a unidade de intervenção dos trotskistas na luta de classes seja constantemente posta em xeque? Durante o verão, multiplicaram-se incidentes. Há departamentos em que são assinados protocolos de organização da transferência dos TOS, redigidos directamente por responsáveis ao mais alto nível da CCI, protocolos esses que, por vezes, põem em causa as conquistas do pessoal, com a assinatura de sindicatos dirigidos por membros conhecidos da CCI.

A imprensa agarra-se a isso. Anuncia que, neste departamento ou naquele, graças ao acordo assinado, iria haver “uma transferência suave dos TOS”, quando a uma parte do pessoal não se irão aplicar as mesmas condições de indemnização e prémios que aos outros. Ou seja, recuos nas condições salariais e a desarticulação do estatuto comum do

⁷⁸ Veja-se a revista *A Internacional*, nº 5.

⁷⁹ 45º Congresso, BI nº 4.

pessoal são subscritos por responsáveis da CCI. Outros membros da CCI, igualmente membros da direcção, opostos a esta política de acompanhamento, publicam circulares sindicais que põem em causa uma série de acordos já assinados. Trocam-se mensagens, dirigentes da CCI na organização sindical condenam iniciativas tomadas por outros dirigentes da CCI. A organização está, na prática, partida em duas, a partir de cima, quanto a esta questão da transferência dos operários do ensino, que concentra toda a orientação: resistir ou acompanhar? Compreende-se que, nestas condições, a questão do centralismo democrático estivesse, nas vésperas do 45º Congresso, no cerne dos debates. A plenária da CCI, reunida em 26 e 27 de Agosto de 2006, adopta por unanimidade a seguinte resolução: *“Considerando que a situação mundial apela à mais livre discussão, a plenária considera que esta se deve travar com a responsabilidade que faz parte do centralismo democrático, que convoca a discussão de todos os pontos de vista”*⁸⁰.

A 15 dias do congresso, o comité político decide publicar esta resolução no boletim interno, acompanhada da intervenção do relator perante a plenária (o camarada Lambert). Esta intervenção merece ser aqui reproduzida amplamente: *“As divergências entre nós são, creio, algo de normal e natural. Não somos um partido homogêneo, monolítico. Um partido monolítico, quando existe — e existiram — é totalmente contrário aos interesses da classe operária e da luta de classe. Há divergências entre nós, é normalíssimo que as discutamos, e temo-las discutido. (...) Vivi tempo suficiente no movimento operário e no movimento trotskista para compreender quanto, tantas vezes, logo que aparece uma divergência, a coisa toma um aspecto pessoal ou “inexpiável”, torna-se em qualquer coisa de infinito ou pessoal. Creio que é um erro profundo. Foi-o no nosso movimento. Divergências, sempre as houve e haverá. Houve, camaradas, profundas divergências em 1917, quando o governo bolchevique decidiu assinar o tratado de Brest-Litovsk. Não eram divergências quaisquer. No comité central do Partido Bolchevique, Lenine teve a maioria por um voto. O que propôs então Lenine? Que a minoria pudesse ter um jornal; no próprio momento em que se negociava em Brest-Litovsk, publicou-se, em Moscovo, durante dois meses, um jornal contra a posição do partido. Não houve cisão.*

Há que compreender que estes problemas vêm da impregnação da burocracia, do sistema estalinista, cuja herança pesa sobre o movimento operário, sobre nós próprios. Agora a pressão burocrática, na situação mundial, reforça-se cada vez mais, ao ritmo da decomposição da sociedade. E esta questão é uma questão que devemos focar no congresso. Devemos discuti-la no contexto da situação internacional e nacional.

Estes problemas são problemas de sobrevivência da civilização, da humanidade. É por isso que esta discussão sobre o momento da situação mundial e as suas perspectivas adquire tal importância. É por isso que não é normal que se possa pensar que, sem discussão livre, sem livre confrontação, se possam criar as condições para que o proletariado possa debater livremente, quando a humanidade joga hoje o seu destino. Esta é a bitola pela qual

devemos apreciar divergências e todos os problemas a resolver.

Camaradas, não devemos transformar o centralismo democrático em algo de medíocre, que equivalha a recusar abrir a discussão, a recusar compreender que, divergências, há-as e havê-las-á.

Uma coisa é evidente. Centralismo democrático é discussão livre. Para nós, compreender o que revolução quer dizer implica necessariamente compreender o que são os aparelhos operários burgueses; implica necessariamente compreender o que é o pablismo, que, para se juntar à burocracia estalinista em 1953, nos obrigou a constituir uma fracção para assegurar a continuidade do programa.

As coisas devem ser claras. Discutir livremente no âmbito do centralismo democrático é procurar a eficácia.

*É claro que temos hoje entre mãos a possibilidade de ajudar a nossa classe a ganhar. Porque a vitória é uma necessidade para salvar a humanidade. A humanidade precisa de viver. Só pode viver se houver um partido, se houver um programa que não se substitua à classe, mas ajude a classe operária a tomar as coisas em mão pelo seu próprio movimento. Devemos ajudá-la. Não é fácil, mas não há outra coisa a fazer. O nosso método é a livre discussão no âmbito do centralismo democrático”*⁸¹.

Quem tenha presente o que se passou nos anos seguintes medirá toda a importância desta declaração de Lambert em 2006. Especialmente quem quer que tenha presente a maneira em que, nos anos que se seguiram à morte de Lambert, a clique que irá apoderar-se da CCI irá de encontro às suas recomendações, ao ponto de infligir um golpe fatal ao respeito do centralismo democrático, portanto da livre discussão e da confrontação de pontos de vista internamente à CCI. Voltando a 2006, o sentido da resolução apresentada por Lambert não era fazer desaparecer os desacordos, mas, de algum modo, geri-los. Lambert lembra que Lenine, mesmo nas terríveis condições de Brest-Litovsk, deu à minoria a possibilidade de ter um jornal público. Era uma maneira não de fazer essa proposta a uma “minoria” (que, enquanto tal, não proclamava a sua existência dentro da direcção da CCI), mas de evocar esta possibilidade oferecida, se ela o julgasse necessário, à fracção secreta “acompanhadora”, que toda a gente sabia que, sem nunca se ter declarado, actuava como fracção, com as suas próprias redes e a sua disciplina de fracção. No seu relatório, Lambert diz: *“Isso pode-se, até certo ponto, admitir, aceitar, é reflexo de uma crise, mas é preciso conseguir geri-la colectivamente.”* Esta intervenção de Lambert compreende igualmente “mensagens” a desenhar uma outra saída de crise possível. Pela insistência posta em que *“a pressão burocrática, na situação mundial, se reforça cada vez mais ao ritmo da decomposição da sociedade”*, toda a gente compreende que esta afirmação se opõe à ilusão veiculada por um amplo sector da direcção de que os aparelhos evoluem num sentido progressista e de que os acordos assinados para a transferência dos TOS são reflexo de um progresso no ponto de vista da defesa das conquistas operárias. Quanto à referência ao pablismo nesta intervenção, o que significa ela? Não é frequente encontrar, nos textos de Lambert, esta formulação de “fracção”

⁸⁰ BI nº 5.

⁸¹ *Ibidem*.

constituída na luta contra o pablismo. Depois de ter caracterizado de maneira bastante transparente a orientação da fracção “acompanhadora”, Lambert lembra que o direito de fracção é válido para toda a gente e que, contra o pablismo, foi preciso constituir-se em fracção e lutar como fracção. Quando Lambert o diz, todos compreendem que ele não hesitará, caso necessário, em proceder do mesmo modo se a direcção não for capaz de conter até às últimas consequências a ofensiva pablista no seu interior.

É pois contra o pano de fundo de uma verdadeira crise de direcção, contida mas palpável, que se abre o 45º Congresso da secção francesa, o último a que Lambert assistirá. O congresso abre-se de maneira pouco habitual, com uma intervenção do presidente de sessão (o camarada Lambert), reproduzida, depois do congresso, em boletim interno⁸² destinado aos militantes. Nela, Lambert declara: “Pedi para presidir esta manhã em função da resolução adoptada pela direcção nacional e pelo plenário. Vocês têm-na no boletim interno nº 5, que releio: “Considerando que a situação mundial apela à mais livre discussão, a plenária considera que esta se deve travar com a responsabilidade que faz parte do centralismo democrático, que convoca a discussão de todos os pontos de vista.”

Camaradas, era necessário apresentar esta resolução, nas condições históricas que são as nossas, a saber, neste período da história do mundo em que se joga o destino da humanidade. Era, pois, necessário, de maneira muito exacta, indicar, através das dificuldades inerentes a esta situação, que a discussão livre e fraterna devia ser um princípio entre nós.

Camaradas, não é nada de novo. Há hoje, no mundo inteiro, uma organização capaz de convocar o seu 45º congresso, cujo 1º congresso foi resultado de uma fusão, em 1944, nas condições de ilegalidade, uma organização que assegurou a sua continuidade depois de ter passado por tudo o que passou? Isto deve-se ao facto de esta organização ser a secção de uma Internacional assente num programa. Quando esse programa foi elaborado, ele era o reflexo claro de uma discussão travada nas mais difíceis condições que a humanidade jamais conheceu, quando o estalinismo exterminava a vanguarda revolucionária que contribuiu para o êxito da revolução de Outubro, quando o estalinismo exterminava toda a vanguarda que procurava uma via independente. Foi nesse período mais negro da humanidade, que preparava a segunda guerra imperialista, que Trotsky apelou a que adoptássemos o Programa de Transição da IVª Internacional.

A democracia é do foro da organização. Não há democracia sem organização. É evidente que esta questão é fundamental. As nossas divergências podem ser grandes. Podem, por vezes, ser significativas. A única questão é esta: é ou não é preciso manter e garantir uma organização livre, democrática, em que cada um possa exprimir-se com a finalidade de construir um partido? Sim, pois, sem organização, a classe operária não é nada.

Estas questões são fundamentais, porque a organização é o quadro que permite o exercício concreto da democracia. Sem

organização, são as pressões que se exercem do exterior, para impedir a autêntica discussão entre aqueles que procuram caminhos para salvar a humanidade.

O problema da democracia é, assim, discutir e elaborar em conjunto, adoptar decisões e agir. (...) O que é uma discussão livre? Não é, sobre as questões mais decisivas, mais complicadas, procurar a unanimidade na discussão. (...) O compromisso está inscrito na história da humanidade, na história da luta de classe. Quando se reflecte no conjunto da actividade que desenvolvemos na luta de classe, com as organizações — pois, repito-o, não há classe operária sem organização —, o problema do compromisso põe-se necessariamente. O compromisso, é o quê?

O compromisso deve realizar-se com base em princípios. Não se pode aceitar o abandono dos princípios. (...) O compromisso é necessário. Para os revolucionários, compromisso não é comprometimento, o qual é inaceitável. Não é simples. Como não é simples a luta pela construção de um partido revolucionário, como não é simples a intervenção na luta de classes. As massas procuram: que fazer? Porquê esta situação? Porquê esta acumulação contra nós? Porquê?

O 45º Congresso concluiu-se com a adopção (por unanimidade) da resolução sobre o centralismo democrático (anteriormente mencionada) e das actas da discussão da plenária de Agosto (publicadas no boletim interno nº 4), bem como das minutas de conclusões das comissões. É digno de nota não se ter propriamente adoptado nenhuma resolução neste 45º Congresso. As razões do facto foram indicadas no início do congresso, na discussão sobre o centralismo democrático: não era chegado o momento de concluir e resolver politicamente os desacordos de orientação (“As nossas divergências podem ser grandes. Podem, por vezes, ser significativas”). O próprio congresso é, aliás, teatro de violentas polémicas. K. contesta com veemência os passos do relatório introdutório apresentado por S. que focam a política das direcções, caracterizam a tendência geral para a marcha para a integração corporativa, demonstrando que os golpes infligidos pelo governo marcam um considerável recuo, que ameaça todas as conquistas operárias. Lambert e S., que não escondem terem preparado em conjunto o congresso, partilham a preocupação comum formulada por Lambert na sua introdução, a saber, que tudo se deve fazer para preservar o frágil compromisso entre as componentes da direcção. Considerando a acuidade da polémica que se desenvolveu durante o congresso, Lambert considera que, a certo ponto, sob pena de um risco de explosão imediata, a discussão se deve concluir. S. considera ainda ser possível e necessário continuá-la antes do encerramento do congresso⁸³. Nos primeiros dias de 2007, Lambert adoece. Já não participará nas reuniões da direcção da CCI. Intervirá ainda — nomeadamente a partir do seu leito do hospital — nos primeiros meses do ano de 2007, na discussão e elaboração política que se traduzirão no lançamento do Partido Operário Independente. Quando, por proposta sua, será lançado um apelo comum Schivardi-Gluckstein para lançar as bases de um partido operário independente, em plena campanha presidencial, Lambert fará uma declaração

⁸² BI nº6, Outubro de 2006.

⁸³ Neste ponto haverá desacordo, que se reflectirá diante do congresso e se prolongará posteriormente no comité político, onde

uma resolução apresentada por Lambert condenará o facto de S. ter prosseguido até ao fim do congresso a polémica contra a fracção secreta (resolução adoptada só com o voto contra de S.).

comum com Roger Sandri a apoiar esta proposta. A partir de Setembro de 2007, a doença mantém Lambert cada vez mais afastado das discussões reais da direcção francesa. Morre no início do mês de Janeiro de 2008.

31. Logo que começa a doença de Lambert, inicia-se a ofensiva. A fracção cristalizada, que, no 45º Congresso, se bateu abertamente sem reivindicar o seu estatuto de fracção, considera que o afastamento de Lambert lhe dá mãos livres para atacar. Agrega à sua volta não somente aqueles que estavam há muitos anos metidos numa linha de acompanhamento da política dos aparelhos, mas também outros elementos cujas posições políticas poderiam parecer nos antípodas das suas. Um sector da direcção, por exemplo, que não esconde a sua desconfiança e mesmo o seu desprezo pelos responsáveis sindicais, conhecido pela sua preferência por um propagandismo trotskista ortodoxo abstracto, não manifestando qualquer interesse pelas questões concretas de intervenção na luta de classes, nem, aliás, nas questões de construção da organização, junta-se ao sector “acompanhador”. Outros ainda são motivados por considerações mais pessoais. É esse o grupo que, no espaço de alguns meses, se vai assenhorear da organização. À partida, os que o constituem têm politicamente pouco em comum, pelo menos na aparência⁸⁴. O cimento entre eles começará por “pegar” com base numa hostilidade comum à centralização bolchevique, hostilidade que, durante anos, assumirá a forma de hostilidade a Lambert, sem nunca ousar ir até às últimas consequências de uma confrontação orientação contra orientação. Por essa razão, uns e outros votarão, anos a fio, resoluções com as quais estarão por vezes de acordo, outras vezes, só meio de acordo, outras ainda, nada de acordo, fazendo questão de, na prática, actuarem como bem lhes apetecia, minando praticamente a aplicação das resoluções votadas. Não será, pois, no plano político que a ofensiva se iniciará. Logo que Lambert desaparece, o grupo vai desdobrar a sua ofensiva defendendo não uma plataforma política, mas uma plataforma “organizativa”.

A ofensiva nunca abertamente travada contra Lambert iniciar-se-á contra o camarada que, por proposta de Lambert, assume a responsabilidade do secretariado (ou seja, a centralização política da CCI) há mais de vinte anos. Em nome de uma melhor divisão de tarefas — de que ninguém na direcção alguma vez contestara a necessidade —, o que se punha em xeque era a necessidade fosse de que centralização política fosse. “É inútil ter um responsável do secretariado da CCI”, começaram eles por afirmar, ainda Lambert não morrera. Depois, “é inútil ter um secretariado da CCI. Não há necessidade de centro, todos somos o centro.” Esta negação da necessária centralização mal mascarava o objectivo de desarticulação da organização⁸⁵.

Houve, evidentemente, resistência à instituição deste dispositivo. Dificultava-a, porém, a fidelidade que, pelo menos de início, este grupo jurava à orientação há anos decidida em comum, enquanto a torpedeava deliberadamente por trás. Até ao 46º Congresso (logo a seguir à morte de Lambert), salvam-se as aparências. No entanto, concluído o 46º Congresso, ao desenhar-se o congresso de fundação do Partido Operário Independente, o grupo secreto sai da sua toca e, de modo cada vez mais grosseiro, procura por todas as formas pôr em xeque a orientação decidida.

Internamente à direcção, a coisa é clássica. Multiplicam-se os incidentes. Findo o congresso de fundação do POI, o responsável do secretariado da CCI dirige aos outros membros do secretariado uma nota escrita, datada de 16 de Junho de 2008. Depois de analisar o êxito do congresso de fundação do POI, indica: “*Contraditoriamente, o secretariado da CCI está à beira da desarticulação. A existência de um grupo interno constituído é um obstáculo ao funcionamento colectivo e leal da instância.*” Em seguida, depois de dar vários exemplos dessa desarticulação, prossegue: “*Será bom a existência — de facto, semipública — deste grupo ser aproveitada pelas forças externas para manobras que visam agudizar as divisões internas na direcção?*” E a nota continua: “*Continuar por esta via conduz em linha recta ao desastre (...). A história do nosso movimento arma-nos para analisarmos a natureza dos agrupamentos na organização (...). Pouco importam também as razões por que os camaradas constituíram este grupo nem verdadeiramente secreto (não esconde a sua existência) nem verdadeiramente público (a sua composição exacta e a sua plataforma política nunca foram publicadas). Talvez seja, do seu ponto de vista, um instrumento necessário para intervir numa situação de crise contra outros membros da direcção com quem têm desacordos políticos? No entanto, seja essa a causa ou a consequência, a constituição de um tal grupo reflecte uma situação de crise.*” A nota conclui-se por uma alternativa: “*Ou o grupo constituído internamente no secretariado considera que, tendo sido resolvidos os problemas pelos quais se constituiu, se dissolve; o secretariado poderá então deixar de ser um teatro de sombras e tornar-se no quadro em que todos os problemas são colocados abertamente, sem reuniões prévias, sem dupla linguagem entre o que lá se diz e o que se diz noutros locais (...), ou o grupo não se dissolve e, nesse caso, seria salutar que ele fornecesse a sua plataforma política à direcção, para se poder organizar a discussão.*”⁸⁶. A sequência mostrou que o grupo, longe de se dissolver, continuou a sua obra destrutiva. Entre Junho de 2008 e o Outono de 2009, urde a sua teia em toda a organização, sem jamais fornecer a sua plataforma política, preparando, assim, o 47º Congresso (Outono de 2009) como o do “golpe de Estado”, para usar a fórmula do presidente da comissão de

⁸⁴ No seu artigo “*A Oposição Pequeno-burguesa no Socialist Workers Party*” dos Estados Unidos, Trotsky caracteriza os traços do grupo, que viria a deixar a IVª Internacional: “*Desprezo pela teoria e tendência para o eclectismo, desrespeito pela tradição da sua própria organização, preocupação de “independência” individual à custa da preocupação com a verdade objectiva, nervosismo em vez de espírito de seguimento, prontidão para passar de uma posição para outra, incompreensão do centralismo democrático e animosidade para com ele, enfim, tendência para substituir a*

disciplina do partido pelos laços de grupo e afeições pessoais”. Depois desta definição, conclui: “*Como sempre, num grupo heterogéneo, são os elementos mais afastados do marxismo e da política proletária que dão o tom.*” Como sempre...

⁸⁵ Não há democracia sem centralização, pelo menos numa organização assente no centralismo democrático. Negar a necessidade de centralização é proibir a democracia.

⁸⁶ Nota ao secretariado de 16 de Junho de 2008.

controlo da época, chocado até mais não poder pelos acontecimentos (o que não o impedirá de virar a casaca e de aderir à fracção secreta nos meses que se seguirem).

A partir do 47º Congresso, afastado da responsabilidade do secretariado o camarada que a assumia há mais de vinte anos, a fracção secreta terá, depois de se ter apoderado do controlo da organização, que apresentar o seu passaporte

⁸⁷ Na assembleia geral dos trotskistas da região parisiense de 21 de Janeiro de 2017, um camarada da TCI fez a seguinte pergunta: “Não será necessário fazer um balanço do que se passou antes dos acontecimentos de há ano e meio? Sendo um bocadinho razoável, uma questão se coloca: como se há-de compreender o que se passou antes, e como é que se pode evitar que, de repente, nos vejamos outra vez a braços com uma crise como a que vivemos há ano e meio. Devo dizer que espero esse balanço com impaciência, pois é desanimador pensar que estamos a recomeçar do princípio.” Elementos de resposta foram-lhe dados assim: “Partilho a preocupação manifestada, mas não a formulação. É evidente que a crise que se abateu sobre a IVª Internacional em 2015 pede uma reflexão sobre as suas raízes. Ainda não fizemos entre nós a discussão das condições em que se cristalizaria esta corrente revisionista liquidacionista. Há uma conferência das secções do CORQI em Novembro próximo. Esta discussão será o cerne da preparação dessa conferência e, portanto, dos congressos de todas as organizações nacionais, nomeadamente da TCI. Está em preparação um texto que formula uma análise das raízes da crise. Será apresentado à discussão do secretariado internacional do CORQI de 11 e 12 de Março. Uma vez emendado e adoptado, será difundido ao conjunto dos camaradas, e nós organizaremos a discussão. Todos os militantes terão o texto à disposição e poderão dizer se, em sua opinião, a análise proposta lhes parece certa ou não. Lê-lo-ão, julgá-lo-ão, discuti-lo-ão. Este texto não dá, porém, nenhuma garantia de que não venha a haver outra crise. Formular as coisas nestes termos é enganar-se no caminho. A história da humanidade é a história de uma sucessão de crises. O mesmo se aplica às organizações operárias. Nunca tereis garantias contra a crise e a degenerescência. O que se pode ter é um armamento teórico e político sobre as raízes da degenerescência e da cristalização burocrática e, portanto, tirar meios para prevenir, lutando e construindo. A única coisa que nos pode “precarer” é uma base teórica sólida, um funcionamento democrático, um intercâmbio permanente entre os militantes, uma total clareza e transparência quanto aos nossos objectivos e resultados e a recusa de todo o bluffe de todo o “mais ou menos”. Não são “as garantias”, mas a melhor garantia possível de um funcionamento que permita à organização manter o domínio de si própria. No texto, vereis que a crise foi amadurecendo há mais de quinze anos. Há quinze anos que se iniciou uma batalha política na direcção da secção francesa. Os camaradas deram por ela, mas na forma em que ela se manifestava na época (e não em 2015).

Estavam em causa, na altura uma série de matizes ou de desacordos quanto a questões que hoje rompem, com a violência que conhecem. Este processo é, portanto, um processo de batalha. De certa maneira, se na altura nós não tivéssemos travado esta batalha, hoje não estaríamos aqui. Começou por ser uma batalha na direcção, mas, lendo os textos dos congressos, verão que está lá tudo escrito, degrau a degrau. Enquanto Lambert foi vivo, as coisas cristalizaram-se até certo ponto, mas Lambert, pela autoridade política que era a dele, conseguiu contê-los. Uma vez Lambert desaparecido, o grupo alinhado pela capitulação passou ao ataque. O grupo era heterogéneo, uma clique variada, com alguns completamente alinhados com os aparelhos, outros uma espécie de revolucionários desiludidos, decepcionados, amargos, “justianos” mal conversos, outros aventureiros em busca do seu lugar pessoal. Como todo o grupo compósito, começou por chegar a acordo sobre questões de organização antes de concordar politicamente. Os

político⁸⁷. O centro de gravidade será evidentemente a teorização e generalização da política de desistência da construção do partido, de toda a iniciativa independente, uma orientação cada vez mais voltada para a submissão pura e simples às políticas das cúpulas. Acompanhada de formulações cada vez mais abertas a preconizar a ruptura da organização⁸⁸. É, evidentemente, necessário levar em conta

delegados ao 47º Congresso, no outono de 2009, dezoito meses após a morte de Lambert, assistiram ao que o camarada C. (entretanto passado para o lado de lá) caracterizara como “golpe de Estado”. Com efeito, o primeiro acto desta ofensiva não foi pôr as cartas políticas na mesa, mas correr com o responsável do secretariado da CCI em vésperas do congresso. Os camaradas que lá estiveram lembrar-se-ão desse congresso surrealista em que, de repente, apareceu na tribuna um “quadrumvirato” de quem toda a gente perguntava donde é que ele saía, e que tudo controlava. O camarada que ainda na véspera era responsável pelo secretariado da CCI teve direito a cinco minutos de tempo de palavra. Nós, camaradas, somos marxistas. Quando, terminado o “golpe de Estado”, camaradas telefonaram, dizendo: “Não se pode permitir isto, é repelente”, nós respondemos o seguinte: ou isto é um ajuste de contas depois da morte de Lambert e, nesse caso, são tensões pessoais que se dissolverão; ou há um conteúdo político, e será preciso dar tempo ao tempo para que a política subjacente a isto se afirme. Nós não combatemos por questões de indivíduos. Talvez tenham presentes as datas: fim de 2009, congresso do “golpe de Estado”; 2010, o grande movimento de luta de classe em que viemos a saber que a classe operária tinha estado — era a fórmula — “a dois dedos de ganhar”. E como estivemos a dois dedos de ganhar, os próprios aparelhos estiveram a dois dedos de realizar a revolução e, portanto, ... era preciso parar com toda a crítica a eles. Como os sindicatos se encarregavam de uma política cada vez mais revolucionária, já não havia lugar para iniciativas do partido, Informations ouvrières já não devia ser órgão do partido, não eram precisas candidaturas do partido às eleições, campanhas do partido, mas sim conferências de delegados onde o partido desaparecia... Na altura, muitos camaradas viram isto como fenómenos, sim, algo bizarros, mas distintos uns dos outros, cuja coerência não parecia óbvia. Foi a pouco e pouco, por pequenas pinceladas que ela veio. O que fizemos nós? Dissemos que, para salvar a secção francesa, era preciso ir ter com os militantes. Só que não era simples: de cada vez que se apresentava um texto e emendas, tudo era aceite... mas nunca realizado. Assim, foi preciso explicarmo-nos no boletim interno sobre as razões por que Informations ouvrières devia tornar-se no jornal do POI... e eles foram obrigados a ceder. A seguir, houve a discussão sobre as eleições municipais... e, pouco a pouco, os militantes começaram a apreender o alcance da discussão. Se, na altura, não se tivesse feito esta batalha contra esta fracção, para começar com Lambert, a seguir sem ele, depois de morto, não estaríamos aqui. É garantia de que não haverá outras crises? Não. É garantia de que o marxismo está vivo, de que se defendeu o programa da IVª Internacional — indubitavelmente com muitas imperfeições e erros, talvez não suficientemente cedo ou claramente, tudo isso é discutível —, com os meios que tínhamos e com as nossas forças e fraquezas. Fizemo-lo. E hoje temos um CORQI que tem forças organizadas e laços em 47 países.

⁸⁸ É assim que no dia 14 de Janeiro de 2015, os membros do secretariado internacional assistem pasmados à seguinte cena: após o relatório introdutório à discussão apresentada pelo responsável do secretariado internacional, o responsável do secretariado da CCI toma a palavra e explode: “Se querem a guerra, terão a guerra. Será a guerra total.” Algumas semanas mais tarde, o mesmo responsável evoca, no comité político da CCI, a possibilidade de uma “cisão”, insistindo em que esta formulação figure na acta distribuída a todos os militantes. É o mesmo responsável do secretariado da CCI que, perante a conferência

o estado de espírito da direcção e dos militantes que ficaram chocados com o golpe de força do 47º Congresso. O novo curso que a fracção secreta quer impor à direcção provoca resistências e tensões a todos os níveis da organização, da direcção às células.

nacional dos delegados de Março, denuncia como “fura-greves” os dois quadros operários trotskistas que haviam ousado interrogar-se sobre as jornadas de luta.

⁸⁹ Para compreender o limite transposto no 50º Congresso, é preciso recuar um pouco. A partir de 2013-2014, uma parte da direcção levanta-se abertamente contra o desenvolvimento de uma política própria do partido. O fenómeno é perceptível por todos os militantes pela via da questão da apresentação de listas às eleições municipais, decisão tomada em congresso da CCI e do POI e, todavia, deliberadamente ignorada por um amplo sector da direcção.

O partido partiu-se em dois. Regiões inteiras do partido não apresentam listas às eleições municipais, enquanto outras, aplicando as decisões tomadas nos congressos, juntam quase 3.000 trabalhadores em listas em luta contra a política do governo Hollande.

A discussão começa. Uma contribuição, no boletim interno, analisa as razões desta não apresentação de listas (repita-se, em contradição com as votações das instâncias), indicando que, para além da questão eleitoral, o problema que se põe é: há ou não que pôr no centro das actividades da fracção trotskista a construção do partido?

Em Junho de 2014, o 50º Congresso realiza-se depois de esta discussão se ter iniciado. A pressão dos militantes e do congresso redundam em que a resolução adoptada pelo 50º Congresso reafirme o lugar do partido e da necessária luta contra a política dos dirigentes, que acabam de sabotar a greve dos ferroviários.

É precisamente porque a resistência da organização (com uma linha cada vez mais adaptada aos aparelhos e de desistência da construção do partido) impõe, no quadro do congresso, um recuo ao grupo que se apoderou do controlo da direcção, que este irá concentrar os seus esforços em pôr em causa as decisões do 50º Congresso e, um ano mais tarde, procurará proibir aos militantes trotskistas disporem do seu 51º Congresso para definirem colectivamente a sua política de construção do POI.

Logo em Setembro de 2014, as decisões do congresso são violadas (omitimos aqui a demonstração do facto, feita ponto por ponto no texto de 28 de Junho de 2015, que apela à constituição de uma tendência).

Esta violação das decisões do congresso sobre as tarefas de construção conjugar-se-á estreitamente com uma adaptação cada vez maior aos aparelhos na luta de classes.

Começa, logo em Outubro, pelo significativo episódio da greve dos pilotos da Air France, que dá lugar à censura de um editorial de *Informations ouvrières* (episódio relatado na “Carta ao Camarada Alan Benjamin dos Estados Unidos sobre as Divergências na Secção Francesa sobre as Questões de Intervenção na Luta de Classes”).

Depois de dois anos de governo Hollande, sobe a pressão na classe operária, que procura a via da confrontação. Relatámo-lo na “Carta ao Camarada Alan”: “O resultado foi a greve nacional interprofissional de 9 de Abril, ao apelo das quatro confederações, contra o pacto de responsabilidade e a lei Macron. Não houve nenhum desacordo interno na direcção da CCI sobre esta orientação. Porém, a partir deste bom resultado (que, em si, não permitia bloquear o governo, mas reflectia o poderio da classe, abrindo caminho aos desenvolvimentos posteriores da luta de classes), desenvolveu-se uma teoria nova: começou por “nós ocupamos posições cada vez mais importantes no movimento operário” (o que é verdade), depois continuou com “posições historicamente sem precedentes” (exacto), acabando na declaração, ante os delegados reunidos na conferência da CCI de 7

Assim, a fracção secreta (que já o não é nesta altura) irá começar por tentar absorver os desacordos políticos com uma política de aceitação de emendas (sem nenhuma intenção de as aplicar).

Até ao 50º Congresso, em Junho de 2014⁸⁹.

de Março: “Nós ocupamos uma posição preponderante nas organizações operárias, foi aqui, na nossa sede, que se decidiu a greve de 9 de Abril”, induzindo a ideia de que, de facto, nós ocupamos uma posição de direcção no movimento operário. Durante o mesmo período, a DN ouviu um membro do CP pôr em causa a ideia (banal para os trotskistas) de que o aparelho operário burguês tenta permanentemente fazer pressão sobre as nossas posições: “Não é assim, até se pode dizer que agora somos nós que influenciamos o movimento operário.” (...) Daí a afirmação repetida: nada a não ser o 9 de Abril. Daí a rejeição das emendas que apresentámos para lutar pela ruptura com a União Europeia e contra o governo com a intervenção na luta de classes. Daí a afirmação com que fomos confrontados de que a saída se concentra no êxito do 9 de Abril e surgirá da luta de classe, confundindo o movimento da classe (sem o qual não é possível nenhuma saída em consonância com os interesses da classe) com a própria saída, isto é, a resposta política que compete à vanguarda articular.”

Esta posição de que nada se deve empreender a não ser a preparação de uma jornada de luta reflectir-se-á espectacularmente numa conferência nacional da CCI em 7 de Março. Dois velhos militantes operários da secção francesa, que ocupam responsabilidades nas duas confederações operárias, ao prepararem activamente a greve de 9 de Abril, são violentamente confrontados pelo relator, que, na presença de 150 militantes trotskistas delegados à conferência, lhes chama fura-greves... por, numa reunião com outros delegados sindicais, terem reflectido sobre a sequência a dar à jornada de luta.

Os delegados à confederação nacional da CCI descobrem com pasmo que, quando os aparelhos apelam à jornada de luta para o 9 de Abril, um trotskista (mais geralmente, um trabalhador) não tem o direito sequer de reflectir sobre o 10 de Abril. Tudo deve depender da decisão das cúpulas.

Depois da ruptura, esta linha irá acentuar-se. “Não se subestime a pressão que desde já se exerce e se amplificará contra todos os dirigentes operários. Os políticos, os patrões, mas, sobretudo, o governo irão tentar, por todos os meios, espartilhar, manchando e quebrando a sua independência.”: a identificação entre classe, organizações e direcções — que constitui o eixo da resolução da DN da neo-CCI de Setembro de 2015 — remete para questões teóricas fundamentais e marca uma ruptura.

Como salienta o texto “Limite Transposto”, adoptado pela conferência constituinte da TCI, “se hoje, como o dá a entender a resolução da plenária, há identidade entre classe e direcções da classe — designadas de “dirigentes operários”, sem mais qualificação — forçoso será concluir que Lenine se enganou naquela análise e nas conclusões que dela tirou (a necessidade da IIIª Internacional).

Na mesma ordem de ideias, se classe e direcções da classe se situam no mesmo terreno de independência de classe, então Trotsky não terá acertado ao concluir do significado histórico e das raízes sociais do estalinismo. Ter-se-á enganado ao definir a burocracia como corpo estranho ao movimento operário, como correia de transmissão da classe capitalista no Estado operário. Trotsky ter-se-á, ainda, nesse caso, enganado ao prender a análise da destruição das forças produtivas à necessidade de resolver a tarefa estratégica central — a crise de direcção revolucionária do proletariado — para permitir à classe operária superar a crise da humanidade que a atira para a barbárie. O que impõe à IVª Internacional combater por que as organizações tradicionais do proletariado rompam com o semicadáver político da burguesia. Do mesmo modo, se a classe operária internacional, as suas diversas organizações e as direcções destas constituíssem uma só e a mesma realidade, um só e o mesmo

No espaço de alguns meses (entre 2009 e 2010), este grupo sai da clandestinidade e põe abertamente em causa a orientação política impressa à secção francesa durante décadas sob a condução de Lambert. Evidentemente, todos estes fenómenos tinham uma raiz social: a desistência da revolução, a desistência de lutar independentemente pela reconstrução do movimento operário com um novo eixo, a tendência cada vez mais acentuada para a adaptação aos aparelhos, tendência que tinha já provocado uma luta política obstinada enquanto Lambert foi vivo e sob a sua condução, e que não parou de crescer, medrar e prosperar após a morte de Lambert. Mesmo assim, eles falharam. A corrente revisionista que tentou assumir o controlo da

secção francesa da IVª Internacional, primeiro, e da própria IVª Internacional depois, por conta dos aparelhos contrarrevolucionários que barram o movimento da classe operária e, em última análise, por conta do Estado burguês, infligiu um golpe à IVª Internacional. No entanto, a sua tentativa de destruição falhou.

Tal é o significado do CORQI constituído em Turim em Fevereiro de 2016 e da Conferência Mundial do CORQI de Novembro de 2017. Cem anos após Outubro de 1917, a IVª Internacional, cujo programa assenta no dos bolcheviques e visa, como eles, ajudar a classe operária a tomar o poder, continua a erguer-se aos ombros das suas antecessoras. Ela vive no combate do CORQI para se reconstituir. ●

“campo”, então a maioria da secção francesa, com o camarada Lambert, teria, na crise de 1950-52, errado ao erguer-se contra o pablismo, que, renunciando à independência da IVª Internacional, encarregava as direcções burocráticas (e, muito particularmente, o aparelho estalinista) de uma missão progressista: ao ver-se nas circunstâncias excepcionais da guerra “vindoura”, o estalinismo iria ser levado a construir o socialismo à sua maneira durante uma transição de séculos.”

Esta afirmação teórica que identifica classe, organizações e aparelhos, encontrará — já se viu anteriormente — reflexo concreto nos quatro meses de intensa luta de classes que a França conhecerá na primavera de 2016. Luta de classes de que a direcção nacional tira o seguinte balanço:

“Sabemos que, face ao desmoronamento da base industrial deste país, face ao desmoronamento dos serviços públicos, agravado por uma reforma territorial que transforma em deserto porções inteiras do território... só a mobilização das mais largas massas contra as fundações mesmas do sistema capitalista é capaz de travar este processo e lançar as bases de uma reconstrução. E se estamos convencidos do poderio da classe e dos sólidos pontos de apoio de que ela dispõe nas suas organizações de classe (revelados nos cinco meses de mobilização dos trabalhadores e das organizações contra a lei trabalho), não esqueçamos nem um instante que a passagem à greve geral não ocorreu. Sabemos, porque o verificámos, que não

basta acusar as direcções para compreender por que foi assim. Sabemos que, na classe, as condições políticas para a irrupção não estavam maduras e que a maioria dos trabalhadores hesitava, sabendo que a greve geral punha o problema do poder.”

Ao escrever isto, a direcção da neo-CCI atira para cima da classe a responsabilidade de a mobilização contra a lei El Khomri não ter redundado na retirada do projecto. Ao fazê-lo, escamoteia a questão central da política das direcções, colocada pelo programa da IVª Internacional: a crise da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária do proletariado; a IVª Internacional acusa as direcções tradicionais do proletariado de recusar romper com o semicadáver político da burguesia (ou seja, neste caso, com as instituições da União Europeia, as da Vª República e a subordinação às necessidades do capital financeiro).

Ao transpor a acusação para a classe, a direcção da neo-CCI mostra a que ponto ela vira costas ao programa com que a IVª Internacional se fundou.

Assim, da renúncia a afirmar o partido em 2013-2014 a benefício da preparação de uma jornada de luta chega-se, em menos de dois anos, a indicar que uma jornada de luta é isenta de crítica e, a seguir, a afirmar que é uma táctica de luta inteligente, e a transformar em derrota governamental a adopção de uma lei anti-operária, acabando em acusar as próprias massas. Para eles, a crise da humanidade já não é a crise de direcção.

Lista de documentos úteis

Impõe-se um esclarecimento: os documentos aqui apresentados não representam uma lista exaustiva, longe disso. Ela não depende da opção de apresentar alguns documentos da nossa história como mais importantes que outros. O caso é dar simplesmente as referências para a boa compreensão do texto ou, para seu aprofundamento, apresentar os documentos citados numa das quatro partes.

—O *Programa de Transição*. É o programa de fundação da IVª Internacional, adoptado em 1938, redigido por Leão Trotsky no contexto da discussão com os militantes da Oposição de Esquerda internacional que viria a constituir a IVª Internacional. Apresenta a análise fundamental da nossa corrente sobre o sistema capitalista, a natureza dos aparelhos contra-revolucionários e as tarefas da IVª Internacional.

— *Algumas Lições da Nossa História*. Obra realizada sob a responsabilidade do camarada Lambert, animada por Nicole Dorey, que foca as diferentes etapas da construção da organização trotskista em França desde o início da Oposição de Esquerda nos anos vinte até à véspera da greve geral de 1968 em França. Esta brochura foca, em particular, a crise pablista de 1950 a 1953.

— Dois relatórios submetidos à discussão preparatória da conferência mundial das secções de 1993: “Foi o Programa da IVª Internacional Verificado pelos Acontecimentos?” e “O Combate pela Reproclamação da IVª Internacional” foram publicados em *La Vérité* n° 5 (Fevereiro de 1993). O relatório escrito “Deve a Conferência Mundial das Secções Proceder à Reproclamação da IVª Internacional” foi publicado em *La Vérité* n° 7 (Agosto de 1993): Estes três documentos formam um todo. Reafirmam a validade e actualidade do *Programa de Transição* no novo período aberto após o desmoronamento da burocracia estalinista. Ali se pode ler um demorado percurso pela história da IVª Internacional, as diferentes etapas da luta pela sua reconstrução. Ali se desenvolve amplamente a elaboração da linha da transição na construção do partido. Com numerosas remissões cronológicas para o período de 1953 a 1993.

— Numerosas citações do camarada Lambert encontram-se igualmente em *La Vérité* dita “Lambert”, de Março de 2008, n° 60 e 61, que reproduz documentos e artigos redigidos em numerosas matérias ao longo de toda a sua vida militante.

Mais recentemente

— “A Plataforma Constituinte da Tendência de Junho de 2015”. Este documento apresenta a discussão que se desenvolveu na secção francesa da IVª Internacional desde o 50º Congresso. Ali se indica como o mandato desse congresso foi violado. Esta violação de mandato, este xeque, gradual, mas cada vez mais acentuado, às posições do congresso, a recusa de qualquer emenda vão levar, a partir de Fevereiro de 2015, a votações contraditórias na direcção nacional da CCI, agrupando 23 militantes da DN e centenas de militantes que partilham as suas posições.

— A “Carta aos Militantes da IVª Internacional que Querem Julgar pela sua Própria Cabeça com Base nos Factos” denuncia a campanha de calúnias de tipo estalinista que se iniciara e expõe os factos que demonstram que o grupo que se apoderou do controlo da CCI preparou a cisão, a organizou no plano organizativo, apoderando-se das sedes e fazendo secretamente o registo dos títulos das publicações.

— Os textos de constituição da TCI (31 de Outubro-1 de Novembro de 2016) e do 51º Congresso da secção francesa da IVª Internacional — 1º Congresso da TCI (9 e 10 de Abril de 2016) — focam a intervenção independente dos trotskistas na luta de classes, as iniciativas de construção do partido e a evolução da corrente revisionista.

— Os documentos de constituição do CORQI, apelando a todos os militantes da IVª Internacional para a abertura de uma discussão internacional, foram publicados n’*A Internacional* n° 1 de Março de 2016.

Assina***A Internacional***

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assino *A Internacional* por 6 números : 24 euros

Apelido, nome:

Endereço

Endereço electrónico

Cheques à ordem de Réveil ouvrier, 34 rue Villiers-de-l'Isle-Adam, 75020 Paris

A Internacional

publica-se em versão inglesa, portuguesa, alemã, espanhola e francesa.



